



**RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS
2014**

Índice

Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores de Actividade.....	4
Evolução dos principais indicadores 2011-2014.....	5
Factos relevantes em 2014.....	6
Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar	7
Economia Internacional	7
Economia Nacional.....	11
Mercados Financeiros	15
Governo Societário.....	19
Principais Accionistas	19
Principais Órgãos de Governo e Competências	19
Composição dos Órgãos de Governo	20
Organigrama / Estrutura Funcional.....	21
Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios	22
Recursos Humanos.....	22
Formação	23
Canais de Distribuição.....	24
Gestão dos Riscos	26
Principais Tipos de Risco	26
Organização Interna	27
Avaliação de Riscos	27
Evolução das Áreas de Negócio.....	29
Banca de Retalho	29
Centros de Empresas.....	31
Análise Financeira.....	33
Análise da evolução da estrutura do Balanço	33
Análise da evolução da Demonstração de Resultados.....	36
Solvabilidade	39
Proposta de Aplicação de Resultados.....	40
Demonstrações Financeiras.....	41
Notas às Demonstrações Financeiras.....	45
Relatório do Auditor Independente	99
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	101
Anexos	103
Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição	103

O presente Relatório e as Contas foram aprovadas, em Assembleia Geral ordinária, no dia 17 de Abril de 2015.

Mensagem do Presidente

Exmos. Senhores Accionistas,

Na sequência do encerramento de mais um ano económico, cumpre-nos apresentar o relatório e contas do Finibanco.

No exercício de 2014, o Finibanco reforçou a sua presença no panorama bancário angolano e afirmou-se como um banco de proximidade e de fiabilidade, fruto de uma política baseada no rigor, na eficiência e na capacidade de resiliência da sua gestão.

O ano de 2014, principalmente o seu último trimestre, foi um ano de desafios à economia angolana e naturalmente para o Finibanco. A implementação de novas medidas regulamentares e a avaliação da qualidade dos activos (Projecto AQA), promovida pelo Banco Nacional de Angola, foram marcantes para a evolução do fecho de contas.

Apraz-nos dizer que, a implementação de todas as directivas regulamentares permitiu evidenciar a solidez do Finibanco e a sua capacidade para enfrentar os desafios futuros.

Em continuidade com a política de apoio a economia angolana, o Finibanco manteve o seu compromisso em assegurar financiamento a economia, tendo disponibilizado produtos e serviços de acordo com as necessidades dos seus clientes, e participado em operações de sindicatos bancários, como líder e como participante, em projectos que visaram a diversificação da sua actividade, apoiando projectos estruturantes e criadores de emprego. Este compromisso foi ainda reforçado com a renovação do Memorando de adesão ao Programa Governamental “Angola Investe”. A capacidade financeira foi ampliada, com a subscrição de um empréstimo subordinado, que veio reforçar e alavancar a actividade, aumentando os fundos próprios, de forma a que o Finibanco continuasse a poder participar no crescimento de Angola.

Durante 2014, foi mantido o crescimento sustentável da rede, com a abertura de 03 novas agências, um centro de empresa e a abertura de uma nova sede administrativa, esta ultima por via da recuperação de um edifício emblemático da baixa de Luanda.

O capital humano do Finibanco foi reforçado por via da criação de novos postos de trabalho e por uma aposta grande na formação dos quadros, tendo sido promovidas varias formações direccionadas para o desenvolvimento e capacitação dos colaboradores, com incidência no negócio bancário e na qualidade dos serviços ao cliente.

O resultado conseguido em 2014 foi fruto da competência e dedicação de todos os órgãos directivos do Finibanco e dos seus colaboradores. As capacidades técnicas e o trabalho de equipa constituíram as bases do sucesso alcançado.

Aos nossos accionistas queremos evidenciar que temos consciência da importância que o dividendo do Finibanco representa. Os resultados e os indicadores que apresentamos no nosso Relatório e Contas são prova inequívoca de tal entendimento. O crescimento, que se pretende, aliado a uma racionalização sustentável, aponta para que no futuro continuemos a remunerar de forma elevada e estável o investimento, tendo em conta a busca do equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios, o crescimento e a consolidação do Finibanco no mercado angolano.

Às autoridades em geral e ao Banco Nacional de Angola em especial, queremos deixar aqui o nosso reconhecimento, sendo certo que sem a cooperação institucional tal desiderato não teria sido alcançado.

A todos agradecemos a confiança e os apoios contínuos.

Estamos satisfeitos com os resultados alcançados e orgulhosos do caminho traçado. Tudo faremos para dar continuidade a esse trabalho, tendo como premissas a qualidade, o rigor e a responsabilidade. Sabemos que o futuro será de desafios, mas envidaremos todos os esforços para que o crescimento do Finibanco continue de forma sustentável e continuaremos empenhados no engrandecimento da Instituição e no contínuo crescimento de Angola.

Apesar dos cenários de dificuldade que se avizinhm para o ano de 2015, empenhar-nos-emos para minimizar os impactos negativos dos mesmos, assegurando um gestão sã e prudente de forma a podermos continuar a ser um Banco de referência no mercado financeiro angolano.

Este será mais um desafio que a gestão terá de enfrentar em 2015 e que reforça as razões para prosseguir, sem receios, a procura de ganhos de eficiência operativa e financeira, bem como a diversificação do negócio bancário.

Contamos com todos e todos seremos vencedores do desafio.

António Tomás Correia
Presidente do Conselho de Administração

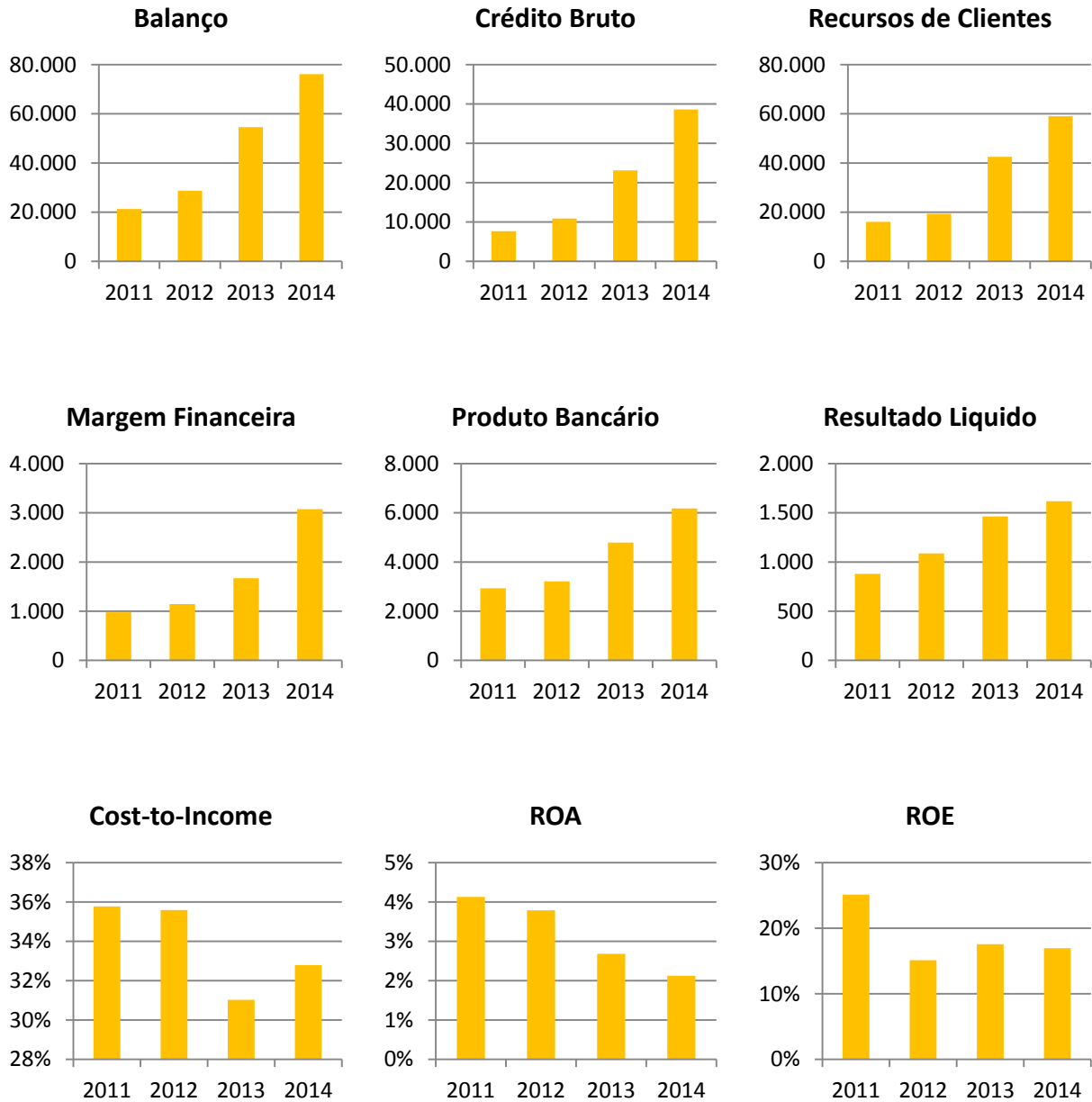
Principais Indicadores de Actividade

(Valores expressos em AOA)

	31-dez-12	31-dez-13	31-dez-14	Varição 2013-2014	Varição %
BALANÇO					
Activo Líquido	28.698	54.603	76.144	21.541	39,45%
Crédito sobre Clientes	10.874	23.104	38.597	15.493	67,06%
Títulos e Valores Mobiliários	1.311	2.334	12.970	10.636	455,66%
Recursos Totais de Clientes	19.345	42.497	59.003	16.506	38,84%
Capitais Próprios	7.186	8.340	9.548	1.208	14,48%
Fundos Próprios Regulamentares	6.953	7.817	12.110	4.293	54,92%
ACTIVIDADE					
Margem Financeira	1.145	1.672	3.076	1.404	83,99%
Produto Bancário	3.214	4.790	6.176	1.386	28,95%
Reforço de Provisões	382	1.066	1.889	823	77,26%
Custos com o Pessoal	513	726	901	175	24,13%
Custos de Estrutura	1.144	1.486	2.026	539	36,29%
Cash-Flow Operacional	1.960	3.412	4.544	1.133	33,20%
Resultado Líquido	1.087	1.465	1.618	153	10,45%
RENTABILIDADE					
Retorno do Activo (ROA)	3,79%	2,68%	2,12%	-0,56	pp
Return on Equity (ROE)	15,13%	17,56%	16,94%	-0,62	pp
EFICIÊNCIA					
Cost-to-Income	35,59%	31,03%	32,80%	1,77	pp
Custos de Estrutura / Activo Líquido Médio	4,62%	4,06%	2,90%	-1,16	pp
Número de Funcionários / Número de Balcões e Centros de Empresa	11,45	11,20	10,72	(0,48)	-4,27%
ESTRUTURA					
Número de Agências e Centros de Empresas	11	15	18	3	20,00%
Número de Colaboradores	126	168	193	25	14,88%
Número de Clientes	16.384	21.075	27.670	6.595	31,29%
Número de ATM's	15	25	35	10	40,00%
Número de Cartões Multicaixa	7.389	9.482	11.840	2.358	24,87%
Número de TPA's	190	351	407	56	15,95%
LIQUIDEZ					
Taxa de Conversão de Crédito em Depósitos	56,21%	54,37%	65,42%	11,05	pp
Aplicações em MMI e BNA	12.715	20.029	18.137	(1.892)	-9,45%
SOLIDEZ					
Crédito Vencido / Crédito Total	12,27%	3,79%	2,11%	-1,68	pp
Rácio de Solvabilidade	43,49%	20,17%	18,04%	-2,13	pp
Rácio de Imobilizado	20,70%	64,32%	47,54%	-16,78	pp

Evolução dos principais indicadores 2011-2014

(Valores em milhões de AOA)



Factos relevantes em 2014

Janeiro 2014

Inauguração da agência Dolce Vita em Talatona

Março 2014

Criação do Gabinete de Análise de Risco de Crédito.

Abril 2014

Inauguração da agência SANA no Hotel Sana no centro de Luanda

Abril 2014

Início do Empréstimo Subordinado tomado pelo accionista Montepio Holding S.G.P.S., S.A.

Junho 2014

Renovação da assinatura do Memorando de adesão ao Programa do Governo Angolano “ANGOLA INVESTE”.

Julho 2014

Realizou-se uma formação interna dedicada a todos os colaboradores das direcções comerciais.

Agosto 2014

Inauguração da nova sede administrativa do Finibanco.

Agosto 2014

Inauguração do Centro de Empresas Major Kanhangulo no centro de Luanda.

Setembro 2014

Criação do Gabinete de Gestão de Riscos.

Outubro 2014

Início da participação no programa AQA (Avaliação Qualitativa dos Activos) promovida pelo Banco Nacional de Angola.

Outubro 2014

Entrada em circulação do novo cheque bancário do Finibanco.

Novembro 2014

Realizou-se uma formação sobre Fiscalidade administrada pela Deloitte.

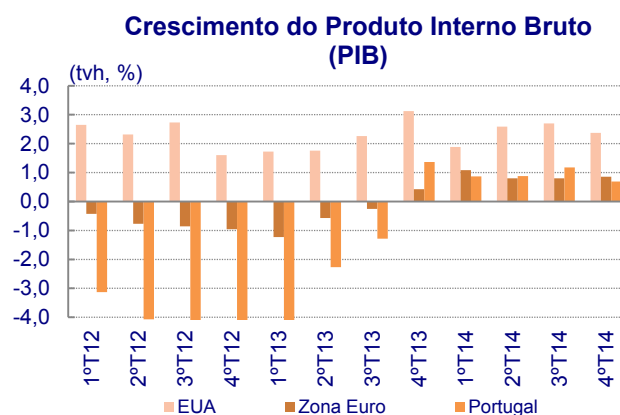
Novembro 2014

Realizou-se uma formação interna dedicada a todos os colaboradores das direcções comerciais.

Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar

Economia Internacional

A economia mundial deverá ter crescido 3,3% em 2014, segundo o FMI. A recuperação da atividade económica tem sido desigual, com os EUA e o Reino Unido a registarem crescimentos robustos, num contexto de fraco crescimento económico na Zona Euro e no Japão e uma desaceleração da expansão económica nos BRIC, com exceção da Índia. O FMI prevê que o crescimento económico se mantenha díspar e, genericamente, anémico, afirmando que a economia global está perante um novo período de fraco crescimento e elevado desemprego. As economias em desenvolvimento poderão abrandar pelo quinto ano consecutivo. Paralelamente, deverão observar-se fracas pressões inflacionistas a nível global, quer devido ao fraco



Fonte: Thomson

crescimento, quer devido à descida do preço do petróleo. A política monetária deverá continuar a ser conduzida de uma forma assimétrica pois se, por um lado, os preços dos ativos financeiros têm implícitas subidas de taxas de juro nos EUA, por outro lado, os bancos centrais do Japão e da Zona Euro têm em curso programas de *quantitative easing*, causando uma baixa generalizada das taxas de juro, pressionando assim a margem financeira dos bancos.

Estados Unidos da América

A maior economia do mundo iniciou o ano com uma queda no PIB, mas devido sobretudo às condições meteorológicas adversas, acabando por crescer a um bom ritmo nos três restantes trimestres (conjuntamente os três melhores trimestres do atual ciclo económico de expansão, iniciado no 3º trimestre de 2009), e registando um crescimento anual de 2,4% em 2014, em aceleração face a 2013 (+1,9%), e o melhor crescimento desde 2010. Uma das razões para a maior resiliência da economia, num contexto internacional adverso, prende-se com o recrudescimento da atividade imobiliária, com a subida dos preços das casas a ser determinante para a recuperação da riqueza dos consumidores, apoiada também na valorização das ações. Fatores que, a par da redução do desemprego, do abrandamento da inflação e da subida dos índices de ações, permitiram a confiança dos consumidores e fechar o ano de 2014 em níveis máximos desde finais de 2007.

A **taxa de desemprego** desceu de 6,7%, no final de 2013, para 5,6% em dezembro de 2014 (um mínimo desde julho de 2008), permaneceu acima dos 4,7% registados em novembro de 2007, o último mês do anterior período de expansão da economia. Todavia, a *Fed* ainda refere que um conjunto de indicadores do mercado de trabalho sugere uma subutilização da força de trabalho. Tem sido com o objetivo de melhorar as condições no mercado de trabalho que a autoridade monetária tem enveredado por uma política monetária extremamente acomodatória, quer com as taxas de juro perto de zero (o *target* para a taxa dos *Fed Funds* está nos 0,25% desde 2008), quer com programas de compra de dívida, os quais começaram a ser aliviados na reunião de dezembro de 2013. Efetivamente, nessa reunião a *Fed* anunciou uma redução das compras mensais de dívida pública e privada, um movimento que prosseguiu ao longo de 2014, acabando por finalizar em outubro os programas de compra de dívida. Para tal contribuíram os objetivos conseguidos com a redução da taxa de

desemprego, e não obstante o deflator do consumo privado continuar a crescer a um ritmo inferior ao atual objetivo da *Fed* de 2,0%, registando em dezembro de 2014 apenas um crescimento de 0,8%.

Zona Euro

Demonstrando a fragilidade da recuperação económica, a economia da Zona Euro terminou o ano de 2014 com um crescimento médio anual do **PIB** de 0,9%, depois de dois anos de contração do PIB (-0,4% em 2013), que resultaram em grande medida das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por um número significativo de Estados-Membros – designadamente em países com maior dimensão, como Itália e Espanha – na sequência da crise da dívida soberana na região. Note-se que o PIB na Zona Euro terminou o 4º trimestre de 2014 ainda 1,9% abaixo dos níveis atingidos antes da Grande Recessão de 2008/09, os quais apenas deverão ser ultrapassados em 2016.

Refletindo o contexto muito difícil da economia, a **taxa de desemprego** permaneceu elevada, terminando o ano em 11,3% (valor de dezembro 2014), ficando apenas 0,6 p.p. abaixo dos níveis máximos históricos desde o início da série (1990), observados em maio de 2013.

A **taxa de inflação** foi diminuindo ao longo do ano, partindo de um crescimento de 0,8%, em dezembro de 2013, para um valor negativo de 0,2%, em dezembro de 2014, o que representou um mínimo desde setembro de 2009 (-0,3%), acentuando essa diminuição em janeiro de 2015 com -0,6%. A inflação continuou, assim, a distanciar-se cada vez mais da barreira de 2,0% - objetivo do Banco Central Europeu (BCE).

Estimativas e Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)

	2014						2015				2016			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	Efe.	BdP	CE	Efe.	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
PIB	0.9	0.9	1.0	0.9	0.9	0.8	1.7	1.6	1.5	1.3	1.9	1.7	1.9	1.9
Consumo Privado	2.1	2.1	2.1	1.0	1.0	0.9	2.4	1.8	1.8	1.6	1.7	1.5	1.6	1.6
Consumo Público	-0.3	-0.7	-0.5	0.7	0.9	0.7	-0.5	-0.3	1.0	0.4	0.2	0.2	0.6	0.9
Investimento (FBCF)	2.5	2.3	2.4	1.0	0.9	0.9	4.0	2.9	1.7	2.0	4.4	3.1	4.1	4.4
Exportações	3.4	3.4	3.8	3.7	3.6	3.6	4.3	5.0	4.1	4.3	5.8	5.4	5.1	5.1
Importações	6.4	6.2	5.9	3.8	3.6	3.6	3.9	4.9	4.3	4.5	5.5	4.8	5.5	5.7
Inflação	-0.2	-0.2	-0.2	0.4	0.4	0.4	0.2	0.1	0.0	-0.1	1.1	1.1	1.5	1.3
Taxa de Desemprego	13.9	-	14.2	11.6	11.6	11.6	-	13.4	11.1	11.1	-	12.6	10.5	10.6

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 25 de março de 2015; Comissão Europeia (CE), 5 de fevereiro de 2015 e Banco Central Europeu (BCE), 5 de março de 2015.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2013; a inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

Outras Economias

As economias emergentes registaram um abrandamento do crescimento em 2014, mais pronunciado no Brasil e com a exceção da Índia.

Na **China**, a economia cresceu 7,4% em 2014, em desaceleração face ao crescimento de 7,7% em 2013, sendo o crescimento de 2014 o mais baixo nos últimos 24 anos, com o Governo a falhar o seu *target* (+7,5%) pela 1ª vez desde 1998. A economia chinesa tem sido prejudicada pelo forte ajustamento que se tem observado no mercado imobiliário, pelas fracas pressões ao nível dos preços (a inflação abrandou de +2,6% em 2013 para +2,0% em 2014, ficando abaixo do *target* de +3,5%) e também por uma má alocação de recursos em alguns setores que se têm traduzido em problemas de sobre capacidade.

A evolução da economia do **Brasil** continuou a desapontar, já que depois de em 2013 ter crescido 2,7%, em 2014 acabou por subir apenas 0,1%, pelo que de 2012 a 2014 a economia cresceu a um ritmo médio de 1,6%, bem abaixo dos 4,4% de 2004 a 2011 (que até incluem a contração de 0,2% registada em 2009, na sequência da crise económica internacional). A queda do real tem levado a uma aceleração da inflação importada e conduzido o banco central a subir as taxas de juro, com impacto no consumo e no investimento.

Crescimentos do Produto Interno Bruto

(unidade: %)	2012	2013	2014
EUA	2.8	1.9	2.4
BRICS			
Brasil	1.8	2.7	0.1
Rússia	3.4	1.3	0.6
Índia	5.4	6.4	7.2
China	7.7	7.7	7.4
África do Sul	2.2	2.2	1.5

Fonte: Thomson Reuters .

Na **Índia**, a persistência da inflação em níveis elevados durante grande parte do ano não deu grande margem ao banco central para tornar a sua política monetária menos restritiva em 2014, tendo subido a sua principal taxa de juro (a *repo rate*) no início de 2014, de 7,75% para 8,00%, e mantendo-a neste nível ao longo do todo ano. O abrandamento da inflação observado ao longo do ano (a variação homóloga do IPC desceu de um valor médio de +10,1% em 2013 para +7,2% em 2014) e convergência para o *target* de inflação do banco central (*RBI*), levaram a autoridade a dar início, já no início de 2015, ao ciclo de descidas de taxas. Por seu lado, a permanência do problema dos “défices gémeos”, da balança corrente e orçamental, condicionaram o lançamento de mais medidas expansionistas e corretivas das restrições na capacidade produtiva por parte do Governo, não dando grande margem de manobra para contrariar o abrandamento económico. Ainda assim, a economia acabou por crescer 7,2% em 2014, em aceleração face aos 6,4% observados no ano anterior.

Na **Rússia**, o PIB cresceu 0,6% em 2014, em desaceleração face ao crescimento de 1,3% em 2013, correspondendo ao mais baixo crescimento desde 2009 (-7,8%). Este fraco crescimento da economia deveu-se às sanções impostas pelo Ocidente em resultado dos conflitos com a Ucrânia, que penalizaram de forma intensa as exportações da Rússia. A significativa queda dos preços do petróleo, observada em 2014, são também responsáveis por este abrandamento, uma vez que 50% das suas receitas orçamentais provêm do petróleo e do gás natural, como também cerca de ¼ da riqueza criada no país depende do setor da energia. A contribuir para a maior deterioração da atividade económica esteve também o colapso observado no valor do rublo, que perdeu cerca de 43,5% face ao dólar e 37,6% face ao euro em 2014, o que conduziu a economia a uma situação de inflação importada, levando consequentemente a um forte aumento da inflação (+7,8% em 2014) e a uma redução significativa do poder de compra das famílias, o que teve um impacto no consumo. O investimento em capital fixo foi também bastante penalizado ao longo do ano, com as empresas a terem dificuldades em financiar os seus projetos devido às elevadas taxas de juro que vigoram no país e também à falta de acesso aos mercados internacionais.

A **África do Sul**, depois de ter saído da recessão de 2009 (-1,5%), cresceu 3,1% em 2010, refletindo um conjunto de políticas governamentais e a recuperação da procura interna por via da realização do Mundial de Futebol. A economia voltou a acelerar em 2011 para 3,2%, porém regressando às desacelerações em 2012, para 2,2%, traduzindo o próprio abrandamento da economia global e a sua forte abertura ao exterior, tendo mantido em 2013 esse ritmo de crescimento e voltado a abrandar em 2014 para 1,5%.

A economia de **Moçambique** registou um crescimento de 7,4% em 2014, acelerando ligeiramente face aos 7,3% observados em 2013, um valor inferior aos 8,0% previstos pelo FMI no seu *WEO* de outubro de 2014, bem como dos também 8,0% previstos inicialmente pelo Governo. Entretanto, as cheias neste início de ano de 2015 deverão conduzir a uma desaceleração, mas espera-se um regresso às acelerações em 2016, com o desempenho económico de Moçambique a

permanecer robusto. No âmbito da 3ª avaliação do Programa de Apoio a Políticas (*PSI – Policy Support Instrument*) em curso no país, o FMI reconheceu que o desempenho recente tem sido misto. A missão instou as autoridades a intensificarem a implementação de reformas estruturais fundamentais, em especial na área de gestão das finanças públicas, do sistema financeiro e do desenvolvimento de mercado. Uma concentração de esforços no desenvolvimento de infraestruturas rurais e mais melhorias no ambiente de negócios deverão contribuir para tornar o crescimento mais inclusivo através do reforço da produtividade agrícola e da criação de empregos no setor privado. A inflação média anual cifrou-se em 2,3% em 2014, abaixo dos 4,2% apresentados em 2013, quando acelerou face aos 2,1% de 2012, e aquém da meta estabelecida pelo Governo (+5,6%). A inflação deverá permanecer moderada nos próximos anos, mas devendo encetar uma ligeira trajetória ascendente em 2015, refletindo a depreciação do metical e o aumento antecipado nas tarifas de eletricidade, num contexto em que a política monetária do Banco de Moçambique continuará a estar focada no salvaguardar de um ambiente de inflação baixa e na redução dos custos de obtenção de empréstimos do setor privado.

Economia Nacional

Em **Angola**, após a crise orçamental e da balança de pagamentos de 2009, foi assinado um programa com o FMI com vista à correção dos desequilíbrios macroeconómicos do país. A instituição considera que o programa atingiu os seus principais objetivos. Neste contexto, as autoridades têm avançado com um programa de reformas institucionais, fortalecendo algumas áreas-chave na gestão orçamental, monetária e financeira. Apesar dos progressos observados nos últimos anos, as agências de notação financeira *Fitch (BB-)* e *S&P (BB-)* mantiveram em 2014 o *rating* soberano de Angola, com apenas a *Moody's* a subir em uma nota o *rating* (de *Ba3* para *Ba2*), mas continuando ainda em todas as agências na classe de *speculative grade*.

Perante a descida significativa dos preços do petróleo desde meados de 2014, atingindo o *Brent* no início deste ano níveis mínimos perto dos 45 dólares/barril, o Governo apresentou um Orçamento de Estado retificativo para 2015 (OER 2015), que foi aprovado pelo Parlamento angolano em 19 de março. Ainda que prevaleça alguma incerteza relativamente ao ímpeto de recuperação dos próximos meses e para que níveis, os dados dos mercados de futuros sugerem que o preço do *Brent* poderá estabilizar em torno dos 55/65 dólares até finais de 2015. Perante isto, as autoridades alteraram os pressupostos do Orçamento Geral do Estado (OE 2015), de forma a manter uma atitude conservadora relativamente às finanças públicas. Assim, no OER 2015, o Governo reviu em baixa o preço de referência do barril de petróleo para 40 dólares, menos de metade dos 81 dólares que tinha considerado no OE 2015 (o documento inicial foi produzido quando os preços do petróleo ainda flutuavam em torno dos 90 dólares e as previsões do FMI de outubro de 2014 apontavam para um preço de referência de 99 dólares em 2015). Atendendo a estes pressupostos, a receita petrolífera poderá estar a ser subestimada.

O Governo (no OER 2015), o FMI (outubro de 2014) e o Banco Mundial (janeiro de 2015) colocaram o crescimento do PIB em 6,8% em **2013**. Para **2014**, o FMI estimava um crescimento do PIB de apenas 3,9% (Governo: +4,7%; Banco Mundial: +4,4%), inferior aos 5,3% previstos em abril de 2014, com a revisão a refletir o abrandamento da agricultura (após um estimado forte crescimento em 2013) e um crescimento aquém do esperado da extração de petróleo, que sofreu paragens no 1º semestre. Segundo o Governo, o **setor petrolífero** terá caído 2,6% em 2014, enquanto o **setor não petrolífero** terá continuado a crescer (+8,2%), ainda que em desaceleração (+10,9% em 2013), o que constitui uma notícia animadora para a necessária diversificação da estrutura produtiva. A queda do setor petrolífero resulta da própria desaceleração da atividade económica global, bem como de problemas técnicos em alguns blocos. Segundo a OPEP, a produção média de petróleo foi de 1,64 milhões de barris por dia (mb/d) em 2014, abaixo dos 1,66 mb/d que o Governo estimava no OER 2015 e dos 1,72 mb/d registados no ano anterior.

Para **2015**, e tendo em consideração os desenvolvimentos positivos relativamente à entrada em funcionamento de novos poços, o Governo prevê que a produção de petróleo aumente para 1,83 mb/d (a *EIU* é mais otimista: 1,85 mb/d). Em todo o caso, em resultado dos preços mais baixos, as receitas do petróleo irão diminuir, com impacto nas contas externas, bem como nas receitas públicas. Assim, apesar do crescimento da atividade do setor petrolífero ter sido revisto em baixa de 10,7% no OE 2015 para 9,8% no OER 2015, o setor petrolífero deverá registar um robusto crescimento, suportando uma aceleração do PIB, dos 4,7% estimados para 2014 para 6,6% em 2015 (+9,7% previstos em outubro no OE 2015 e que seria o mais elevado crescimento desde 2007). Relativamente aos demais setores, o Governo prevê que o crescimento fique pelos 5,3%, contrariamente aos 9,2% anteriormente estimados. O Governo apresenta perspetivas de crescimento mais moderadas para a agricultura (+7,9% vs +12,3% estimados inicialmente), assim como para a indústria transformadora

(+6,8% vs +7,2% no OE 2015), para a construção (+6,0% vs +10,5% no OE 2015) e para os serviços (+4,0% vs +9,0% no OE 2015). Note-se que em outubro passado o FMI esperava um acréscimo do PIB de apenas 5,9% em 2015 (já abaixo das atuais perspetivas do Governo: +6,6%) e um crescimento médio de 6,4% no período 2016/19, sendo que o Banco Mundial em janeiro passado apontava apenas para um crescimento de 5,3%, um valor que neste momento deverá ser superior às previsões do FMI, que em fevereiro passado referiu que Angola deverá ter um ano “difícil”, devido à queda dos preços do petróleo. Em 2015, Angola poderá observar um défice da **balança corrente**, pela 1ª vez desde 2009 (em outubro o FMI estimava um excedente de +4,1% em 2014). Note-se que em outubro, mesmo com o preço do petróleo mais elevado, o FMI já estimava que o país tivesse um défice em 2016, em virtude dos maiores crescimentos das importações, o que traduz uma tendência ascendente da dependência da economia angolana face ao exterior.

As **perspetivas de médio prazo** apontam para que o crescimento se mantenha firme, com o FMI em outubro a prever um crescimento médio anual de 6,4% entre 2014 e 2019, um valor que agora poderá ser otimista. A economia encontra-se muito dependente do setor petrolífero – é atualmente responsável por cerca de 45% da produção, 90% das exportações e 75% das receitas orçamentais –, o qual deverá abrandar, ao aproximar-se do máximo da capacidade extrativa. Assim, nos próximos anos e, sobretudo, para lá de 2017/18, a economia estará dependente do comportamento do setor não-petrolífero, o qual, por seu lado, dependerá de vários fatores: *i*) da dimensão do crescimento populacional – 3% durante os próximos anos, segundo o FMI, sendo que o Governo conduziu um *census* em 2014, apurando uma população total de 24.38 milhões em maio de 2014 –, e, sobretudo, em que medida esse crescimento estará associado à qualificação do capital humano; *ii*) da aposta na construção de infraestruturas (nomeadamente no acesso à energia e aos transportes), que dependerá do investimento público (que, por seu lado, depende das receitas orçamentais) e de fluxos de capital estrangeiro; *iii*) da continuação da criação de instituições, da promoção da equidade na distribuição do rendimento e da eliminação de burocracia; *iv*) da manutenção da estabilidade macroeconómica, para a qual foram dados passos muito importantes depois da crise de 2008/09, associada à promoção do crédito; *v*) da reversão de determinadas medidas ineficientes, das quais são exemplo os maiores subsídios aos preços dos combustíveis concedidos pelo Governo. Note-se que, segundo as últimas estimativas do FMI, de Junho de 2013, e, portanto, realizadas antes das últimas reduções nos subsídios, Angola era o país da África Subsariana que mais concede subsídios aos combustíveis, os quais correspondem a cerca de 4% do PIB e a 9% das receitas do Estado – valor superior aos gastos, quer em educação, quer em saúde –, sendo que a sua reversão permitiria libertar fundos para a construção de infraestruturas e aumento dos gastos sociais do Estado, para além de terminar com a distorção dos preços relativos no mercado. Sobre a evolução do setor petrolífero pairam nos próximos anos, desde logo, riscos relacionados com a evolução dos preços do petróleo. Por outro lado, existem riscos descendentes relacionados com a possibilidade de a OPEP vir a impor quotas mais rigorosas para Angola e com a velocidade de execução dos projetos para aumentar a capacidade produtiva, bem como problemas técnicos que afetaram o país nos últimos anos, e, por outro lado, riscos ascendentes relacionados com a descoberta de mais petróleo ou de outras *commodities*.

Ao nível da **inflação**, têm sido feitos progressos notáveis, tendo em conta que apenas em 2003 esta desceu abaixo dos três dígitos. A medida cifrou-se em dezembro de 2014 em 7,48%, abaixo dos 7,68% de dezembro de 2013, com a média anual de 2014 a cifrar-se em apenas 7,3% (+8,8% em 2013), representando o mais baixo registo desde 1990.

Para **2015**, o FMI previa em outubro que a inflação permanecesse nos 7,3%. No entanto, a desvalorização do *kwanza* face ao dólar, o agravamento da pauta aduaneira, as políticas protecionistas e o aumento dos preços dos combustíveis (os preços dos combustíveis aumentaram em setembro e em dezembro de 2014, pela 1ª vez desde setembro de 2010),

deverão, segundo o Governo no OER 2015, colocar a taxa de inflação média anual nos 9,0%. Refira-se que estão planeados mais cortes nos subsídios aos preços dos combustíveis, caminhando para preços de mercado.

Note-se que, apesar do inegável sucesso em dominar a inflação nos últimos anos, o próprio Governo admite a permanência de constrangimentos estruturais do lado da oferta, revertidos em custos de transação elevados, com implicações sobre diversos segmentos do mercado de consumo nacional.

A redução da inflação esteve e deverá continuar a estar alicerçada na **estabilidade monetária e cambial** induzida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) – que tem um papel central como âncora monetária – e nas reformas estruturais, levadas a cabo com vista a minorar as distorções que subsistem do lado da oferta. Relativamente à estabilidade cambial, a capacidade do BNA para apoiar a taxa de câmbio do *kwanza* tem aumentado significativamente devido à acumulação de reservas externas, que atingiram um máximo histórico em maio de 2013, política que enfrentará dificuldades com a actual tendência de evolução do preço do petróleo nos mercados internacionais.

As previsões para a inflação estão, assim, condicionadas à capacidade do Comité de Política Monetária para resistir à pressão política para enveredar por uma **política monetária** acomodatória, sendo que a recente evolução dos preços conduziu a uma política mais agressiva por parte do banco central. Efetivamente, na reunião de 22 de dezembro de 2014, o BNA decidiu manter a taxa de referência em 9,00%, ficando 0,25 p.p abaixo do fecho de 2013. Em meados do ano (28 de julho de 2014), o BNA tinha decidido reduzir a taxa de referência de 9,25% para 8,75%, após a ter reduzido num total de 100 p.b. durante 2013. Todavia, na reunião de 27 de outubro de 2014 subiu ligeiramente aquela taxa para 9,00%, em resposta do BNA à recente aceleração da inflação e aos riscos inflacionistas com que a economia se confronta, visando ancorar as expectativas de que conseguirá ter a inflação abaixo dos dois dígitos nos próximos anos. Na reunião de 24 de novembro de 2014, o BNA manteve as suas taxas, mas, como medida complementar e visando garantir a estabilidade de preços, decidiu ajustar, com efeito a partir de 01/01/2015, o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional, de 12,5% para 15,0%, sendo dedutíveis os ativos representativos dos desembolsos de crédito concedido aos setores da agricultura e das pescas. Note-se que, já no dia 30 de março de 2015, o BNA decidiu aumentar a taxa de referência de 9,00% para 9,25% e a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez de 9,75% para 10,00%, tendo mantido a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez em 0,0% e o coeficiente de reservas obrigatórias em Kwanzas de 15% para 20%.

No **mercado cambial**, o *kwanza* depreciou 5,4% face ao dólar em 2014 (-1,9% em 2013), dando continuidade à tendência que dura desde o início do milénio. No entanto, devido ao forte crescimento dos preços internos, a taxa de câmbio real efetiva tem apresentado a evolução oposta. O BNA tem promovido a “desdolarização” da economia desde 2011, tendo implementado em outubro de 2013 a última fase da nova lei cambial, que obriga as empresas petrolíferas a efetuar o pagamento a fornecedores não-residentes através de bancos nacionais. A redução das reservas externas (que caíram cerca de 26,5% entre o máximo histórico de maio de 2013 e dezembro de 2014), explicada pela queda do preço do petróleo, motivou, em grande medida, a pressão sobre o *kwanza*. Em todo o caso, as reservas permanecem substanciais, e espera-se que, em termos médios, correspondam a cerca de 6,4 meses de cobertura das importações ao longo dos próximos cinco anos. No entanto, a queda dos preços do petróleo está a colocar uma pressão cada vez maior quer nas contas públicas, quer na balança de pagamentos, sendo certo que o banco central introduziu alterações ao sistema de venda pública de divisas com o objectivo de privilegiar rubricas essenciais, daí que as cedências de moeda estrangeira ao mercado tenham diminuído, aumentando as preocupações sobre a depreciação da moeda. Na realidade, existe neste momento um elevado diferencial entre as taxas de câmbio oficiais e as praticadas no mercado paralelo.

Ao nível da **moeda e do crédito**, fruto da referida política de “desdolarização” da economia, os depósitos em moeda nacional excederam os de moeda estrangeira pela 1ª vez no início de 2012, o mesmo acontecendo com os depósitos a prazo, que superaram os depósitos à ordem, com o BNA a atribuir esta evolução à prática de taxas mais atrativas por parte dos bancos, bem como à estabilidade da moeda nacional e ao aumento da confiança no sistema bancário por parte dos clientes. Em **2014**, o crédito e os depósitos em moeda nacional continuaram a ganhar peso no total, com os primeiros a representarem em junho de 2014 cerca de 65,8% do total e os depósitos 61,56%. O volume de crédito à economia cresceu 15,8% em 2014 (+9,8% em 2013 e +23,6% em 2012), tendo-se, ademais, continuado a observar uma transformação na composição da carteira de depósitos. O volume de crédito ao setor privado atingiu um *stock* de 3 428 mil milhões de *kwanzas*, subindo 17,14% face a dezembro de 2013. Por sua vez, o agregado monetário M3 expandiu 16,2% face a dezembro de 2013 (+14,1% em dezembro de 2013).

Ao nível da **política orçamental**, em **2013** ter-se-á registado um excedente (+0,3% do PIB, segundo o Governo e o FMI), quando tinha sido orçamentado um défice (-3,7%), beneficiando das receitas do petróleo e das despesas abaixo do estipulado. Refira-se que foi em 2012 que o orçamento passou a seguir uma contabilidade “universal e unificada”, incorporando todas as operações parafiscais anteriormente empreendidas pela SONANGOL. No OER 2015, o Governo veio prever um agravamento do défice orçamental dos 3,1% estimados para **2014** (-4,1% segundo o FMI) para um défice de 7,0% em **2015** (-7,6% no OE 2015). A execução orçamental está muito dependente das receitas do petróleo (que foram revistas em baixa, na sequência da recente forte queda dos seus preços), em reflexo da redução das receitas petrolíferas, que deverão descer cerca de 65%, já que, como referido, utiliza agora como pressuposto um preço médio do barril de 40 dólares. Por outro lado, o Governo continua a prever um crescimento de 27% da receita não petrolífera em relação a 2014, resultante das reformas fiscais recentemente implementadas. Do lado da despesa, o Governo antecipa uma redução dos gastos públicos de 25% face a 2014, que deverá recair, em parte, sobre as rubricas de bens e serviços e transferências correntes (-37% em relação a 2014 em ambas as rubricas), mas, sobretudo, sobre as despesas de investimento (-56%). Por outro lado, o OER 2015 continua a prever um aumento das despesas com remunerações em relação a 2014, ainda que este crescimento tenha sido mais moderado (+15%) do que no orçamento inicial (+21%). Refira-se que o OER 2015 introduziu um congelamento nas contratações para o setor público. Note-se também que a redução das despesas com transferências correntes resulta de uma diminuição dos gastos com subsídios aos combustíveis, depois de o Governo ter procedido a uma atualização significativa nos preços dos produtos derivados do petróleo. As despesas de investimento caem de 1 367,4 mil milhões para 636,8 mil milhões de *kwanzas*, sendo que mais de 90% destas despesas dizem respeito ao Programa de Investimento Público (PIP). No total da redução da despesa em relação a 2014, os cortes nas despesas de investimento contribuem com cerca de 17 p.p., enquanto a redução das despesas correntes contribuiu com 8 p.p..

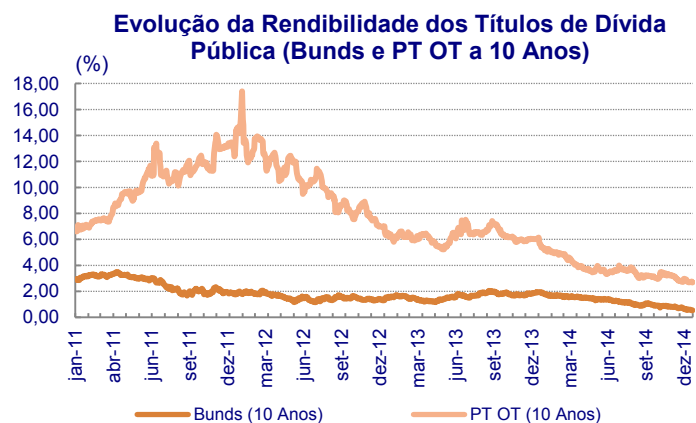
Existe também um risco de que a introdução de medidas de austeridade automáticas - especialmente na área dos gastos em investimento - possa criar problemas de longo prazo para a economia e abrandar as tão necessárias tentativas de diversificação. Em todo o caso, o Governo continua abertamente comprometido com um ambiciosa agenda política destinada a promover um crescimento mais estável e inclusivo, que fomente a criação de empregos formais, bem como importantes programas sociais e de infraestruturas.

Mercados Financeiros

O **sentimento de mercado** foi positivo ao longo de 2014, num contexto de lançamento de novos estímulos por parte do BCE, do Banco do Japão (*BoJ*) e, mais no final do ano, do Banco Popular da China (*PBoC*). Assistiram-se a movimentos positivos nos índices acionistas dos EUA, Índia, China e Japão e tendencialmente negativos na Europa, à exceção de alguns países, nomeadamente, da Alemanha e de Espanha, que acabaram por suportar uma ligeira subida do *Eurostoxx 50*. Ao longo do ano, o sentimento de mercado foi penalizado pelo risco geopolítico, nomeadamente pela crise entre a Ucrânia e a Rússia e pela contínua tensão no Médio Oriente. No final de 2014, assistiu-se a uma forte desvalorização do rublo, que registou no dia 15 de dezembro a maior queda dos últimos 16 anos, resvalando 9,7%, para os 64,45 rublos/dólares, empurrando o valor do rublo para uma depreciação acumulada de 43,5% em 2014 (-37,6% face ao euro). Ao nível das ações, assistiu-se a uma valorização dos índices dos EUA, que observaram máximos históricos. Na Ásia, o *Shanghai Composite* (China) e o *Sensex 30* (Índia) registaram valorizações significativas, enquanto, na Europa, os movimentos foram tendencialmente negativos, em virtude do menor crescimento económico e dos riscos de deflação. Já os ativos de taxa fixa observaram valorizações nas diferentes geografias, com especial ênfase para os EUA e a Zona Euro, em resultado das políticas monetárias extremamente acomodáticas. As *commodities* tiveram um ano bastante negativo em termos agregados, registando perdas em praticamente todas as suas componentes, com especial ênfase para as quedas observadas no *Brent crude* e *WTI crude*, que fecharam o ano em mínimos de mais de 5 anos. No mercado cambial, o euro perdeu terreno em relação ao dólar e à libra, tendo, no entanto, registado uma forte valorização em relação ao rublo e uma valorização mais moderada em relação ao iene.

Ao **nível das expectativas das taxas de juro**, a *Fed* terminou em outubro a compra de ativos, depois de 3 rondas de *quantitative easing* (*QE*). No sentido inverso, com o objetivo de combater o risco de inflação baixa durante um período demasiado longo e dinamizar os fluxos de crédito à economia real, o BCE adotou durante 2014 várias medidas expansionistas. Por um lado, cortou a taxa de referência até 0,05%, colocando a taxa de depósitos num valor negativo (-0,20%). Por outro lado, implementou medidas não convencionais, primeiro através de *targeted longer-term refinancing operations* – *TLTRO* e posteriormente anunciando novos programas para a compra de *covered bond* (*CBPP3*), essencialmente de dívida hipotecária, e de dívida titularizada (*asset-backed securities* - *ABS*). Já em 2015, o BCE anunciou o programa de *QE*, com início em março, de compra alargada de títulos de dívida (privada e pública), que durará pelo menos até setembro de 2016 e decorrerá a um ritmo de 60 mil milhões de euros (mM€) por mês. Este anúncio teve um efeito descendente sobre as taxas de juro de mercado, em virtude das menores expectativas face à postura da política monetária do BCE. Esta baixa generalizada das taxas de juro tenderá a afetar negativamente a margem financeira das instituições bancárias e a rentabilidade dos seus ativos.

Ao **nível da crise do euro**, a pressão dos mercados continuou a diminuir, depois de, em 2013, ter ficado afastado o cenário de saída de países da Zona Euro (que a partir do final de 2014 foi reaberto no que à Grécia diz respeito). Foram também dados passos importantes no sentido de se criar uma União Bancária, tendo-se

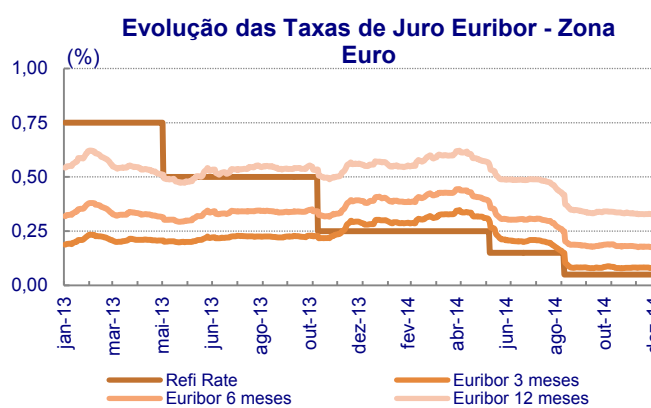


aprovado no Parlamento Europeu o Mecanismo Único de Resolução Bancária. Entre os países periféricos, ao nível do ajustamento orçamental, as execuções continuaram difíceis, perante a dureza das metas impostas, mas mantiveram-se relativamente em linha com os objetivos traçados. Portugal e Irlanda saíram de forma bem-sucedida dos seus programas de assistência financeira, não obstante continuarem ainda sob um programa de monitorização (até amortizar grande parte da dívida).

As **yields da dívida pública de referência** observaram movimentos descendentes, refletidos no comportamento da dívida da Alemanha. O movimento de descida das *yields* na Alemanha em relação ao final de 2013 (-139 p.b. nos 10 anos, para 0,541%, e -31 p.b. nos 2 anos, para um inédito valor negativo de -0,098%) terá estado associado à descida dos juros pelo BCE e a menores perspetivas de crescimento económico, tendo levado os investidores a privilegiarem esta classe de ativos de menor risco. As *yields* dos *bunds* a 10 anos obtiveram, durante o período, mínimos históricos. As taxas de juro de referência da dívida pública portuguesa tiveram um decréscimo muito significativo desde 2011, quando chegaram a atingir um pico de 17,4%, terminando 2015 em 2,7%, beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE e da execução orçamental desses países. A baixa das taxas de juro penaliza muito significativamente as margens financeiras das instituições bancárias e a rentabilidade prospetiva dos ativos.

No Mercado **Monetário Interbancário (MMI)** as taxas *Euribor* registaram mínimos históricos em todos os prazos, largamente potenciadas pelos cortes de taxas do BCE, tendo a *refi rate* descido 20 p.b. em 2014. As taxas *Euribor* nos prazos de 3, 6 e 12 meses desceram em 2014, 21 p.b., 22 p.b. e 23 p.b., para respetivamente, 0,078%, 0,171% e 0,325%.

Por sua vez, as taxas *Libor* do dólar nos prazos de 3, 6 e 12 meses subiram marginalmente em 2014 1 p.b., 1 p.b. e 5 p.b., para respetivamente, 0,256%, 0,363% e 0,629%, tendo durante o ano feito mínimos históricos



Os **spreads da dívida pública dos chamados países periféricos da Zona Euro** face aos *bunds* diminuíram em todos os casos (com a exceção a ser a Grécia, ainda que para os prazos mais curtos, nomeadamente os 2 anos, o *spread* tenha diminuído significativamente, em 236 p.b.), beneficiando sobretudo da postura expansionista do BCE, de uma tendência de melhoria da conjuntura económica e da execução orçamental desses países e, no geral, da continuação do aumento da confiança dos investidores na resolução da crise do euro. É de realçar a evolução dos *spreads* de Portugal e Espanha, que diminuíram em 2014, respetivamente, 206 p.b. e 115 p.b. no prazo de 10 anos e 260 p.b. e 79 p.b. nos 2 anos. As *yields* a 10 anos de Espanha (+1,611 %), Itália (+1,890%), Irlanda (+1,250%) e Portugal (+2,687%) fizeram mínimos históricos ao longo do ano de 2014, com as *yields* a encetarem um caminho de redução a partir do 1º trimestre.

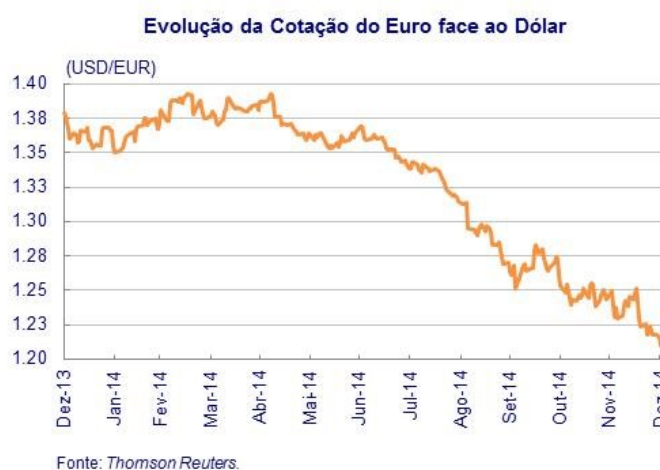


Durante o ano de 2014, registaram-se movimentos mistos

nos principais **índices acionistas mundiais**, com comportamentos positivos nos EUA, Ásia e América Latina (com a exceção a

ser a queda do *Ibovespa*), e tendencialmente negativos na Europa. Na Europa, registaram-se subidas apenas na Eslováquia (*SKSM*: +12,4%), em Espanha (*IBEX*: +3,7%), na Alemanha (*DAX*: +2,7%) e em Itália (*FTSE MIB*: +0,2%). Ainda assim, o *Eurostoxx 50* subiu ligeiramente (+1,2%), tendo, no entanto, fechado o ano aquém dos máximos de 6 anos observados em meados do ano. As quedas mais acentuadas foram registadas pelo russo *RTSI* (-45,2%), a maior queda a nível mundial, e pelo português *PSI-20* (-26,8%), seguindo-se as descidas, ainda que bastante menores, no húngaro *BUX* (-10,4%), no checo *Prague PX* (-4,3%), no polaco *WSE WIG20* (-3,5%), no britânico *FTSE 100* (-2,7%) e no francês *CAC 40* (-0,5%), ainda que marginal. Nos EUA, o *Nasdaq* registou a maior subida (+13,4%), tendo fechado o ano em máximos de 14 anos. Os índices *S&P 500* (+11,4%) e *Dow Jones* (+7,5%) também subiram, ascendendo a níveis máximos históricos. Na Ásia, destaque para a valorização de 52,9% do *Shanghai Composite* (China), tendo atingido máximos desde março de 2010, não obstante estar ainda 38,5% abaixo do seu máximo histórico atingido em 2007. O *Sensex 30* (Índia) avançou uns intensos 29,9% em 2014, tendo atingido um máximo histórico em 2014. O *Nikkei 225* observou também uma valorização de 7,1%, num contexto de um crescimento económico medíocre, mas beneficiando de uma política monetária fortemente expansionista.

No **mercado cambial**, a taxa de câmbio efetiva nominal do euro diminuiu 5,0%, depois de ter feito em meados de março de 2014 níveis máximos desde junho de 2011. A depreciação da moeda terá essencialmente refletido o lançamento dos novos estímulos monetários por parte do BCE, a consequente descida das taxas no MMI e pelo facto de os investidores terem estado a considerar a adoção de um programa de *QE* (algo que se veio a confirmar já na reunião de 22 de janeiro de 2015). A moeda única depreciou 12,2% face ao dólar, 6,7% em relação à libra e 0,1% face ao iene. A cotação euro/dólar cruzou a barreira psicológica dos 1,3 EUR/USD e encerrou em 1,21, ligeiramente acima da barreira de 1,20 e em mínimos desde fevereiro de 2006. Por seu lado, o *Dollar Index* subiu (+12,8%), terminando 2014 em máximos desde dezembro de 2005. 2014 acabou por ser o ano do dólar, com a moeda americana a ganhar em todas as frentes, apreciando face às principais moedas mundiais (+6,3% face à libra; +13,9% em relação ao iene), perante a retirada de estímulos e a expectativa de subida das taxas de juro por parte da *Fed*.



Os **spreads de crédito da dívida** privada observaram movimentos mistos, mas tendencialmente descendentes, sobretudo nos índices de dívida privada na Zona Euro no mercado *spot*. Também nos índices de *CDS* (*Credit Default Swaps*) o comportamento anual acabou por ser misto, refletindo uma certa diminuição da pressão dos mercados sobre os países periféricos. O índice *Itraxx* (5 Anos), o índice de referência para a Zona Euro de *CDS* na classe de *investment grade* – cuja liquidez é muito superior à do mercado *spot* e, por isso, constitui o *benchmark* do mercado de crédito –, terminou 2014 em 63 p.b., 13 p.b. abaixo do que tinha fechado em 2013, tendo registado em dezembro de 2014 um mínimo desde outubro de 2007. Por seu lado, o *Itraxx Cross-Over* (relativo aos ativos de *speculative grade*, especialmente sensível ao sentimento de mercado e ao ciclo económico) subiu 29 p.b. para 346 p.b., mas tendo em junho de 2014 registado mínimos desde junho de 2007.

Finalmente, entre as **commodities** registaram-se desvalorizações praticamente em todas as categorias, com os índices compósitos *Reuters/Jefferies CRB* e *S&P GSCI* a descerem, respetivamente 17,9% e 33,9%, observando ambos os índices em

2014 mínimos desde abril de 2009. Destaque para as energéticas que protagonizaram a pior performance em 2014, desvalorizando uns intenos 45,3%, registando em dezembro de 2014 um mínimo desde abril de 2009, refletindo essencialmente uma forte desvalorização de 48,3% do preço do petróleo em Londres (*Brent*) e de 45,9% em Nova Iorque (*WTI crude*), fazendo em ambos os casos mínimos desde abr-09. O *spread* entre o *WTI* e o *Brent* desceu de 12,4 para 4,1 dólares em 2014, ficando abaixo da tendência histórica (-5/+5 USD), fazendo mínimos desde 2010 e mantendo-se distante do máximo de 28 USD em outubro de 2011.

Governo Societário

Principais Accionistas

- Montepio Holding S.G.P.S., S.A.
- Carlos Maria da Silva Feijó
- Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares
- João Avelino Augusto Manuel
- Iberpartners – Gestão e Reestruturação de Empresas, S.A.
- Francisco Simão Júnior
- Dumilde das Chagas Simões Rangel

Principais Órgãos de Governo e Competências

Assembleia Geral

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da sociedade;
- Eleger, quando for caso disso, os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho Geral e o Secretario Societário;
- Tratar de quaisquer outros assuntos de interesse para a sociedade, que sejam expressamente indicados na convocatória.
- Alteração dos estatutos, fusão, cisão, transformação, emissão de obrigações e dissolução;
- Aprovação da redução ou aumento do capital social da sociedade;
- Aprovação de quaisquer propostas, negociações ou contratos nos quais a sociedade possa efectuar quaisquer actividades negociais no exterior de Angola.

Conselho de Administração

- Definir as políticas gerais da Sociedade e os planos e orçamentos anuais e plurianuais, bem como os relatórios trimestrais de execução;
- Estabelecer a organização interna da Sociedade e delegar os poderes ao longo da cadeia hierárquica;
- Conduzir as actividades da Sociedade, praticando todos os actos que a lei ou os estatutos não reservem a outros órgãos sociais;
- Executar as deliberações da Assembleia Geral;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, comprometendo-se em arbitragens, propondo pleitos judiciais ou defendendo-se deles, podendo confessar, desistir ou transigir em quaisquer processos judiciais;
- Apresentar à Assembleia Geral, para apreciação e votação, nas épocas legalmente determinadas, os relatórios, balanços e contas dos exercícios sociais;
- Adquirir, alienar e onerar quaisquer direitos ou bens, móveis ou imóveis, incluindo participações em outras sociedades e em agrupamentos complementares de empresa;
- Contratar e despedir empregados e prestadores de serviços;
- Constituir mandatários para a prática de determinados actos, definindo a extensão dos respectivos mandatos;
- Proceder, no caso de falta ou impedimento definitivos de algum administrador, à sua substituição, por cooptação, dentro dos sessenta dias a contar da sua falta, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual o substituído tenha sido eleito, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte.

Comissão Executiva

- A Comissão Executiva é responsável pela gestão corrente da Sociedade.
- As competências da Comissão Executiva serão fixadas pelo Conselho de Administração, que nela delegará todas as competências cuja inclusão não está vedada por lei.
- O Conselho de Administração poderá autorizar a Comissão Executiva a encarregar um ou mais dos seus membros de se ocuparem de certas matérias e a delegar em um ou mais dos seus membros o exercício de alguns dos poderes que lhe sejam delegados.
- O Presidente da Comissão Executiva, que terá voto de qualidade, deve:
 - Assegurar que seja prestada toda a informação aos demais membros do Conselho de Administração relativamente à actividade e às deliberações da Comissão Executiva;
 - Assegurar o cumprimento dos limites da delegação, da estratégia da sociedade e dos deveres de colaboração perante o Presidente do Conselho de Administração.
 - Coordenar as actividades da Comissão Executiva, dirigindo as respectivas reuniões e velando pela execução das deliberações.

Conselho Geral

- O Conselho Geral tem funções consultivas, cabendo-lhe emitir pareceres sobre as matérias que lhe forem indicadas por qualquer órgão da sociedade e designadamente sobre as seguintes:
 - Orientação estratégica da Sociedade e linhas de orientação relativas aos planos plurianuais de acção e suas actualizações;
 - Aquisição e alienação de participações sociais;
 - Projectos de expansão internacional.
- O Conselho Geral deve elaborar anualmente um relatório da sua actividade, com indicação da matéria dos pareceres dados, respectivas conclusões e votos que os aprovaram, a ser apreciado na Assembleia Geral que se pronunciar sobre o relatório e contas de exercício.

Conselho Fiscal

- Ao Conselho Fiscal compete a fiscalização da sociedade.

Comissão de Remunerações

- À comissão de remunerações compete apresentar e propor aos accionistas os princípios da política de remunerações dos órgãos sociais e de fixar as respectivas remunerações anuais, incluindo os respectivos complementos.

Composição dos Órgãos de Governo

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	João Baptista de Matos
Vice-Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Secretário	Sabino Pereira Ferraz

Conselho de Administração

Presidente	António Tomás Correia
Administrador	António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
Administrador	Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida
Administradora não Executiva	Ana Lúcia Louro Palhares
Administrador não Executivo	João Carlos Martins da Cunha Neves
Administrador não Executivo	Tereza de Jesus Teixeira Barbosa Amado*

*Cooptada em Outubro de 2014 em substituição do Administrador Antonio Santana que havia renunciado ao cargo.

Comissão Executiva

Presidente	António Francisco de Araújo Pontes
Administrador	Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
Administrador	Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida

Conselho Geral

Conselheiro Presidente	Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares
Conselheiro	João Baptista de Matos
Conselheiro	António Tomás Correia
Conselheiro	António Francisco de Araújo Pontes
Conselheiro	Pedro Cláver da Costa Furtado
Conselheiro	Carlos Maria da Silva Feijó
Conselheiro	João Avelino Augusto Manuel

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Cláver da Costa Furtado
Vogal	Carla Maria Lobo da Fonseca
Vogal	Dina Maria Leote de Oliveira
Vogal Suplente	Licínio Manuel Menezes de Assis

Comissão de Remunerações

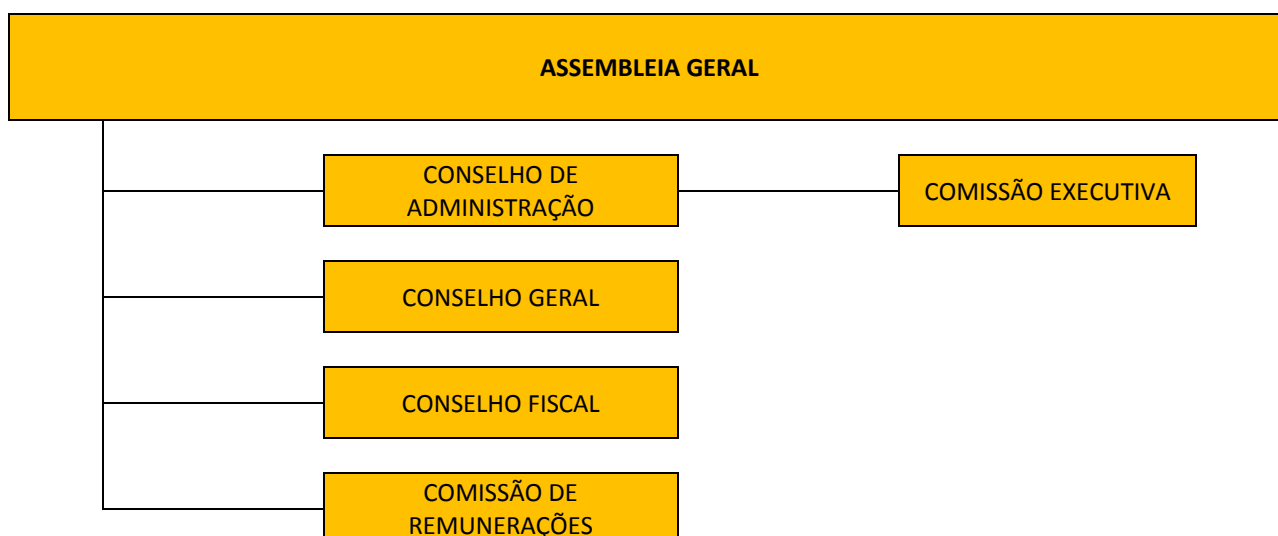
Montepio Holding S.G.P.S., S.A., representado por António Tomás Correia
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares

Secretário Societário

Joaquim Faria Briote

Organograma / Estrutura Funcional

Em 30 de Abril de 2013 realizou-se a Assembleia Geral de Accionistas que elegeu, para o triénio de 2013 – 2015, os novos elementos para os Órgãos Sociais, bem como a definição da respectiva estrutura de Governo. Deste modo, os Órgãos de Gestão do Finibanco Angola, S.A. apresentam-se distribuídos do seguinte modo:



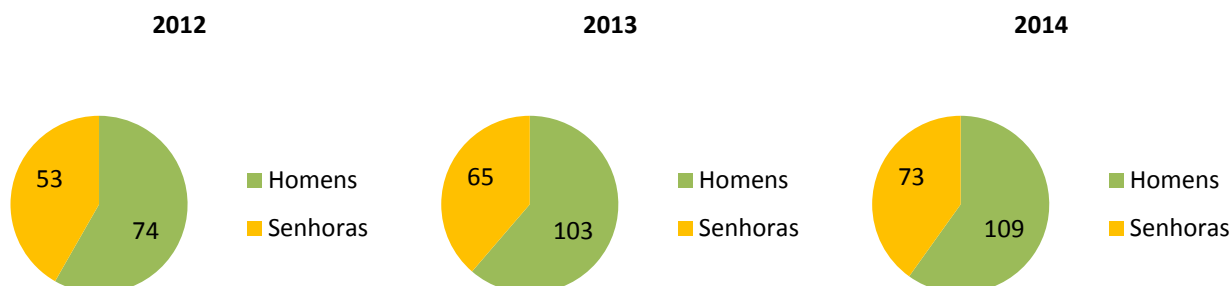
Recursos Humanos, Canais de Distribuição e Outros Meios

Recursos Humanos

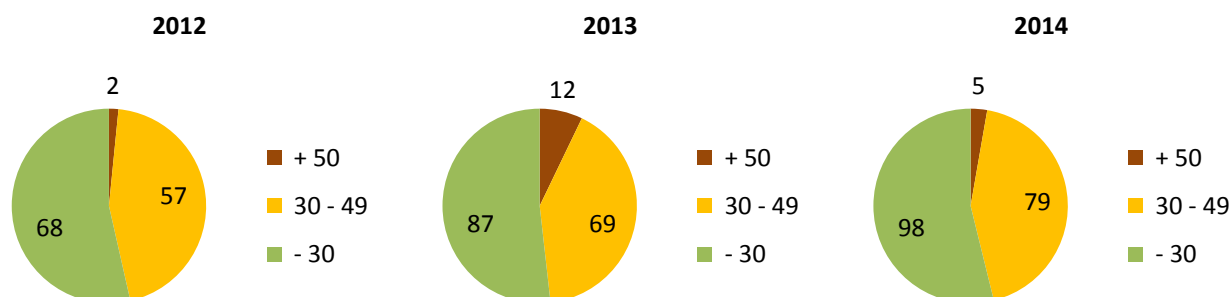
Dando continuidade aos compromissos assumidos desde o início da actividade, o Finibanco continuou a reforçar o seu quadro de pessoal com a admissão de jovens angolanos recém-licenciados, bem como o apetrechamento das suas principais unidades de negócio com elementos de comprovada experiência e conhecimentos da actividade bancária, de forma sustentada a permitir alavancar a formação das equipas comerciais (Rede de Retalho e Centros de Empresas).

	2012	2013	2014
Ensino Básico	4	4	5
Ensino Médio	41	50	43
Frequência Universit./Bach.	76	103	99
Licenciaturas e Mestrados	6	7	35

A distribuição por género nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A estrutura etária nos últimos 3 anos apresenta-se do seguinte modo:



A antiguidade dos quadros no Finibanco apresenta-se do seguinte modo:

Antiguidade dos Quadros	2012	2013	2014
5 e 6 anos	0	21	31
1 a 4 anos	108	106	113
menos de 1 ano	18	41	38

Relativamente aos apoios de saúde, o Finibanco proporciona um seguro de saúde a cada colaborador e participação em 60% no prémio de saúde dos filhos dos colaboradores.

No quadro de apoios aos colaboradores, o Banco proporciona aos seus colaboradores facilidades de financiamento a taxas preferenciais, de modo a apoiar o desenvolvimento de todos os colaboradores nas suas necessidades pessoais e familiares, tendo sido atribuídos os seguintes montantes nos últimos 3 exercícios económicos:

Tipo de Financiamento	2012	2013	2014
Consumo	37.568.815	49.647.000	32.247.100
Habitação	32.322.491	101.776.180	152.060.641
Construção	52.480.000	0	32.247.100
Investimento	0	0	7.679.916
Outros	28.860.000	350.000	5.219.304
TOTAL	151.231.306	151.773.180	229.454.061

Formação

O Finibanco no âmbito da sua estratégia de recursos humanos tem implementado esforços na formação contínua dos seus quadros nas várias áreas da sua actividade bancária, confirmando a Academia de S. Paulo como pólo de excelência para as acções de formação interna.

	2012	2013	2014
Nº Participantes	37	159	91
Total de horas	88	131	1306

Durante o ano de 2014, foram desenvolvidas acções que abrangeram todo o universo do Banco, sendo abordados temas muito relevantes ao nível de:

- Acção Comercial
- Branqueamento de Capitais
- Sigilo Bancário
- Contencioso
- Análise de Risco de Crédito
- Acolhimento ao cliente
- Novo código tributário
- Entre outros.

Canais de Distribuição

Em 31 de Dezembro 2014, o Finibanco apresenta uma rede de 18 pontos de venda, sendo 15 balcões na Rede de Retalho e 3 Centros de Empresas. O crescimento evidenciado em 2014 com mais 2 balcões e 1 centro de empresas será para continuar em 2015, onde se espera a abertura de novos balcões em Luanda e em algumas das províncias onde o Finibanco ainda não está representado.

É intenção do Banco continuar a apoiar a economia Nacional com o aumento da rede de agência pelas províncias onde é fundamental continuar o esforço de bancarização.

O Banco registou um crescimento do número de clientes em 2014 de 31% face ao ano anterior, o que representa uma captação de 6.595 novos clientes.

Número de Clientes	2014	2013	Var.
Rede de Retalho	27.091	20.670	31%
Centros de Empresas	579	405	43%
TOTAL	27.670	21.075	31%

O maior crescimento deu-se nos Centros de Empresas com mais 43% face a 2013. O desempenho da rede de retalho verificou-se igualmente positivo com um crescimento de 31%. A rede comercial foi de encontro aos objectivos globais do Banco num forte crescimento do número de clientes.

O aumento do número de clientes e volume de negócios reflectiu-se a vários níveis, com os cartões multicaixa activos a crescerem 25% em 2014, passando de 9.482 em 2013 para 11.840 em 2014, apesar do forte aumento do número de cartões atribuídos, o Finibanco reduziu a sua taxa de penetração dos cartões em 5 p.p. para 43%. Apesar desta redução a estratégia do Banco passa por aumentar a taxa de penetração e prevê-se que ao longo do ano os novos clientes venham a solicitar este produto. O número de transacções aumentou 51% e o montante transaccionado cresceu 77%, o crescimento do valor transaccionado ao crescer mais que o número de transacções dá-nos um indicador positivo de crescimento do montante médio transaccionado de 9.660 AOA em 2013 para 11.277 AOA em 2014.

Cartões Multicaixa Emitidos	2014	2013	Var.
Cartões Multicaixa activos	11.840	9.482	25%
Percentagem de adesão	43%	45%	-5%
Número de transacções	788.532	520.607	51%
Valor das transacções (milhares AOA)	8.892.000	5.029.000	77%

Os acessos *online* no Fininet, continuam a ser um desafio para o futuro do Banco, apesar de ter existido um crescimento satisfatório em 28%, principalmente por via de novos contratos, a taxa de penetração reduziu 0,4 p.p. para 14,2%. É intenção do Finibanco melhorar os indicadores associados a este canal por via de uma melhor informação das facilidades aos clientes. Trata-se de um canal que ainda tem muito potencial de crescimento.

Contratos Homebanking	2014	2013	Var.
Contratos Fininet	3.938	3.078	28%
Percentagem de adesão	14,2%	14,6%	-3%

O aumento do número de balcões, juntamente com a maior afluência de clientes nos balcões existentes, levou à necessidade de aumento da rede de ATM's disponível, pelo que, foram instaladas mais 10 máquinas, levando a um crescimento dos valores dispensados em 36%.

Máquinas ATM em serviço	2014	2013	Var.
--------------------------------	-------------	-------------	-------------

ATM's activas	35	25	40%
Valores dispensados (milhares AOA)	14.305.468	10.528.183	36%

O número de TPA's (Terminais de Pagamento Automático) do Finibanco tiveram um crescimento de 16% devido ao aumento da actividade e do número de clientes, tal como, o número de transacções e o valor das transacções, que cresceu significativamente em 105% e 128%, respectivamente. O valor médio por transacção também voltou a crescer de 16.526 AOA em 2013 para 18.384 AOA em 2014.

TPA's em serviço	2014	2013	Var.
TPA's activos	407	351	16%
Número de transacções	607.440	296.865	105%
Valor das transacções	11.167.000	4.906.000	128%

Gestão dos Riscos

O Finibanco Angola, S.A. está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade.

A política de gestão de risco do Finibanco Angola, S.A. visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros – crédito, mercados, liquidez e operacional – a que se encontra sujeita a actividade do Finibanco Angola, S.A.

A gestão de riscos está centralizada na Comissão Executiva e conta com o apoio de vários comités onde participam as diversas direcções do banco para a monitorização e acompanhamento dos riscos. A análise e controlo dos riscos são efectuados de um modo integrado, através do Gabinete de Gestão de Riscos, da Direcção de Auditoria e Controlo Interno e do Gabinete de Compliance.

É o Presidente da Comissão Executiva que assegura a articulação com o Banco Nacional de Angola, no domínio dos reportes prudenciais, designadamente ao nível de requisitos de capital, risco de liquidez e risco de taxa de juro, contando para o efeito com o apoio e suporte conjunto da Direcção de Planeamento e Contabilidade e da Área Financeira (Sala de Mercados).

No âmbito da gestão e controlo do risco de crédito foram desenvolvidas várias actividades, das quais se destacam a regular realização de Conselhos de Crédito e a revisão da política de delegação de competências de decisão de crédito, no sentido de a tornar sensível ao nível esperado do risco do cliente / operação. Este Conselho de Crédito é composto pela Comissão Executiva e pelas Direcções Comerciais (Empresas e Retalho) e assessorado pela Direcção Jurídica e Contencioso, tal como pelo no Gabinete de Análise de Risco de Crédito. A decisão de crédito é da exclusiva competência da Comissão Executiva.

Principais Tipos de Risco

Crédito - O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Mercado - O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades.

Taxa de Juro - O risco taxa de juro é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, com alterações das taxas de juro do mercado, ou potenciais desequilíbrios nas taxas de juro dos activos e passivos do balanço.

Cambial - O risco cambial é entendido como sendo a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio de activos da carteira do Banco, provocados por alterações nas taxas de câmbio utilizadas na conversão para a moeda nacional.

Liquidez - O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional - Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Risco de Contingência - O risco de contingência traduz a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de situações de emergência e perturbação da ordem pública, quer sejam decorrentes por mão humana ou devido a desastres naturais.

Organização Interna

O Conselho de Administração e/ou Comissão Executiva, no exercício das suas funções, são responsáveis pela estratégia e pelas políticas a adoptar relativamente à gestão dos riscos, sendo, nesta função, assessorado pelas direcções e gabinetes que analisam e asseguram a gestão desses riscos.

O Gabinete de Gestão de Riscos (“GGR”) identifica, avalia, monitoriza, controla e presta informações sobre todos os riscos relevantes da actividade do Finibanco e o seu enquadramento nos limites superiormente definidos. É também responsável por acompanhar a adequação e eficácia do sistema de gestão do risco face às actividades desenvolvidas e promover as medidas necessárias à correcção das deficiências detectadas. O Gabinete de Gestão de Riscos elabora periodicamente relatórios para a Comissão Executiva com informações sobre:

- Risco de Crédito: Evolução da carteira de crédito / Evolução do rácio de incumprimento
- Risco de Mercado: Evolução da valorização da carteira de títulos do Banco
- Risco de Taxa de Juro: Evolução da taxa de juro / Evolução da margem financeira do banco face a eventuais variações
- Risco de taxa de câmbio: Análise da evolução de taxas de câmbio / Evolução do impacto financeiro face a eventuais evoluções cambiais.
- Risco de Liquidez: Evolução da liquidez diária / Evolução das aplicações realizadas pelo Banco

A Direcção de Auditoria e Controlo Interno (“DAI”) tem como principais competências apreciar os relatórios sobre o sistema de controlo interno a remeter anualmente ao Banco Nacional de Angola, verificar o cumprimento e observância da legislação e normativos internos em vigor, por parte das diferentes unidades orgânicas e identificar as áreas de maior risco, apresentando à Comissão Executiva as suas conclusões. Consoante a natureza e relevância do risco, são elaborados planos, programas ou acções, apoiados por sistemas de informação, e definidos procedimentos, que proporcionam um elevado grau de fiabilidade relativamente às medidas de gestão de risco oportunamente definidas.

No que diz respeito ao risco de compliance, é da competência do Head of Compliance, na dependência da Comissão Executiva, assegurar o seu controlo, identificar e avaliar as diversas situações que concorrem para o referido risco, designadamente em termos de transacções/actividades, negócios, produtos e órgãos de estrutura. Neste âmbito, também a DAI avalia o sistema de controlo interno, identificando as áreas de maior relevância/risco, visando a eficácia da governação.

Avaliação de Riscos

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. Assim, o processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas definidas pela Comissão Executiva e que são aplicadas no âmbito das competências do Conselho de Crédito. As decisões de crédito dependem das informações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes e encontram-se na dependência exclusiva da Comissão Executiva.

A gestão de risco de crédito no Finibanco assenta no acompanhamento sistemático da carteira de crédito, onde se avalia continuamente, se os factores de risco se mantêm consistentes com a estratégia definida.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito o Gabinete de Gestão de Riscos monitoriza mensalmente a carteira de crédito em situação irregular, avaliando igualmente a concentração de crédito.

O Banco utiliza técnicas de mitigação do risco de crédito, de modo a salvaguardar-se contra eventuais incumprimentos dos contratos estabelecidos: por um lado a obtenção de colaterais no âmbito das operações de crédito e por outro lado um acompanhamento permanente das operações em risco de incumprimento.

Risco de Mercado

Actualmente o Finibanco não possui carteira de negociação, sendo os activos financeiros detidos pelo Banco detidos até à sua maturidade. Logo que existam outros instrumentos financeiros de mercado que justifiquem outra abordagem de risco, a Comissão Executiva deliberará em conformidade.

Risco de taxa de juro

O acompanhamento do risco de taxa de juro inclui a análise da evolução das taxas de juro, a análise de gaps de repricing e a análise de spreads, entre outros aspectos, monitorizando a evolução da margem financeira face a eventuais variações. A maioria das operações da carteira de crédito do Finibanco tem um pricing com base na Luibor, e em muitas situações com um floor definido acima da taxa de cedência de fundos do BNA.

Risco Cambial

Ao nível do risco cambial, procede-se, em regra, à aplicação dos recursos captados nas diversas moedas, através de activos no mercado monetário respectivo e por prazos não superiores aos dos recursos, pelo que os gaps cambiais existentes decorrem essencialmente de eventuais desajustamentos entre os prazos das aplicações e dos recursos. Diariamente é monitorizada a exposição cambial do Finibanco, tendo em conta os limites prudenciais estabelecidos pelo Banco Nacional de Angola. A gestão do risco de taxa de câmbio inclui a análise de evolução das taxas de câmbio, a análise dos activos e passivos financeiros por moeda, entre outras. O objectivo do Finibanco no que respeita ao risco de taxa de câmbio é que este seja tendencialmente zero.

Risco de Liquidez

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente pela Área Financeira, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de regulamentação prudencial e para acompanhamento por parte da Comissão Executiva. Adicionalmente, é realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco Nacional de Angola. O processo de gestão do risco de liquidez em vigor no Finibanco tem como objectivo manter um nível de disponibilidades com maturidade adequada, para fazer face às necessidades e aplicações financeiras do Banco.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Em termos prudenciais, o Finibanco está sujeito à supervisão do Banco Nacional de Angola que, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos que as instituições deverão cumprir. O Banco apesar de estar acima dos rácios mínimos exigidos faz um acompanhamento diário e mensal dos vários indicadores em função da sua pertinência.

Risco Operacional

A gestão do Risco Operacional baseia-se na análise de eventos informados ao Gabinete de Compliance, à Direcção de Auditoria e Controlo Interno e à Comissão Executiva, apresentando sugestões para proceder à melhoria dos procedimentos actuais ou à criação de novos procedimentos que colmatem as insuficiências detectadas.

Risco de Contingência

O Gabinete de Gestão de Riscos efectuará o acompanhamento dos planos de contingência que o Finibanco tem em preparação, tão logo estejam disponíveis.

Evolução das Áreas de Negócio

No seguimento da estratégia de expansão da rede comercial imposta desde 2012, o Finibanco diferencia a sua actividade entre Banca de Retalho e Banca de Empresas, desta forma, pretende-se que cada segmento possa responder de forma adequada às necessidades dos seus clientes, tornando mais eficiente a abordagem às necessidades, variantes e desafios constantes que nos são impostos.

Banca de Retalho

O Finibanco do decurso do exercício de 2014 efectuou a abertura de 2 balcões no Centro de Luanda, nomeadamente em Talatona – Complexo Dolce Vta e no Hotel Sana, tendo desta forma alargado a sua rede para 15 unidades. De salientar que ao objectivo de aumentar a capilaridade da rede na Província de Luanda, o Finibanco tem mantido uma forte aposta nas províncias, onde se encontra presente com 3 balcões em Benguela e Huambo, estando projectado para o próximo exercício a expansão e entrada do Finibanco nas províncias da Huila e de Cabinda.

A concessão de crédito continuou a ser uma prioridade, no entanto não pudemos deixar de ter uma criteriosa política de análise e gestão de risco de crédito e de adequação às exigências da legislação do BNA.

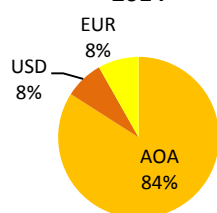
Produto	2014	2013	Var.
Conta Corrente	6.317.267.153	3.799.921.495	66%
Financiamento	5.553.572.429	7.982.228.657	-30%
Rendas	3.403.265.761	3.016.505.030	13%
Descoberto	1.526.457.798	1.267.770.300	20%
Leasing	90.459.130	159.959.290	-43%
VISA	7.726.241	0	-
TOTAL	16.898.748.512	16.226.384.771	4%

Durante o ano de 2014, verificamos que existe uma redução dos financiamentos em 19% por via de amortizações antecipadas que eram significativas em carteira, contudo, em linha com o crescimento de anos anteriores, registámos um crescimento no apoio de tesouraria junto dos nossos clientes de retalho como os descobertos em conta à ordem e contas correntes (+ 55%), adicionalmente, devemos salientar que foi dado início a um projecto-piloto, no exercício de 2014, de cartões de crédito VISA que ainda está em fase de testes.

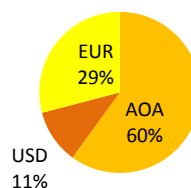


O apoio dado ao investimento e tesouraria encurtou o prazo residual da carteira de crédito, em 2013 a carteira tinha 61% do seu valor com maturidade superior a 12 meses face aos actuais 33% para o mesmo período. Em 2014 existe uma concentração de 49% da carteira entre 1 mês e 6 meses, face a uma maior dispersão em 2013.

**CARTEIRA DE CRÉDITO
2014**

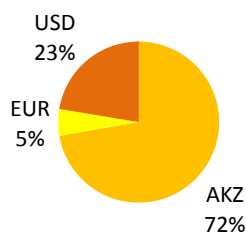


**CARTEIRA DE CRÉDITO
2013**

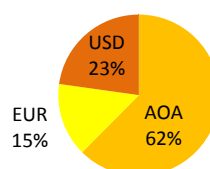


O Finibanco continua a apoiar significativamente a alteração do padrão de financiamento que se verificou no passado com a passagem de financiamentos em moeda estrangeira para Kwanzas. Tal como fica evidenciado nos gráficos acima, a carteira de crédito em Kwanzas obteve um crescimento no seu peso percentual ao passar de 60% em 2013 para 84% em 2014. Ambas as moedas Euro e Dólar americano registaram uma forte redução do seu peso percentual na carteira global do Banco.

**RECURSOS DE CLIENTES
2014**



**RECURSOS DE CLIENTES
2013**



Apesar de toda a carteira de recursos ter apresentado um crescimento de 9% face ao ano anterior, verificamos que os recursos em moeda estrangeira passaram a ter um peso relativo inferior, principalmente, os recursos em Euros, em 2013 representavam 38% da carteira e actualmente representam 28%. Já se verifica uma alteração significativa nos recursos em moeda estrangeira, apesar do Dólar americano manter o seu peso relativo na carteira de recursos devido ao seu peso histórico no quotidiano da sociedade angolana.

Tipo	2014	2013	Var.
DO	20.604.042.052	21.149.415.444	-3%
DP	18.042.864.883	14.407.747.477	25%
TOTAL	38.646.906.935	35.557.162.920	9%

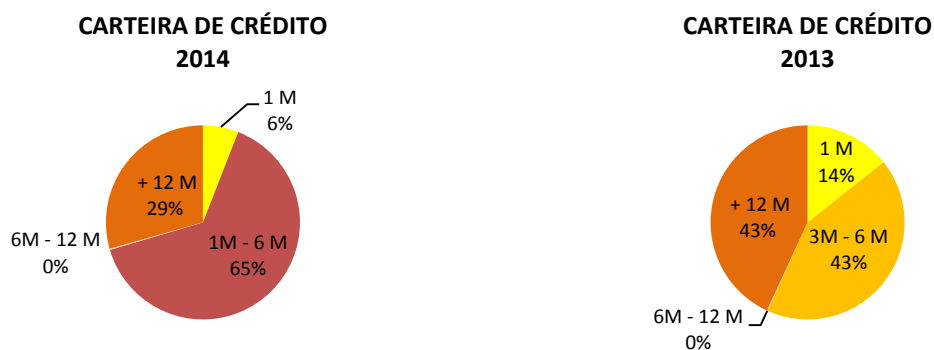
A carteira de recursos teve um crescimento global em 2014 de 9% por via dos novos clientes e reforço da relação comercial com os actuais clientes do Banco. Durante o exercício de 2014, a abertura de novos balcões foi fundamental, juntamente com as estratégias comerciais de proximidade ao cliente para que os produtos existentes de poupança tivessem uma procura acrescida de 25%. Nos últimos anos tem sido constante o reforço da educação financeira junto dos nossos clientes e o aumento de 25% nos produtos de poupança é um reflexo desse crescimento na educação financeira dos nossos clientes.

Centros de Empresas

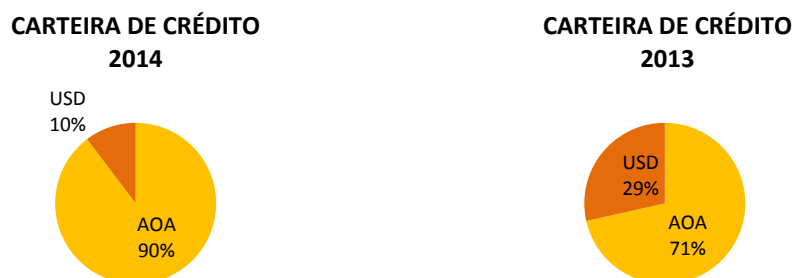
A consolidação da estrutura comercial em 2014, permitiu que as grandes empresas e potenciais clientes possam ter um atendimento especializado e focado nas necessidades cada vez mais complexas das empresas no mercado Angolano. Como podemos verificar, este segundo ano de consolidação foi muito positivo com o crescimento da carteira de crédito em 216% face a 2013.

Produto	2014	2013	Var.
Conta Corrente	12.445.095.922	3.662.801.839	240%
Financiamento	7.170.850.904	2.524.351.869	184%
Rendas	1.318.419.884	509.687.176	159%
Descoberto	763.427.368	180.424.414	323%
Leasing	704.448	0	-
VISA	0	0	-
TOTAL	21.698.498.526	6.877.265.298	216%

No seguimento do que já tínhamos verificado na Rede de Retalho, houve um crescimento acentuado dos produtos de investimento e apoio à tesouraria, 240% e 323%, respectivamente. Como é normal na gestão de liquidez das empresas, principalmente no mercado Angolano, no segmento dos Centros de Empresas verifica-se um crescimento em 323% dos descobertos, contudo, este crescimento está relacionado com o aumento do volume de negócios e não por uma alteração da política interna de financiamento, onde estas situações continuam a ser pontuais e transitórias.

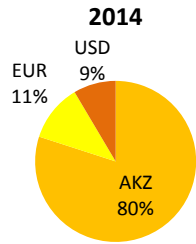


Nos Centros de Empresas a carteira de crédito teve uma evolução de maior concentração em Kwanzas, tal como seria de esperar, a política de financiamento do Banco, em linha com a legislação Angolana e indicações do regulador passa pelo quase exclusivo financiamento em Kwanzas, por conseguinte, em 2013 a exposição a moeda estrangeira era de 29%, enquanto em 2014 verificou-se uma redução do seu peso percentual para os 10% da carteira em moeda estrangeira.

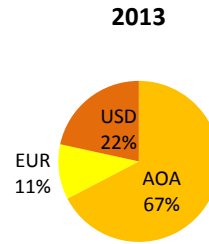


Em linha com a estratégia acima identificada, a carteira de recursos dos Centros de Empresas, evoluiu no mesmo sentido, ou seja, para uma redução do peso percentual dos recursos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, maior peso do Kwanza em carteira, ou seja, passou de 67% em 2013 para 80% em 2014.

RECURSOS DE CLIENTES



RECURSOS DE CLIENTES



Os recursos de clientes nos Centros de Empresas, à semelhança da Banca de Retalho, obteve um forte crescimento, face a 2013 a carteira de recursos cresceu 193%. O maior crescimento verificou-se em depósitos a prazo (487%) por via da imposição de colaterais nas operações de financiamento efectuadas. À semelhança da Banca de Retalho, o reforço da relação comercial com os actuais clientes do Finibanco, muito pela consolidação desta área de negócio, levou ao reforço global dos recursos em 2014.

Tipo	2014	2013	Var.
DO	4.111.759.503	4.171.199.470	-1%
DP	16.245.699.611	2.768.622.770	487%
TOTAL	20.357.459.114	6.939.822.239	193%

Análise Financeira

Análise da evolução da estrutura do Balanço

A estrutura de balanço do Finibanco Angola, SA em 2014 verificou um crescimento de 39% face a 2013. Este crescimento deveu-se a 2 factores distintos, aumento da captação de recursos e contratualização de um empréstimo subordinado, deste modo, o Finibanco, ficou capaz de fazer crescer o seu activo de modo sustentado, através da concessão de crédito e aquisição de dívida pública. O aumento dos recursos de clientes em 2014 foi de 53.003 milhões de Kwanzas, face a 42.497 milhões de Kwanzas em 2013, permitindo, deste modo, que os excedentes de liquidez fossem diversificados entre a aquisição de títulos de dívida pública e a concessão de crédito à economia, como se pode verificar no crescimento de 456% e 68%, respectivamente. O aumento do imobilizado em 13% face a 2013, deve-se à abertura de novos balcões, pelo que, será natural um novo aumento do imobilizado nos próximos exercícios. Apesar do aumento dos financiamentos concedidos, com um crescimento de 68% do crédito líquido de provisões, o Finibanco mantém uma rigorosa política de análise de risco de crédito e, adicionalmente, uma criteriosa política de reconhecimento das provisões para créditos de liquidação duvidosa.

	2014	2013	Varição
Disponibilidades	9.913.116.260	11.856.942.510	-16%
Aplicações de Liquidez	10.055.680.306	11.650.801.631	-14%
Títulos e Valores Mobiliários	12.970.109.786	2.334.187.000	456%
Crédito Líquido de Provisões	36.395.956.783	21.708.019.475	68%
Imobilizações	5.780.577.260	5.111.738.667	13%
Outros Activos	1.028.646.098	1.941.203.241	-47%
ACTIVO	76.144.086.493	54.602.892.525	39%
Recursos de Clientes	59.003.429.926	42.496.985.161	39%
Captações de Liquidez	2.097.932.125	0	-
Outros Passivos	5.494.740.367	3.765.631.716	46%
PASSIVO	66.596.102.418	46.262.616.877	44%
CAPITAL PRÓPRIO	9.547.984.075	8.340.275.649	14%
PASSIVO + CAPITAL PRÓPRIO	76.144.086.493	54.602.892.525	39%

Disponibilidades

Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco registou uma redução de 16% nas suas Disponibilidades face a 2013, esta redução deve-se à estratégia implementada de aquisição de títulos de dívida pública, de modo a remunerar melhor os activos. Os valores registados no Banco Central cresceram 24% para 7.795 milhões de Kwanzas face a 6.266 milhões de Kwanzas em 2013, devido ao aumento das Reservas Mínimas Obrigatórias por via do aumento dos recursos de clientes, mesmo existindo uma redução da taxa a aplicar para reservas mínimas em Kwanzas exigida pelo Banco Central. As disponibilidades em Instituições Financeiras reduziram 86%, contudo, esta rubrica está directamente ligada ao sucesso dos leilões de moeda estrangeira junto do Banco Nacional de Angola e depósitos de clientes em moeda estrangeira.

	2014	2013	Varição
Caixa	1.831.753.563	3.478.457.077	-47%
Disponibilidades no Banco Central	7.795.057.608	6.265.532.851	24%
Disponibilidades em Instituições Financeiras	286.305.089	2.112.952.581	-86%
DISPONIBILIDADES	9.913.116.260	11.856.942.510	-16%

Aplicações de Liquidez

As aplicações de liquidez registaram um valor de 10.056 milhões de Kwanzas em 2014 face aos 11.651 milhões de Kwanzas em 2013. Esta redução de 14% nas aplicações de liquidez está directamente ligada à alteração de política de investimento das disponibilidades. As aplicações de liquidez são efectuadas no mercado nacional, preferencialmente junto dos Bancos Comerciais, contudo, sempre que tais necessidades não se verificam o Finibanco aplica os excedentes de liquidez junto do Banco Central através de títulos com acordo de revenda e overnights.

As aplicações em MMI (Mercado Monetário Interbancário) são sempre feitas no muito curto prazo (normalmente até 3 dias), em especial através de *overnights*. No exercício de 2014 verificou-se uma redução de 29% nas disponibilidades aplicadas em MMI devido à redução das próprias disponibilidades globais do Banco devido à estratégia de diversificação da remuneração dos activos através da aquisição de títulos de dívida pública e contratos de reporte com acordo de revenda que em 2014 voltaram a ser adquiridos.

	2014	2013	Variação
Mercado Monetário Interfinanceiro	8.300.914.404	11.650.801.631	-29%
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	1.754.765.902	0	-
APLICAÇÕES DE LÍQUIDEZ	10.055.680.306	11.650.801.631	-14%

Títulos e Valores Mobiliários

No seguimento do exposto acima, e face à alteração da política de investimento dos excedentes de liquidez, o Finibanco aumentou a sua carteira de títulos através da aquisição de obrigações do tesouro indexadas ao dólar americano por maturidades de 2 anos, 3 anos, 4 anos e 5 anos. Estas aquisições permitem-nos melhorar a rentabilidade dos excedentes de liquidez face às aplicações em MMI, tal como à diversificação das aplicações efectuadas, levando-nos em 2014 a registar um valor de 12.970 milhões de Kwanzas face a 2.334 milhões de Kwanzas em 2013.

	2014	2013	Variação
Obrigações do Tesouro AOA	0	313.092.533	-100%
Obrigações do Tesouro INDEX USD	12.970.109.786	2.021.094.468	542%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	12.970.109.786	2.334.187.000	456%

Crédito e Provisões

O critério apertado de uma política rigorosa na concessão de crédito não limitou o crescimento sustentado em 67% da carteira de crédito do Finibanco em 2014. Mesmo com um forte aumento das provisões, devido à política prudente que a gestão impõe, o crescimento das provisões ficou abaixo do crescimento do crédito bruto, o que levou a um aumento em 68% da carteira de crédito líquida de provisões em 2014.

	2014	2013	Variação
Crédito Bruto	38.597.141.765	23.103.649.680	67%
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(2.201.184.981)	(1.395.630.205)	58%
CRÉDITO BRUTO	36.395.956.783	21.708.019.475	68%

Imobilizações

O alargamento da rede de balcões, com aquisições de imobiliário e respectivas obras, são parte significativa do crescimento de 13% do imobilizado corpóreo do Finibanco. O imobilizado incorpóreo está ligado ao crescimento estrutural do banco com a necessidade de implementação de novos projectos e alargamento das licenças de programas informáticos face ao aumento do número de colaboradores não sendo expressivo em 2014.

	2014	2013	Varição
Imobilizações Financeiras	23.729.921	23.729.921	0%
Imobilizado Corpóreo	5.257.062.012	4.588.812.903	15%
Imobilizado Incorpóreo	499.785.327	499.195.844	0%
IMOBILIZAÇÕES	5.780.577.260	5.111.738.667	13%

Recursos de Clientes

A captação de recursos de clientes continua a ser um dos principais objectivos do Finibanco, deste modo, poderemos realocar os recursos captados junto da economia angolana e remunerar correctamente os recursos existentes, tal como, iniciar uma cultura de poupança junto dos nossos clientes. A cultura de poupança começa a ser evidente com o crescimento dos depósitos a prazo em 100% para 34.289 milhões de Kwanzas em 2014 face a 17.176 milhões de Kwanzas em 2013. A redução de recursos à ordem é residual, existindo, tendência para o excedente de recursos nas contas dos clientes passar para depósitos a prazo ou ser utilizado na actividade regular das empresas e particulares.

	2014	2013	Varição
Depósitos à Ordem	24.714.865.432	25.320.614.914	-2%
Depósitos a Prazo	34.288.564.494	17.176.370.247	100%
RECURSOS DE CLIENTES	59.003.429.926	42.496.985.161	39%

Análise da evolução da Demonstração de Resultados

A evolução e crescimento do Banco permanece constante e reforça a sua consolidação. A implementação do Finibanco enquanto banco de referência no mercado Angolano é uma realidade presente no tecido empresarial e os resultados dessa actividade em 2014 consumaram-se num resultado líquido de +10%, passando de 1.465 milhões de Kwanzas em 2013 para 1.618 milhões de Kwanzas em 2014.

	2014	2013	Varição
Margem Financeira	3.075.851.815	1.671.716.758	84%
Resultados de Operações Cambiais	1.891.443.222	2.044.422.049	-7%
Resultados de Prestação de Serviços Financeiros	1.209.006.009	1.073.710.565	13%
Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa e Prestação de Garantias	(1.889.296.250)	(1.065.858.003)	77%
RESULTADO DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	4.287.004.796	3.723.991.369	15%
Custos Administrativos e de Comercialização	(2.063.705.942)	(1.508.327.835)	37%
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	(49.730.540)	(61.415.268)	-19%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	(243.803.620)	(21.126.500)	1054%
OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	(2.357.240.102)	(1.590.869.604)	48%
RESULTADO OPERACIONAL	1.929.764.694	2.133.121.765	-10%
Resultado não Operacional	(80.746.912)	68.642.296	-218%
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E OUTROS ENCARGOS	1.849.017.782	2.201.764.061	-16%
Encargos sobre o Resultado Corrente	(231.309.356)	(737.098.660)	-69%
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	1.617.708.426	1.464.665.401	10%

Margem Financeira

Verificamos que a margem financeira em 2014 obteve um crescimento de 84% face a 2013. O principal impacto deste crescimento deveu-se aos Proveitos de Crédito que cresceram 75%, passando de 2.305 milhões de Kwanzas em 2013 para 4.031 milhões de Kwanzas em 2014, e ao forte crescimento dos proveitos de títulos e valores mobiliários, registando em 2014 o valor de 1.209 milhões de Kwanzas face a 121 milhões de Kwanzas em 2013.

O aumento em 138% dos Custos dos Depósitos foi o factor de maior crescimento do lado dos custos, registando 2.191 milhões de Kwanzas em 2014 face a 921 milhões de Kwanzas em 2013, contudo, é importante registar em 2014 o custo de cobertura do risco cambial através de instrumentos financeiros derivados e o custo associado ao empréstimo subordinado em Outras captações.

	2014	2013	Varição
Proveitos de Instrumentos Financeiros Activos	5.563.775.032	2.593.427.664	115%
Proveitos de crédito	4.030.565.292	2.304.709.971	75%
Proveitos de aplicações de liquidez	302.313.592	167.731.778	80%
Proveitos de títulos e valores mobiliários	1.209.377.648	120.985.915	900%
Proveitos de instrumentos financeiros derivados	21.518.500	0	-
Custos de Instrumentos financeiros Passivos	2.487.923.217	921.710.906	170%
Custos de depósitos	2.190.843.037	921.185.939	138%
Custos de instrumentos financeiros derivados	126.492.676	500.453	-
Custos de captações para liquidez	12.509.017	24.514	50928%
Custos com outras captações	158.078.487	0	-
MARGEM FINANCEIRA	3.075.851.815	1.671.716.758	84%

Resultados de Operações Cambiais

Os resultados de operações cambiais cresceram 11% em 2014 face ao exercício anterior, contudo, o impacto negativo dos resultados em reavaliação cambial atenuaram o crescimento do resultado, levando o resultado final em 2014 para 1.891 milhões de Kwanzas face a 2.044 milhões de Kwanzas em 2013.

Deverá ser salientado que a mais-valia cambial em títulos de dívida pública indexada ao Dólar Americano está reflectida na margem financeira, pelo que, a menos valia registada em reavaliação cambial é anulada.

	2014	2013	Varição
Resultados de Operações Cambiais	2.227.400.299	2.006.304.226	11%
Resultados de Reavaliação Cambial	(335.957.077)	38.117.822	-981%
RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS	1.891.443.222	2.044.422.049	-7%

Resultados de Prestação de Serviços Financeiros

Os resultados de prestação de serviços financeiros cresceram em 2014 para 1.209 milhões de Kwanzas face a 1.074 milhões de Kwanzas registados em 2013. Durante o exercício 2014 as comissões de estrangeiro permaneceram como o factor de maior peso, mesmo tendo reduzido os proveitos associados (487 milhões de Kwanzas em 2014 face a 501 milhões de Kwanzas em 2013), contudo, verificámos que outras rubricas se destacaram em 2014 face a 2013, tais como comissões de garantias prestadas (172 milhões de Kwanzas em 2014 face a 90 milhões de Kwanzas em 2013) e comissões de abertura/renovação CC (155 milhões de Kwanzas em 2014 face a 96 milhões de Kwanzas em 2013), ao invés de outras rubricas que em 2013 tiveram um peso mais significativo face a 2014, tais como, as comissões de compra e venda de moeda estrangeira (99,8 milhões de Kwanzas em 2014 face a 128 milhões de Kwanzas em 2013) e as comissões de montagem de operação (78 milhões de Kwanzas em 2014 face a 188 milhões de Kwanzas em 2013).

Verificámos uma redução dos custos em 2014 por via da redução de operações de estrangeiro, deste modo, obtivemos um valor de 134 milhões de Kwanzas em 2014 face a 145 milhões de Kwanzas em 2013.

	2014	2013	Varição
Comissões / Prestação de Serviços Recebidos	1.343.025.442	1.218.733.676	10%
Operações de estrangeiro	487.445.003	501.480.140	-3%
Garantias prestadas	172.256.933	90.020.467	91%
Abertura/Renovação C/CC	155.631.823	96.638.443	61%
Abertura créditos documentários	116.329.955	111.671.834	4%
Compra e venda de moeda estrangeira	99.863.395	128.924.758	-23%
Montagem operação	77.856.104	188.256.779	-59%
Abertura/Renovação C/CR	69.414.056	1.056.141	6472%
Imobilização C/CC	25.828.098	19.751.849	31%
Anuidade de cartões	13.779.820	0	-
Outras Comissões	12.757.241	17.711.719	-28%
Movimentos ATM FNB	45.679.852	32.855.750	39%
Movimentos TPA FNB	48.372.624	21.730.779	123%
Outras Prestações de Serviços	17.810.539	8.635.016	106%
Comissões / Prestação de Serviços Pagos	134.019.433	145.023.110	-8%
Operações de estrangeiro	93.379.637	121.746.403	-23%
Serviços bancários	9.559.960	9.957.890	-4%
Movimentos TPA FNB	18.304.020	7.404.207	147%
VISA	4.269.626	0	-
Outros	8.506.190	5.914.610	44%
RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	1.209.006.009	1.073.710.565	13%

Outros Proveitos e Custos Operacionais

Os custos operacionais devido ao aumento da actividade do banco registaram um crescimento de 48%, esta evolução está directamente ligada à necessidade de reforço das equipas nos balcões e serviços centrais, onde se verificou um aumento dos custos com pessoal em 24%, e, com o aumento da actividade e necessidade de maior contratação de serviços terceiros, onde se verificou um aumento de 50%. No exercício de 2014 procedeu-se ao registo de contingências fiscais relativas a

exercícios anteriores e um valor excepcional não recorrente devido a dois incidentes que ocorreram em balcões durante o exercício 2014.

	2014	2013	Varição
Custos Administrativos e de Comercialização	2.063.705.942	1.508.327.835	37%
Custos com Pessoal	900.652.425	725.555.959	24%
Fornecimento de Terceiros	1.083.590.273	723.738.916	50%
Depreciações e Amortizações	234.421.056	188.851.132	24%
Outros	17.689.104	34.908.560	-49%
Recuperação de Custos Administrativos	(172.646.916)	(164.726.731)	5%
Provisões sobre Outros Valores e Responsabilidades Prováveis	49.730.540	61.415.268	-19%
Outros Proveitos e Custos Operacionais	243.803.620	21.126.500	1054%
OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS	2.357.240.102	1.590.869.604	48%

Resultado não Operacional

O resultado não operacional no exercício 2014 registou um prejuízo de 81 milhões de Kwanzas, em contraste com o proveito de 69 milhões de Kwanzas registados no exercício de 2013.

Os custos verificados são não recorrentes, tratando-se de regularizações de itens pendentes por regularizar em anos anteriores.

	2014	2013	Varição
Proveitos não Operacionais	100.685.188	79.996.548	26%
Recebimento de Juros de Exercícios Anteriores	11.511.954	30.109.453	-62%
Outros	89.173.234	49.887.095	79%
Custos não Operacionais	181.432.100	11.354.252	1498%
Anulação de Juros de Exercícios Anteriores	17.525.947	11.342.252	55%
Outros	163.906.153	12.000	1365785%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-80.746.912	68.642.296	-218%

Solvabilidade

O Finibanco apresentou um reforço dos seus Fundos Próprios Regulamentares em 2014 de 55%, o crescimento verificado (de 7.817 milhões de Kwanzas em 2013 para 12.110 milhões de Kwanzas em 2014) deve-se à contratação de um empréstimo subordinado junto do nosso accionista Montepio Holding S.G.P.S, S. A. no valor de 30 milhões de dólares Americanos e ao resultado líquido acumulado do exercício de 2014.

O crescimento do Finibanco, comprovado pelo aumento em 45% dos Activos Ponderados pelo Risco, levou a uma redução do rácio de solvabilidade, contudo, os 18% do rácio actualmente registado, acima dos 10% impostos pelo Banco Nacional de Angola, permanece a um nível muito positivo e de maior potencial para rentabilizar os capitais próprios. Consideramos que os valores, actualmente apresentados, são o garante de um Banco com uma estabilidade e solidez de referência no mercado Angolano.

	2014	2013	Variação
Fundos Próprios de Base nível 1	9.547.984.075	8.340.275.649	14%
Resultado	1.617.708.426	1.464.665.401	
Capital	4.181.999.740	4.181.999.740	
Reserva de actualização monetária do capital social	0	0	
Reserva legal	971.646.165	678.713.085	
Reserva especial	0	0	
Outras reservas	2.776.629.744	2.014.897.423	
Lucros e prejuízos transitados	0	0	
Dedução aos Fundos Próprios de Base	(523.515.248)	(522.925.765)	0%
Acções ou quotas próprias em tesouraria	0	0	
Empréstimos com natureza de capital	0	0	
Imobilizações financeiras	(23.729.921)	(23.729.921)	
Imobilizações incorpóreas	(499.785.327)	(499.195.844)	
Fundos Próprios Complementares nível 2	3.085.890.000	0	-
Fundo social	0	0	
Outros fundos	0	0	
Dívidas subordinadas	3.085.890.000	0	
Instrumentos híbridos de capital e dívida (IHCD)	0	0	
Reservas de reavaliação	0	0	
FUNDOS PRÓPRIOS REGULAMENTARES	12.110.358.827	7.817.349.884	55%
Total dos Activos Ponderados pelo Risco	48.221.533.010	33.169.884.035	45%
Rácio de Solvabilidade	18%	20%	- 2 pp

Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi apurado, como resultado líquido o valor de 1.617.708.426 (mil seiscentos e dezassete milhões e setecentos e oito mil e quatrocentos e vinte e seis Kwanzas).

Tendo em conta o equilíbrio entre as necessidades regulamentares de manutenção dos fundos próprios, o crescimento e consolidação no mercado Angolano do Finibanco Angola, S.A. e a remuneração do investimento dos accionistas nos termos adequados, propõe-se que os resultados apurados tenham a seguinte aplicação:

RESERVA LEGAL

AOA 323.541.685

(trezentos e vinte e três milhões e quinhentos e quarenta e um mil e seiscentos e oitenta e cinco Kwanzas)

RESERVA LIVRE

AOA 809.166.741

(oitocentos e nove milhões e cento e sessenta e seis mil e setecentos e quarenta e um Kwanzas)

DIVIDENDOS

AOA 485.000.000

(quatrocentos e oitenta e cinco milhões de Kwanzas)

Esta proposta permite cumprir com os objectivos referidos nos considerandos.

Luanda, 23 de Fevereiro de 2015

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Demonstrações Financeiras


Finibanco Angola, S.A. Balço em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014 AKZ '000	2013 AKZ '000
ACTIVO			
Disponibilidades	3	9.913.116	11.856.943
Aplicações de liquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	4	8.300.914	11.650.802
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	4	1.754.766	-
Títulos e valores mobiliários			
Mantidos até ao vencimento	5	12.970.110	2.334.187
Créditos no sistema de pagamentos	6	647.040	1.185.446
Créditos	7	36.395.957	21.708.020
Créditos		38.597.142	23.103.650
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.201.185)	(1.395.630)
Outros valores	8	381.606	755.756
Imobilizações			
Imobilizações financeiras	9	23.730	23.730
Imobilizações corpóreas	10	5.257.062	4.588.813
Imobilizações incorpóreas	11	499.785	499.196
TOTAL DO ACTIVO		76.144.086	54.602.893
PASSIVO			
Depósitos			
Depósitos à ordem	12	24.714.865	25.320.615
Depósitos a prazo	12	34.288.564	17.176.370
Captações de Líquidez			
Operações no mercado monetário interfinanceiro	13	2.097.932	-
Captações com títulos e valores mobiliários			
Instrumentos Financeiros Derivados	14	105.810	597
Obrigações no sistema de pagamentos	6	1.142.528	2.592.013
Operações cambiais			
Outras captações			
Dívidas subordinadas	15	3.140.560	-
Outras captações contratadas	15	-	69
Outras obrigações	16	1.009.726	1.118.231
Provisões para responsabilidades prováveis	17	96.117	54.722
TOTAL DO PASSIVO		66.596.102	46.262.617
FUNDOS PRÓPRIOS			
Capital social	18	4.182.000	4.182.000
Reservas e fundos	19	3.748.276	2.693.611
Resultado do exercício		1.617.708	1.464.665
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		9.547.984	8.340.276
TOTAL DO PASSIVO + FUNDOS PRÓPRIOS		76.144.086	54.602.893

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.
Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Notas	2014 AKZ '000	2013 AKZ '000
Margem financeira	21	3.075.852	1.671.716
Proveitos de instrumentos financeiros activos			
Proveitos de aplicações de liquidez		302.314	167.732
Proveitos de títulos e valores mobiliários		1.209.378	120.985
Proveitos de instrumentos financeiros derivados		21.518	-
Proveitos de crédito		4.030.565	2.304.710
Custos de instrumentos financeiros passivos			
Custos de depósitos		(2.190.843)	(921.186)
Custos de captações para liquidez		(12.509)	(25)
Custos de instrumentos financeiros derivados		(126.493)	(500)
Custos de outras captações		(158.078)	-
Resultados de operações cambiais	22	1.891.443	2.044.422
Resultados de prestação de serviços financeiros	23	1.209.006	1.073.711
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	24	(1.889.296)	(1.065.858)
Resultado de intermediação financeira		4 287 005	3 723 991
Custos administrativos e de comercialização			
Pessoal	25	(900.652)	(725.556)
Fornecimentos de terceiros	26	(1.083.590)	(723.739)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	27	(10.980)	(17.997)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	28	(4.599)	(1.092)
Outros custos administrativos e de comercialização	29	(2.111)	(15.819)
Depreciações e amortizações	30	(234.421)	(188.851)
Recuperação de custos	31	172.647	164.727
Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	32	(49.731)	(61.415)
Outros proveitos e custos operacionais	33	(243.804)	(21.127)
Outros proveitos e custos operacionais		(2.357.240)	(1.590.869)
Resultado operacional		1.929.765	2.133.122
Resultado não operacional	34	(80.748)	68.642
Resultado antes dos impostos e outros encargos		1.849.017	2.201.764
Encargos sobre o resultado corrente	35	231.309	737.099
Resultado do exercício		1.617.708	1.464.665

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.
Demonstração de Mutações nos Fundos Próprios em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	Total dos fundos próprios AKZ '000	Capital social AKZ '000	Reserva legal AKZ '000	Prémio de emissão AKZ '000	Outras reservas AKZ '000	Resultado do exercício AKZ '000
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	7.185.611	4.182.000	461.256	148.000	1.307.069	1.087.286
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	217.457	-	-	(217.457)
Outras reservas	-	-	-	-	559.829	(559.829)
Distribuição de resultados (nota 18)	(310.000)	-	-	-	-	(310.000)
Resultado do exercício	1.464.665	-	-	-	-	1.464.665
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	8.340.276	4.182.000	678.713	148.000	1.866.898	1.464.665
Constituição de reservas						
Reserva legal	-	-	292.933	-	-	(292.933)
Outras reservas	-	-	-	-	761.732	(761.732)
Distribuição de resultados (nota 18)	(410.000)	-	-	-	-	(410.000)
Resultado do exercício	1.617.708	-	-	-	-	1.617.708
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	9.547.984	4.182.000	971.646	148.000	2.628.630	1.617.708

Director de Contabilidade



Conselho de Administração



Finibanco Angola, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Fluxos de caixa da margem financeira	2.778.935	1 603 120
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	5.266.858	2 480 283
Recebimentos de proveitos de aplicações de liquidez	297.436	167 777
Recebimentos de proveitos de títulos e valores mobiliários	1.209.378	120 986
Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros derivados	21.518	-
Recebimentos de proveitos de crédito	3.738.526	2 191 520
(-) Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(2.487.923)	(877 163)
Pagamentos de custos de depósitos	(2.190.843)	(877 138)
Pagamentos de custos de captações para liquidez	(12.509)	(25)
Pagamentos de Custos de Instrumentos Financeiros Derivados	(126.493)	-
Pagamentos de Custos de Outras Captações	(158.078)	-
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	1.891.443	2 038 527
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	1.209.006	1 073 711
Fluxo de caixa operacional da intermediação financeira	5.879.384	4 715 358
Recebimentos e pagamentos de outros proveitos e custos operacionais	(2.970.467)	(1 152 467)
(-) Pagamentos de outros encargos sobre o resultado	-	(555 233)
Fluxo de caixa da liquidação de operações no sistema de pagamentos	(911.078)	931 525
Fluxo de caixa dos outros valores e outras obrigações	(1.815.585)	(1 569 048)
Fluxo de caixa de outros custos e proveitos operacionais	(243.804)	40 289
Fluxo de caixa das operações	2.908.917	3 562 891
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(25.309.453)	(20 359 552)
Fluxo de caixa dos investimentos em aplicações de liquidez	1.600.000	(6 650 000)
Fluxo de caixa dos investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(10.635.923)	(1 022 775)
Fluxo de caixa dos investimentos em crédito	(16.273.530)	(12 686 777)
Fluxo de caixa dos investimentos em outros valores	-	(61 415)
Fluxo de caixa das imobilizações	(983.371)	(3767 663)
Fluxo de caixa dos investimentos em imobilizações	(902.624)	(3836 305)
Fluxo de caixa dos resultados na alienação de imobilizações	-	1 043
Fluxo de caixa dos outros ganhos e perdas não operacionais	(80.747)	67 599
Fluxo de caixa dos investimentos	(26.292.824)	(24 188 630)
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	21.850.080	23 107 741
Fluxo de caixa dos financiamentos com depósitos	16.506.445	23 107 576
Fluxo de caixa dos financiamentos com captações para liquidez	2.097.932	69
Fluxo de caixa dos financiamentos com instrumentos financeiros derivados	105.212	96
Fluxo de caixa dos financiamentos com outras captações	3.140.491	-
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(410.000)	(488 748)
(-) Pagamentos de dividendos	(410.000)	(488 748)
Fluxo de caixa dos financiamentos	21.440.080	22 618 993
Saldo em disponibilidades no início do período	11.856.943	9 863 689
Saldo em disponibilidades no final do período	9.913.116	11 856 943
Variações em disponibilidades	(1.943.827)	1 993 254

O Director de Contabilidade



O Conselho de Administração



Notas às Demonstrações Financeiras

1 Constituição e Actividade

O Finibanco Angola, S.A., que usa a marca Finibanco (adiante designado por “Finibanco” ou “Banco”), trata-se de um Banco de capitais privados angolanos e estrangeiros constituído por Escritura Pública de 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda. O Finibanco opera e tem sede social em Angola, na Travessa Engrácia Fragoso, n.º 24, R/C, Ingombota, Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, em depósitos no BNA, em aplicações em instituições de crédito, na aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. O Banco presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira, dispondo para o efeito, em 31 de Dezembro de 2014, de uma rede de 15 balcões e de 3 centros de empresas (13 balcões e 2 centro de empresas em 31 de Dezembro de 2013).

No decurso do exercício de 2010, o Montepio Geral – Associação Mutualista, accionista único da Caixa Económica Montepio Geral (“CEMG”), procedeu à aquisição de 100% do capital da Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. através de uma Oferta Pública de Aquisição no montante de Euros 341.250.000.

Em 31 de Março de 2011, o Montepio Geral – Associação Mutualista alienou a participação detida na Finibanco Holding, S.G.P.S., S.A. à CEMG. De referir que a 4 de Setembro de 2013, o Finibanco Holding alterou a sua designação para Montepio Holding, S.G.P.S., S.A..

No que se refere à estrutura accionista, conforme detalhado na nota 18, o Banco é detido maioritariamente pelo Montepio Holding, S.G.P.S., S.A.

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (“CONTIF”) requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 2.2 r).

2 Principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF), nos termos do Instrutivo n.º 9/2007, de 19 de Setembro, emitido pelo Banco Nacional de Angola (adiante igualmente designado por “BNA”), o qual passou a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2010 e actualizações subsequentes, nomeadamente através da Directiva n.º 04/DSI/2011, que estabelece a obrigatoriedade de adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) em todas as matérias relacionadas com procedimentos e critérios contabilísticos que não se encontrem estabelecidos no CONTIF.

O CONTIF tem como objectivo a uniformização dos registos contabilísticos e das divulgações financeiras numa aproximação às práticas internacionais, através da convergência dos princípios contabilísticos às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards).

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do princípio da especialização, no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos próprios, proveitos e custos, quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As Demonstrações Financeiras do Finibanco relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Fevereiro de 2015.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos das Demonstrações Financeiras agora apresentadas.

As Demonstrações Financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas, conforme Aviso n.º 15/2007, Art.º 5.º do BNA, tendo os activos e passivos denominados em moeda estrangeira sido convertidos com base no câmbio publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas.

Em 31 de Dezembro 2014 e 2013, o câmbio do Kwanza (AOA) face às divisas a que o Banco se encontra mais exposto eram os seguintes:

	31-12-2014	31-12-2013
1 USD	102,863	97,619
1 EUR	125,195	134,387

2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação as Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os proveitos são considerados realizados quando:

- nas transacções com terceiros, o pagamento for efectuado ou assumido firme compromisso de efectivá-lo;
- na extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento simultâneo de um activo de valor igual ou maior;
- na geração natural de novos activos, independentemente da intervenção de terceiros; ou
- no recebimento efectivo de doações e subvenções.

Os custos, por sua vez, são considerados incorridos quando:

- deixar de existir o correspondente valor activo, por transferência da sua propriedade para um terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor económico de um activo; ou
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente activo.

b) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. As transacções em moeda estrangeira são convertidas para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício no momento em que ocorrem à taxa média.

Os activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, excepto imobilizações financeiras, são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio publicada pelo BNA na data da transacção.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial. Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

- Notas e moedas estrangeiras

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nas taxa de câmbio de referência do BNA. As diferenças são registadas como custos ou proveitos do exercício.

- Posição cambial à vista

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base na taxa de câmbio publicada pelo BNA nessa data, dando origem à movimentação da conta de posição cambial, por contrapartida de resultados.

- Posição cambial a prazo

A posição cambial a prazo em cada moeda corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações (forwards de moeda) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. A diferença entre os contravalores em Kwanzas às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, que representam o custo ou proveito ou o custo de reavaliação da posição cambial a prazo, é registado nas rubricas de “Operações cambiais” do activo ou do passivo, por contrapartida de resultados.

c) Créditos

Classificação do crédito

Os créditos concedidos a clientes são activos financeiros inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de balanço, sendo os respectivos proveitos periodificados em resultados ao longo da vida das operações de crédito, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os créditos são subseqüentemente registados pelo seu valor inicial, líquido das amortizações e provisões para créditos de liquidação duvidosa.

As responsabilidades relativas a garantias e avales prestados e créditos documentários são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

Desde a entrada em vigor do Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, do BNA, posteriormente revogado pelo Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março, do BNA, que as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimo ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamento a depositantes ou descobertos;
- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

As operações de crédito concedido a clientes, incluindo os créditos por assinatura, são classificadas em função do seu risco e submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março do BNA, que veio revogar o Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho do BNA, sobre a metodologia e classificação do crédito concedido a clientes e a determinação das respectivas provisões.

Por conseguinte, o Banco classifica as operações de crédito concedido, as garantias e avales prestados e os créditos documentários por ordem crescente de risco, de acordo com os seguintes níveis:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

As operações de crédito que registam incumprimento são classificadas em função dos níveis de risco associados ao crédito vincendo e vencido de cada operação na data de referência das Demonstrações Financeiras, considerando para o efeito a classificação atribuída na fase de concessão de crédito e a antiguidade do incumprimento, respectivamente.

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente ou grupo económico, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

A revisão e reclassificação do nível de risco de uma operação decorrem da avaliação efectuada, tendo em consideração a percepção de risco associada à operação de crédito e a existência de eventuais garantias que estejam a colateralizar a dívida junto do Banco.

Sem prejuízo da revisão anteriormente descrita, a classificação das operações de crédito é revista mensalmente, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, de acordo com a seguinte tabela:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
Tempo incorrido desde a data de incumprimentos	Até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses

A reclassificação do crédito para uma categoria de menor risco, em função da redução do atraso, está limitada ao nível estabelecido na classificação inicial ou decorrente da avaliação mensal.

Para os créditos concedidos a clientes por prazos superiores a dois anos, o tempo decorrido desde a entrada em incumprimento é considerado em dobro face ao período de tempo acima indicado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa e prestação de garantias

As provisões para créditos de liquidação duvidosa, destinam-se a cobrir riscos potenciais existentes na carteira de crédito, incluído o crédito por assinatura e são constituídas mensalmente, resultando do produto decorrente da aplicação dos percentuais de provisionamento sobre o valor contabilístico de cada crédito, assim considerado o montante a receber do tomador do crédito, acrescido dos proveitos e dos encargos de qualquer natureza não recebidos, inclusive aqueles decorrentes de variação cambial, se houver.

Os níveis mínimos de provisionamento a aplicar a cada operação de crédito, em função do nível de risco em que a mesma se encontra classificada, são os seguintes:

Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% de provisão mínima	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%

As provisões para créditos de liquidação duvidosa assim calculadas asseguram o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo BNA, através do Aviso n.º 3/2012, de 28 de Março.

As provisões para crédito concedido são classificadas no activo, na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (nota 7) e as provisões para garantias prestadas, avales prestados e créditos documentários de importação não garantidos à data do balanço e limites irrevogáveis de crédito são apresentadas no passivo, na rubrica “Provisões para responsabilidades prováveis” (nota 16).

Créditos transferidos para prejuízos

Uma operação de crédito classificada na Classe G durante 180 dias, desde que a mesma apresente um atraso superior a 180 dias, o Banco abate esse crédito ao activo e faz uma utilização da respectiva provisão (transferência de crédito para prejuízo). Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

Recuperação dos créditos transferidos para prejuízo

Nas situações em que são efectuadas recuperações de créditos anteriormente abatidos ao activo por utilização de provisões, os montantes recebidos são registados na rubrica de “Resultado não operacional”.

Renegociação dos créditos

As operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. A reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa das responsabilidades. Os ganhos ou proveitos resultantes da renegociação só são registados aquando do seu efectivo recebimento.

Apropriação de proveitos

O Banco procede à anulação de juros vencidos há mais de 60 dias bem como, não reconhece juros a partir dessa data, para as operações de crédito em incumprimento, até ao momento em que o cliente regularize a situação.

d) Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras, em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes locações são classificadas como locações operacionais.

Locação Financeira vs Locação Operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens mediante contratos de locação operacional, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de contrato a que respeitam.

Locações como locatário

Em 31.12.2014 o Banco não detinha quaisquer contratos de locação financeira nem de locação operacional como locatário.

Locações como locador

Os contratos de locação existentes são de natureza financeira (Leasing (ver nota 7 às Demonstrações Financeiras)) e estão registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

e) Títulos e valores mobiliários

Classificação dos títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco, são registados pelo valor efectivamente pago, incluindo corretagens e emolumentos.

O Conselho de Administração do Banco determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial, numa das seguintes categorias, atendendo às características dos títulos e à sua intenção aquando da aquisição dos mesmos:

- **Títulos para negociação**

São considerados títulos para negociação os títulos adquiridos com o objectivo de serem activa e frequentemente negociados.

Os títulos mantidos para negociação são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, incluindo custos directamente atribuíveis à aquisição do activo. Posteriormente, são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

- **Títulos disponíveis para venda**

São considerados títulos disponíveis para venda os títulos passíveis de serem eventualmente negociados e que não se enquadrem nas demais categorias.

São registados, no momento inicial, ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizados ao justo valor. As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

- **Títulos mantidos até o vencimento**

São considerados títulos mantidos até o vencimento, aqueles que são adquiridos com a finalidade de os manter em carteira até ao seu vencimento, desde que haja capacidade financeira do Banco para tal. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento. As acções são resgatáveis, pelo que, não podem ser classificadas na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos mantidos até o vencimento são registados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos pela fluência dos seus prazos (incluindo periodificação do juro e do prémio/desconto por contrapartida de resultados), reconhecendo o Banco eventuais lucros ou prejuízos apurados na data do vencimento pela diferença entre o preço realizado e o respectivo valor contabilístico.

No caso de eventual venda dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento antes do resgate, devem ser registados os eventuais lucros ou prejuízos apurados na data da venda, pela diferença entre o preço de venda e o seu valor contabilístico.

O Banco não poderá classificar quaisquer títulos e valores mobiliários na categoria títulos mantidos até o vencimento se, durante o exercício económico corrente ou, em algum dos dois exercícios económicos anteriores, vendeu ou reclassificou parte substancial deles antes do seu vencimento, exceptuados os casos em que o valor de custo de aquisição dos títulos, acrescido dos rendimentos auferidos, não apresente diferença significativa em relação ao valor de mercado.

Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, relativos a juros corridos durante o prazo até o vencimento ou dividendos declarados, devem ser considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses devem ser reconhecidos em contrapartida à adequada conta que regista o correspondente custo de aquisição.

O Banco classifica, de igual modo, os títulos e valores mobiliários, em ordem crescente de riscos, nos seguintes níveis, sendo observados os mesmos critérios de provisionamento definidos pelo CONTIF para a carteira de crédito:

Nível	Risco
A	Nulo
B	Muito reduzido
C	Reduzido
D	Moderado
E	Elevado
F	Muito elevado
G	Perda

Títulos de dívida pública

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a totalidade da carteira de títulos mantidos até o vencimento do Banco é relativa a dívida emitida pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola. O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do BNA no Nível A.

Os Títulos do Banco Central, os Bilhetes do Tesouro e as Obrigações do Tesouro são emitidos a valor descontado e registados pelo seu custo de aquisição. A diferença entre este e o valor nominal, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, na própria conta com a especificação “Proveitos a receber”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos estão sujeitas a actualização cambial. O resultado da actualização cambial do valor nominal do título, do desconto e do juro corrido, é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional indexadas ao índice de Preços do Consumidor estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, o resultado da referida actualização do valor nominal do título e do juro corrido é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários”.

No caso de títulos com prazo de vencimento inferior a um ano, para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Os rendimentos de títulos da dívida pública emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei N.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelo Decreto Presidencial N.º 259/10, de 18 de Novembro (que veio revogar e substituir os anteriores diplomas que procediam à dita regulamentação, nomeadamente o Decreto N.º 51/03 e o Decreto N.º 52/03, ambos de 8 de Julho), gozam de isenção de todos os impostos.

Nos termos da alínea c) do número 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial é prevista uma exclusão de tributação em sede deste imposto para este tipo de rendimentos.

O Decreto Legislativo Presidencial N.º 5/11, de 30 de Dezembro, introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) sobre os juros dos bilhetes do tesouro e das obrigações do tesouro. Contudo, o Artigo 2.º do diploma em apreço prevê que a sujeição a imposto apenas se aplica aos títulos adquiridos após a entrada em vigor da Lei.

Valor de mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pelo Banco é conforme segue:

- Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização; e
- Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexante.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado.

Transferência de títulos entre categorias

As transferências de uma categoria para outra somente poderão ocorrer por motivo isolado, não usual, não recorrente e que não pudesse ter sido razoavelmente antecipado, ocorrido após a data da classificação, devendo permanecer à disposição do BNA a documentação que servir de base para a reclassificação, devidamente acompanhada de exposição de motivos do Conselho de Administração do Banco.

A eventual transferência para categoria diversa, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira do Banco e ser efectuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário, observando-se, ainda, os seguintes procedimentos:

- Na hipótese de transferência da categoria de títulos para negociação para as demais categorias, não é efectuado o estorno dos valores já registados no resultado, decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registados como componente destacado nos fundos próprios, são reconhecidos no resultado do período:
 - Imediatamente, quando transferidas para a categoria títulos para a negociação;
 - Em função do prazo remanescente até o vencimento, quando transferidas para a categoria títulos mantidos até o vencimento;
- Na hipótese de transferência da categoria mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados são reconhecidos:
 - Imediatamente no resultado do período, quando transferidos para a categoria títulos para a negociação;
 - Como componente destacado nos fundos próprios, quando transferidos para a categoria títulos disponíveis para a venda.

Imparidade

As perdas de carácter permanente em títulos e valores mobiliários, devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas, passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Não é efectuada em qualquer circunstância a reversão destas perdas.

f) Instrumentos Financeiros Derivados

As operações realizadas pelo Banco com instrumentos financeiros derivados são registadas conforme a sua finalidade de cobertura ou não (*hedge* ou especulação e arbitragem).

O valor de referência (valor nominal) dos instrumentos financeiros derivados utilizados nas operações mencionadas, são registados em contas extrapatrimoniais.

As operações com instrumentos financeiros derivados, são valorizadas pelo valor de mercado, numa periodicidade mensal, registando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida de custos ou proveitos, no resultado do período.

A metodologia de apuramento do valor de mercado é estabelecida com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, levando em consideração a independência na recolha de dados em relação às taxas praticadas.

Os instrumentos financeiros derivados são contabilizados em função da natureza e objectivo do respectivo instrumento, podendo para o efeito ser registados como:

- **Especulação e Arbitragem**, operações com o objectivo de especular e arbitrar no mercado ou que não se enquadrem nas outras classes e detenham todos os requisitos de classificação;

- **Cobertura (*Hedge*) de Justo Valor**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no justo valor (preços e taxas) do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Fluxo de Caixa**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação no fluxo de caixa futuro do item objecto;
- **Cobertura (*Hedge*) de Investimentos no Exterior**, operações com o objectivo de proteger posições patrimoniais da variação cambial de investimentos realizados no exterior.

g) **Imobilizações financeiras**

Participações em outras sociedades

São consideradas participações em outras sociedades, as participações em sociedades, nas quais o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital votante.

As participações em outras sociedades são avaliadas pelo custo de aquisição, deduzido da provisão para perdas.

Os dividendos declarados decorrentes desses investimentos, são registados em resultados do período.

Quando esta se encontra denominada em moeda estrangeira, é objecto de actualização cambial, sendo o resultado desta actualização cambial reflectido em rubrica específica nos fundos próprios.

Outros investimentos

Esta rubrica inclui direitos de qualquer natureza não classificáveis nas demais rubricas do activo, nem em imobilizações corpóreas ou incorpóreas, tais como, património artístico.

h) **Imobilizações incorpóreas e corpóreas**

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas correspondem, essencialmente, a despesas com organização e expansão, benfeitorias em imóveis de terceiros e *software*, sempre que o Banco consiga demonstrar que as mesmos venham a gerar benefícios económicos futuros. Estas despesas são registadas pelo seu custo de aquisição e amortizadas linearmente segundo o método das quotas constantes por duodécimos ao longo de um período em função da vida útil do activo.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo permitida a sua reavaliação ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

Uma percentagem equivalente a 30% do aumento das amortizações que resulta das reavaliações efectuadas não é aceite como custo para efeitos fiscais.

A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes não ultrapassando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial.

Deste modo, apresentamos os seguintes períodos de vida útil e correspondente taxa de amortização em vigor:

	Número de anos	Taxa de amortização
Imobilizado Incorpóreo		
Sistema de tratamento de dados	6	16,67%
Gastos de organização e expansão	3 a 10	33,33% a 10%
Benfeitorias em imóveis terceiros	10	10%
Gastos com desenvolvimento	10	10%
Outras imobilizações incorpóreas	6	16,67%
Imobilizado Corpóreo		
Terrenos	0	0%
Edifícios	100	1%
Grandes reparações	10	10%
Mobiliário e material	10	10%
Máquinas e ferramentas	6 a 20	5% a 16,67%
Equipamento informático	6	16,67%
Instalações interiores	6 a 40	2,5% a 16,67%
Material de transporte	6	16,67%
Equipamento de segurança	20	5%
Outras imobilizações corpóreas	20	5%

As imobilizações em curso, que correspondem, essencialmente, a Edifícios e a balcões em construção e ao respectivo mobiliário, encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição e iniciarão a sua amortização quando os respectivos balcões entrarem em funcionamento.

i) Redução no valor recuperável de outros activos (imparidade)

O Banco avalia periodicamente os seus activos, especialmente na ocasião da elaboração de Demonstrações Financeiras, com vista a identificar activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece, sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável, por contrapartida de resultados.

Na avaliação do indício de imparidade, a instituição considera, no mínimo, as seguintes indicações:

- Declínio significativo no valor de um activo, maior do que o esperado no seu uso normal;
- Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal, com efeitos adversos sobre o Banco;
- Aumento nas taxas de juro ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de desconto e consequente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- Mudanças significativas na forma de utilização do activo, como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- Indicação de que o desempenho económico do activo será pior do que o esperado.

j) Reserva de actualização monetária de imobilizações e dos fundos próprios

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do BNA sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 19/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar

mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base na aplicação do índice de Preços ao Consumidor, nas imobilizações e nos saldos de capital, reservas e resultados transitados.

As Demonstrações Financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço. A hiperinflação é indicada pelas características do ambiente económico de um país que inclui, mas sem limitar, as seguintes situações:

- A população em geral prefere guardar a sua riqueza em activos não monetários ou em moeda estrangeira relativamente estável. As quantias da moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- A população em geral vê as quantias monetárias em termos de moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- As vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- As taxas de juro, salários e preços estão ligados a um índice de preços; e
- A taxa acumulada de inflação durante os últimos 3 anos aproxima-se de, ou excede, 100%.

O valor resultante da actualização monetária das imobilizações deve ser reflectido mensalmente a crédito na conta de “Resultado da Actualização Monetária”, por contrapartida das rubricas de valor bruto e amortizações acumuladas das imobilizações.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito na conta de “Resultado da Actualização Monetária” da demonstração de resultados, por contrapartida do aumento dos saldos de fundos próprios, com excepção da rubrica “Capital Social”, que deve ser classificada numa rubrica específica (“Reserva de actualização monetária do Capital Social”) que só pode ser utilizada para posterior aumento de capital.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco não procedeu à actualização monetária das suas imobilizações financeiras e dos seus fundos próprios, em virtude da inflação verificada, bem como a evolução cambial que ocorreu ao longo do período, não perspectivarem que Angola pudesse ser considerada uma economia hiperinflacionária, nos termos do normativo em vigor.

k) Benefícios a colaboradores

Responsabilidades com benefícios pós-emprego

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que revogou a Lei n.º 18/90, de 27 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada sobre a média dos salários ílíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 2/2000 e com os artigos 218.º e 262.º da Lei Geral do Trabalho, a compensação a pagar pelo Banco no caso de caducidade do contrato de trabalho por reforma do trabalhador determina-se multiplicando 25% do salário base mensal praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma pelo número de anos de antiguidade.

Remuneração variável paga aos colaboradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus colaboradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Conselho de Administração fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar de ser pago no ano seguinte.

Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho, em vigor em 31 de Dezembro de 2013, determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte (nota 15).

I) Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. A tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos do número 1 do artigo 4.º da Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, sendo, actualmente, a taxa de imposto aplicável de 30%, de acordo com a referida Lei, a qual veio estabelecer um regime transitório na adopção do novo Código do Imposto Industrial.

Os prejuízos fiscais apurados em determinado exercício, conforme disposto no artigo 46.º do Código do Imposto Industrial, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis dos três anos posteriores.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, em eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. No entanto, não é previsível que qualquer correcção relativa a estes exercícios venha a ocorrer e, caso ocorra, não são esperados impactos significativos nas Demonstrações financeiras.

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares números 51/03 e 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 23º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados em outros períodos contabilísticos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo. Os prejuízos fiscais reportáveis dão também origem a impostos diferidos activos.

Os passivos fiscais diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos fiscais diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos fiscais diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados activos ou passivos fiscais diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Reforma tributária

No âmbito do processo da reforma tributária em curso, foi recentemente publicado em Diário da República um importante conjunto de novos diplomas fiscais, a par da introdução de alterações significativas em outros códigos já existentes e da sua conseqüente republicação, a saber:

- Código do Imposto Industrial (aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro);
- Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro);
- Código do Imposto do Selo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/14, de 21 de Outubro);
- Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro);
- Código das Execuções Fiscais (aprovado pela Lei n.º 20/14, de 22 de Outubro);
- Código Geral Tributário (aprovado pela Lei n.º 21/14, de 22 de Outubro);
- Regime Fiscal dos Organismos de Investimento Colectivo (aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/14, de 13 de Outubro).

Pela sua relevância, cumpre sublinhar a existência de um regime transitório que determina a aplicação da nova taxa de Imposto Industrial de 30% já ao exercício de 2014, conforme anteriormente referido, bem como a manutenção, para este mesmo exercício, das anteriores taxas de retenção na fonte sobre as empreitadas, subempreitadas e prestações de serviços em 3,5% e 5,25%, respectivamente.

m) Provisões e contingências

Provisões

As provisões representam responsabilidades prováveis com prazos e valores estimados. São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade, na data do balanço.

Contingências passivas

Caso o Banco tenha uma responsabilidade em que não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de uma contingência passiva. As contingências passivas são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

São reconhecidas contingências passivas em contas extrapatrimoniais quando (i) o Banco tem uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam sob o controlo do Banco; (ii) uma obrigação presente que surge de eventos passados, mas que não é reconhecida porque não é provável que o Banco tenha de a liquidar ou o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente segurança.

As contingências passivas são reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação anterior continua válida. Se for provável que uma saída de recursos será exigida para um item anteriormente tratado como uma contingência passiva, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período no qual ocorre a mudança na estimativa de probabilidade.

Contingências activas

Uma contingência activa é um possível activo presente, decorrente de eventos passados, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros, que não estejam totalmente sob o controlo da instituição. As contingências activas são apenas objecto de divulgação e reconhecidas em contas extrapatrimoniais, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As contingências activas devem ser reavaliadas periodicamente para determinar se a avaliação inicial continua válida. Se for praticamente certo que uma entrada de recursos ocorrerá por conta de um activo, entrada esta anteriormente classificada como provável, o activo e o correspondente ganho devem ser reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

o) Resultado por acção

O resultado por acção é calculado dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação no exercício, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Banco e detidas como acções próprias.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

p) Bens não de uso próprio

Os bens não de uso próprio são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Banco classifica em bens não de uso próprio os bens detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por entidades externas.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

q) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo e deduzidos da rubrica de capital próprio após aprovação pelos accionistas.

r) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incerteza, que requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento de forma a apurar a estimativa adequada.

Desta forma, em algumas situações as estimativas apuradas pelo Conselho de Administração do Banco, poderiam ser diferentes caso um julgamento distinto fosse efectuado. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de Provisões para créditos de liquidação duvidosa, Títulos e valores mobiliários mantidos até ao vencimento, Provisões para responsabilidades prováveis, Impostos sobre os lucros e Benefícios a colaboradores.

s) Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Banco considera como disponibilidades o total dos saldos das rubricas de caixa, disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em instituições financeiras.

t) Compensação de saldos

Os elementos do activo e do passivo devem ser valorizados separadamente, não sendo permitidas quaisquer compensações entre os saldos devedores e credores, inclusive das contas de resultado, com excepção das compensações relativas às operações interdepartamentais ou interdependências, ou outras definidas pelo BNA.

3 Disponibilidades

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Caixa		
Valores em tesouraria - Moeda Nacional	1.474.033	2.579.156
Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira	329.458	824.206
Valores em trânsito	-	-
Disponibilidades no Banco Central		
Depósitos à ordem - Moeda Nacional	5.537.729	3.752.332
Depósitos à ordem - Moeda Estrangeira	2.257.329	2.513.201
Disponibilidades em instituições de crédito		
No país - cheques a cobrar	28.263	75.095
No estrangeiro - Depósitos à ordem		
Em Dólares dos Estados Unidos	267	1.638.265
Em Euros	281.901	471.442
Outras moedas	4.136	3.245
	9.913.116	11.856.943

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Nacional, apresenta os saldos em cofre, ATM's e fundo de maneio, tal como a rubrica de Caixa - Valores em tesouraria - Moeda Estrangeira diz respeito a valores em cofre em moeda estrangeira.

As Disponibilidades no Banco Central em moeda nacional e moeda estrangeira visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas obrigatórias, não existindo remuneração associada.

As reservas mínimas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 1/2014 de 12 de Fevereiro, e são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência, devendo ser mantidas durante todo o período a que se referem. De salientar que o presente Instrutivo agora em vigor veio reduzir a taxa sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional de 15% para 12,5%, mantendo a taxa a deduzir da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda estrangeira para a exigibilidade em moeda estrangeira em 15%.

Por conseguinte, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as exigibilidades de manutenção de reservas obrigatórias foram apuradas através da aplicação de uma taxa de 15% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2014, para os saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional, verificou-se uma redução 2,5pp face à taxa aplicada em 31 de Dezembro de 2013, ou seja, foi aplicada a taxa de 12,5% sobre a média aritmética dos saldos diários dos passivos elegíveis em moeda nacional, estando prevista a dedução de 10% da média aritmética semanal dos saldos diários de caixa em moeda nacional para a exigibilidade em moeda nacional.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito - No país - cheques a cobrar, corresponde a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito que foram apresentados à compensação e que se encontram em cobrança.

A rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro engloba os saldos das contas junto do banco correspondente, inserindo-se estes montantes na gestão da actividade corrente do Banco sem que para o efeito haja remuneração associada.

4 Aplicações de liquidez

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Operações de Mercado Monetário Interfinanceiro		
Aplicações s/ instituições de crédito no país		
Banco Central	3.300.000	5.200.000
OIC - Outras Instituições de Crédito	5.000.000	6.450.000
Proveitos a receber	914	802
Aplicações s/ instituições de crédito no estrangeiro		
	-	-
Operações Compra Título Terceiros c/Acordo Revenda		
Títulos da Dívida Pública-MN	1.750.000	-
Proveitos a receber	4.766	-
	<u>10.055.680</u>	<u>11.650.802</u>

As aplicações efectuadas pelo Banco em instituições de crédito no país ou junto do Banco Nacional de Angola são efectuadas tendo por base a política de gestão de excedentes de liquidez no mercado monetário interfinanceiro.

No final do exercício de 2014, o Finibanco voltou a aplicar os seus excedentes de liquidez em contratos de reporte com acordo de recompra junto do BNA.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro, incluindo operações de compra de títulos com acordo de revenda, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Muito curto prazo - inferior a 5 dias	8.300.914	11.650.802
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	1.754.766	-
Médio Prazo - entre 1 ano e 3 anos	-	-
Longo Prazo - superior a 3 anos	-	-
	<u>10.055.680</u>	<u>11.650.802</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações no Mercado Monetário Interfinanceiro, incluindo operações de compra de títulos com acordo de revenda, venciam juros às seguintes taxas médias anuais:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Em Kwanzas	4,43%	2,73%
Em Dólares dos Estados Unidos	-	-
Em Euros	-	-

Durante o exercício de 2014, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez junto de outras instituições de crédito a uma taxa média de 3,63%, face ao exercício de 2013 onde a taxa de remuneração média das suas aplicações foi de 5,96%.

Durante o exercício de 2014, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez junto do Banco Central de Angola a uma taxa média de 1,53%, face ao exercício de 2013 onde a taxa de remuneração média das suas aplicações foi de 1%.

Durante o exercício de 2014, o Banco efectuou as suas aplicações de liquidez em títulos com acordo de revenda junto do BNA a uma taxa média de 4,75%.

5 Títulos e valores mobiliários

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Títulos para negociação	-	-
Títulos disponíveis para venda	-	-
Títulos mantidos até ao vencimento	12.970.110	2.334.187
Obrigações do Tesouro		
Em moeda nacional	-	313.093
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar Americano	12.970.110	2.021.094
	12.970.110	2.334.187

A 31 de Dezembro de 2014, a carteira de títulos do banco era composta exclusivamente por títulos mantidos até ao vencimento, nomeadamente, Obrigações do tesouro indexadas ao Dólar Americano, emitidas em 2013 com vencimento entre 2 e 4 anos, e 2014 com vencimento entre 2 e 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2014											
	Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Balanço	Impar.	Taxa de Juro média
Obrigações do Tesouro											
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AOA	MINF	104.642	12.079.084	12.810.644	159.466	12.970.110	-	7,24%
						12.079.084	12.810.644	159.466	12.970.110	-	

Em 31 de Dezembro de 2013, a composição dos títulos de dívida mantidos até ao vencimento é apresentada como segue:

2013											
	Nível de Risco	País	Moeda	Emitente	Qdade	Valor de Aquisição	Valor Nominal	Juros Corridos	Valor de Balanço	Impar.	Taxa de Juro média

Obrigações do Tesouro											
Em moeda nacional	A	Angola	AKZ	MINF	3.036	303.600	303.600	9.493	313.093	-	6,98%
Indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos	A	Angola	AKZ	MINF	16.256	1.961.501	1.985.025	36.069	2.021.094	-	7,06%
						2.265.101	2.288.625	45.562	2.334.187	-	

O Finibanco avaliou com referência a 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a potencial existência de evidência objectiva de imparidade na carteira de títulos mantidos até ao vencimento, não tendo verificado eventos com impacto no montante recuperável dos fluxos de caixa futuros desses investimentos.

Os títulos mantidos até ao vencimento são valorizados de acordo com o descrito na política contabilística salientada na nota 2.2 e).

Durante os exercícios de 2014 e 2013, o Banco não procedeu a transferências entre carteiras, para ou desta categoria de activos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição dos títulos de dívida por indexante é a seguinte:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Taxa Fixa	12.970.110	2.334.187
Taxa Variável	-	-
	12.970.110	2.334.187

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Em moeda nacional		
Muito curto prazo - inferior a 5 dias	-	-
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	4.033.046	-
Médio Prazo - entre 1 ano e 3 anos	5.078.640	1.328.096
Longo Prazo - superior a 3 anos	3.858.424	1.006.091
Em moeda estrangeira	-	-
	12.970.110	2.334.187

6 Créditos e obrigações no sistema de pagamentos

Os Créditos e obrigações no sistema de pagamentos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 apresentam-se como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Créditos no sistema de pagamentos	647.040	1.185.446
Relação entre instituições		
Devedores por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a receber	45.105	27.489
Outras operações pendentes de liquidação	601.935	1.157.942
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento recebidas	-	16
Obrigações no sistema de pagamentos	1.142.528	2.592.013
Relação entre instituições		
Obrigações por operações pendentes de liquidação		
Compensação de valores a liquidar	171.995	218.338
Outras operações pendentes de liquidação	646.278	1.182.673
Relações com correspondentes		
Ordens de pagamento emitidas	324.255	1.191.001
	(495.488)	(1.406.566)

A rubrica Créditos no sistema de pagamentos agrega os recursos a receber de operações efectuadas com terceiros que se encontrem em trânsito na instituição.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Devedores por outras operações pendentes de liquidação refere-se à venda de divisas efectuada pelo Finibanco, a qual foi regularizada no início de 2015.

As subrúbricas Compensação de valores a receber e a liquidar, correspondem a valores pendentes de liquidação, a qual foi efectuada nos dias subsequentes à data de Balanço por intermédio dos respectivos componentes do sistema de pagamentos angolano que funciona em tempo real.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Obrigações no sistema de pagamentos – Outras obrigações pendentes de liquidação, agrega as obrigações decorrentes de operações efectuadas com outras instituições. O principal impacto nesta rubrica está relacionado com as operações cambiais à vista a liquidar no montante de AOA 602.538.300 (2013: AOA 1.161.784.000), referente a valores a pagar pela aquisição de moeda estrangeira junto de outras instituições, as quais foram regularizadas no início de 2015.

A 31 de Dezembro de 2014, a rubrica Ordens de pagamento emitidas – Correspondentes refere-se a operações com o estrangeiro pendentes de liquidação.

7 Créditos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Crédito Interno		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	30.489.136	12.014.425
Particulares	2.730.314	2.348.112
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	2.848.894	3.138.607
Particulares	1.794.254	2.060.090
	37.862.598	19.561.234
Crédito ao exterior		
Em moeda nacional		
Sector empresarial	0	0
Particulares	27.835	116.647
Em moeda estrangeira		
Sector empresarial	0	0
Particulares	21.234	3.112.687
	49.068	3.229.334
Total de crédito concedido	37.911.666	22.790.568
Proveitos a receber do crédito concedido	685.476	313.082
Total crédito Bruto	38.597.142	23.103.650
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(2.201.185)	(1.395.630)
	36.395.957	21.708.020

O crédito total inclui o crédito vivo e vencido, os proveitos a receber líquidos de provisões e exclui as garantias prestadas e compromissos irrevogáveis, que são reconhecidos em rubricas extrapatrimoniais.

No âmbito da política de recursos humanos do Banco, em 2014, o saldo de crédito concedido aos colaboradores do Banco, foi de AOA 229.454.061 (2013: AOA 247.586.000).

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o conjunto dos vinte maiores clientes do Banco representam 67,92% e 67,44% do total da carteira de crédito, respectivamente.

A 31 de Dezembro de 2014, os créditos concedidos a clientes em moeda nacional e estrangeira (dólar americano) venciam juros às taxas médias anuais de 13,17% e 12,16%, respectivamente (2013: 18,32% e 14,20%).

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira de crédito, apresenta a seguinte estrutura por tipologia de operação:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Financiamentos	17.446.109	14.520.718
Contas Correntes Caucionadas	18.762.258	6.974.778
Descobertos em DO's	2.289.885	1.448.195
Leasing	90.459	159.959
Cartões de Crédito	8.431	-
	38.597.142	23.103.650

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o prazo residual do crédito vincendo, apresenta a seguinte estrutura:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Até 3 meses	20.201.535	1.661.919
De 3 meses a 6 meses	6.107.134	1.141.996
De 6 meses a 1 ano	284.919	6.207.234
De 1 ano a 5 anos	5.884.828	12.988.266
De 5 anos a 10 anos	5.562.199	372.705
Mais de 10 anos	556.527	731.529
	38.597.142	23.103.650

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe do crédito por moeda, apresenta a seguinte a estrutura:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Moeda nacional	33.664.910	14.653.262
Moeda estrangeira	4.932.232	8.450.388
	38.597.142	23.103.650

A 31 de Dezembro de 2014, a composição da carteira de crédito e garantias prestadas com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

	2014			
	Crédito	Garantias	Total	%
	AKZ '000	AKZ '000	AKZ '000	
Actividades imobiliarias	2.577.273	-	2.577.273	5,9%
Agricultura e pesca	933.858	-	933.858	2%
Comércio por grosso e retalho	5.243.555	18.421	5.261.977	12%
Construção geral	11.420.352	3.163.419	14.583.771	33%
Industrias extractivas	357.828	-	357.828	1%
Industrias transformadoras	1.380.743	46.288	1.427.031	3%
Outros sectores	2.002.694	86.274	2.088.968	5%
Particulares	4.245.408	1.028.630	5.274.038	12%
Prestações de serviços	8.879.196	748.039	9.627.235	22%
Saúde, educação e acção social	38.519	-	38.519	0%
Transportes, armazenagem e comunicações	1.517.717	-	1.517.717	3%
	38.597.142	5.091.072	43.688.214	100%

A 31 de Dezembro de 2013, a composição da carteira de crédito e garantias prestadas com base no Código de Actividade Económica atribuído pelo Banco e garantias por sectores de actividade económica é apresentada como segue:

	2013			
	Crédito AKZ '000	Garantias AKZ '000	Total AKZ '000	%
Actividades imobiliárias	44.850	-	44.850	0,1%
Agricultura e pesca	540.273	201.213	741.486	2%
Comércio por grosso e retalho	3.109.616	100.873	3.210.489	7%
Construção geral	2.414.520	177.334	2.591.854	6%
Indústrias extractivas	833.473	-	833.473	2%
Indústrias transformadoras	698.100	870.014	1.568.113	4%
Outros sectores	7.676.041	12.788	7.688.829	18%
Particulares	4.504.423	852.853	5.357.276	12%
Prestações de serviços	2.919.537	875.094	3.794.631	9%
Saúde, educação e acção social	20.191	760.167	780.358	2%
Transportes, armazenagem e comunicações	342.627	6.778	349.405	1%
	23.103.650	3.857.114	26.960.764	62%

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição da carteira de crédito por província é como segue:

	Código	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Luanda	5.500	37.914.026	22.563.366
Huambo	3.500	245.335	347.699
Benguela	1.015	437.781	192.585
		38.597.142	23.103.650

Apresenta-se de seguida a distribuição dos créditos e proveitos a receber, excluindo crédito indirecto, por classe de risco e respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

Grau de Risco	2014				
	Crédito normal AOA '000	Crédito vencido AOA '000	Crédito Total AOA '000	Taxa de Provisão	Provisões AOA '000
A	647.509	-	647.509	0%	-
B	35.975.231	106.109	36.081.340	1%	863.437
C	283.468	19.927	303.395	3%	13.264
D	154.373	43.955	198.327	10%	99.894
E	51.100	26.733	77.833	20%	23.634
F	164.326	112.216	276.542	50%	188.761
G	506.119	506.076	1.012.195	100%	1.012.195
	37.782.127	815.016	38.597.142		2.201.185

2013

Grau de Risco	Crédito normal AOA '000	Crédito vencido AOA '000	Crédito Total AOA '000	Taxa de Provisão	Provisões AOA '000
A	-	-	-	0%	-
B	19.715.574	39.987	19.755.561	1%	200.245
C	1.076.152	131.871	1.208.023	3%	19.745
D	39.852	4.303	44.155	10%	4.415
E	20.539	36.721	57.260	20%	15.130
F	29.319	54.500	83.819	50%	41.158
G	1.346.593	608.239	1.954.832	100%	1.114.937
	22.228.029	875.621	23.103.650		1.395.630

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a carteira de crédito, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Taxa fixa	26.391.158	16.777.447
Taxa variável		
Libor 6 meses	21.235	-
Luibor 6 m	3.152.330	274.726
Luibor 12 m	9.032.418	6.051.477
	38.597.142	23.103.650

De 31 de Dezembro de 2013 para 31 de Dezembro de 2014, a migração do risco dos tomadores de crédito pode ser apresentado como se segue:

		2014									Distribuição da carteira em 31-Dez-2013 AOA '000
Grau de Risco	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Total		
31-dez-13	B	52,10%	0,36%	3,45%	4,45%	1,46%	1,63%	0,13%	21,94%	73,12%	19.755.949
	C	3,81%	-	-	0,02%	-	0,20%	0,74%	0,46%	0,27%	1.208.027
	D	-	-	-	-	-	0,02%	0,17%	0,00%	0,00%	44.155
	E	0,00%	-	-	-	-	-	0,20%	0,05%	0,00%	57.263
	F	-	-	-	-	-	0,00%	0,36%	0,00%	0,00%	83.818
	G	1,87%	-	-	-	-	-	5,81%	0,78%	0,72%	1.954.438
Total	57,79%	0,36%	3,45%	4,46%	1,46%	1,85%	7,41%	23,22%			
Distribuição da carteira de 2013 em 31-Dez-2014 AOA '000		13.351.618	83.029	796.213	1.031.422	336.830	427.313	1.712.080	5.365.145		23.103.650

2013

	Grau de Risco	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao activo	Liquidação / Amortização	Total	Distribuição da carteira em 31-Dez-2012 AOA '000
31-dez-12	B	76,98%	7,28%	0,49%	0,36%	0,99%	8,17%	0,11%	5,62%	84,04%	9.137.391
	C	41,93%	24,29%	-	7,11%	16,07%	2,13%	2,70%	5,77%	2,64%	287.147
	D	7,10%	19,93%	-	-	-	70,01%	2,62%	0,34%	0,86%	93.378
	E	1,09%	12,51%	-	2,67%	1,03%	76,06%	6,14%	0,50%	2,61%	284.253
	F	0,93%	-	-	-	-	90,62%	7,34%	1,11%	0,67%	72.903
	G	4,37%	0,29%	-	-	0,05%	56,04%	38,71%	0,54%	9,19%	998.903
	Total	66,28%	7,29%	0,41%	0,56%	1,29%	15,27%	3,95%	4,95%		
Distribuição da carteira de 2012 em 31-Dez-2013 AOA '000		7.207.644	792.429	44.856	60.877	140.171	1.660.166	429.561	538.271		10.873.975

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2013, no montante de AOA 23.103.650.000, 44,55% não sofreram mudança de nível de risco a 31 de Dezembro de 2014. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 9,71% dos créditos diminuíram de nível de risco e 0,36% migraram para níveis de risco mais gravosos.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a movimentação das provisões para crédito de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Saldo a 1 de Janeiro	1.395.630	861.592
Dotação do exercício	3.263.668	2.165.450
Reversão do exercício	(1.305.682)	(1.122.534)
Utilização da imparidade	(1.152.432)	(508.878)
Saldo a 31 de Dezembro	2.201.185	1.395.630

O montante de créditos transferidos para prejuízos durante o exercício de 2014 ascende a AOA 1.152.432.000 (2013: AOA 508.878.000).

8 Outros valores

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Outros valores de natureza fiscal		
Antecipação de imposto indústrial	-	233.893
Outros	49	60
Outros valores de natureza cível		
Devedores diversos	172.089	199.400
Outros valores de natureza administrativa e comercial		
Adiantamentos e antecipações salariais	22.730	-
Despesas antecipadas	69.313	82.910
Material de expediente	17.009	3.206
Outros adiantamentos	100.416	216.287
Bens não de uso próprio	81.415	81.415
Provisões específicas para perdas	(81.415)	(61.415)
	381.606	755.756

A rubrica devedores diversos inclui prestações suplementares à EMIS no valor de AOA 16.519.619 (2013: AOA 8.803.000), no âmbito da adesão do Banco à Rede Multicaixa.

A rubrica devedores diversos inclui também o valor de AOA 27.889.451 (2013: AOA 26.468.000) referente a um adiantamento à Associação Angolana de Bancos ("ABANC"), no âmbito do processo de aquisição de um imóvel para a sede social da Associação.

A rubrica de despesas antecipadas no valor de AOA 69.313.000 (2013: AOA 82.910.000) diz respeito a despesas antecipadas com rendas e alugueres de imóveis, tais como, contratos por prestação de serviços, campanhas de publicidade e contratualização de seguros pagos antecipadamente.

A rubrica bens não de uso próprio inclui os bens recebidos por incumprimento de crédito no montante de AOA 81.415.000 (2013: AOA 81.415.000), tendo-se registado a totalidade da provisão em 2014 no montante de AOA 81.415.000 face à expectativa de perdas em causa, conforme nota 31.

9 Imobilizações financeiras

Esta rubrica é apresentada como segue:

Participada	Sede	Actividade	Capital Social AKZ '000	2014		2013	
				% de participação	Valor de participação AKZ '000	% de participação	Valor de participação AKZ '000
EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, Lda	Luanda	Serviços Bancários	1.518.000	2,08%	23.730	2,08%	23.730
					23.730		23.730

A EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. ("EMIS") foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos e de pagamentos, bem como a prestação de serviços complementares.

No exercício de 2012 a EMIS - Empresa Interbancária de Serviços, S.A. procedeu a um aumento de capital, tendo o Banco investido o montante de AOA 5.138.000, correspondente à sua percentagem de participação, deste essa altura não houve qualquer alteração da estrutura accionista.

10 Imobilizações corpóreas

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Imóveis de uso		
Terrenos	292.370	179.870
Edifícios	1.409.277	704.932
Grandes reparações	303	82.352
Equipamento		
Mobiliário e material	260.447	270.408
Máquinas e ferramentas	56.725	33.968
Equipamento informático	268.741	204.609
Instalações interiores	171.591	148.960
Material de transporte	222.693	149.027
Equipamento de segurança	61.911	57.638
Outras imobilizações corpóreas	31.956	31.321
Imobilizações em curso		
Imóveis	2.475.050	2.774.950
Equipamento	192.358	176.400
Outros	205.926	20.141
	<u>5.649.346</u>	<u>4.834.576</u>
Depreciações acumuladas		
Imóveis de uso	(38.311)	(49.258)
Equipamento	(347.408)	(191.514)
Outras imobilizações corpóreas	(6.564)	(4.990)
	<u>(392.284)</u>	<u>(245.763)</u>
	<u>5.257.062</u>	<u>4.588.813</u>

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2014, são apresentados como segue:

	2013		2014				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Imóveis de uso	967.154	(49.259)	200.663	561.850	(16.770)	-	1.663.638
Equipamento							
Mobiliário e material	270.408	(15.146)	121.642	(141.228)	(18.761)	-	216.915
Máquinas e ferramentas	33.968	(4.238)	21.131	1.671	(2.360)	-	50.172
Equipamento informático	204.608	(91.677)	67.145	(3.246)	(35.614)	-	141.216
Instalações interiores	148.961	(17.330)	22.372	(8.177)	(11.818)	-	134.008
Material de transporte	154.751	(58.757)	73.666	(22.008)	(44.903)	-	102.749
Equipamento de segurança	57.639	(10.090)	4.386	683	(2.979)	-	49.639
Outras imobilizações corpóreas	31.321	(4.990)	635	-	(1.574)	-	25.392
Imobilizações em curso							
Imóveis	2.774.950	-	22.798	(322.698)	-	-	2.475.050
Equipamento	176.400	-	15.958	-	-	-	192.358
Outros	20.140	-	292.237	(104.734)	-	(1.718)	205.926
	4.840.300	(251.487)	842.633	(37.886)	(134.779)	(1.718)	5.257.062

Nota: A rubrica Abates regista o valor bruto de imobilizado líquido de amortizações acumuladas.

Nos exercícios de 2014 e 2013, as adições ocorridas na rubrica Imóveis – Imobilizações em curso estão relacionadas, essencialmente com despesas incorridas com a abertura de novos balcões.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica de Imóveis - Imobilizações em curso no montante de AOA 2.475.050.000 (2013: AOA 2.774.950.000), refere-se em grande parte ao investimento em curso para a nova sede do Banco.

No exercício de 2014 foi realizado um trabalho de análise pormenorizada do imobilizado do Banco, que consistiu nas seguintes tarefas:

- Alteração da estimativa da vida útil de alguns bens de acordo com deliberação do Conselho de Administração;
- Uniformização das taxas de amortização para a mesma categoria de bens;
- Reclassificação de diversos itens entre categorias de imobilizado; e
- Transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme.

Os movimentos da rubrica Imobilizações corpóreas, durante o exercício de 2013, são apresentados como segue:

	2012		2013				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Imóveis de uso	600.466	(13.971)	23.535	343.153	(35.288)	-	917.895
Equipamento							
Mobiliário e material	65.036	(7.897)	205.372	-	(7.249)	-	255.262
Máquinas e ferramentas	21.155	(2.863)	9.243	3.570	(1.375)	-	29.730
Equipamento informático	152.224	(62.716)	31.881	20.504	(28.961)	-	112.931
Instalações interiores	114.954	(10.749)	34.006	-	(6.581)	-	131.631
Material de transporte	106.079	(36.587)	49.730	-	(22.170)	(1.057)	95.994
Equipamento de segurança	54.129	(6.839)	3.510	-	(3.251)	-	47.549
Outras imobilizações corpóreas	31.321	(3.424)	-	-	(1.566)	-	26.331
Imobilizações em curso							
Imóveis	178.106	-	2.961.091	(364.248)	-	-	2.774.950
Equipamento	50.485	-	393.284	(267.370)	-	-	176.400
Outros	3.103	-	105.040	(88.003)	-	-	20.140
	1.377.058	(145.046)	3.816.693	(352.394)	(106.441)	(1.057)	4.588.813

11 Imobilizações incorpóreas

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Sistema de tratamento automático de dados - Software	228.114	204.942
Gastos de organização e expansão	370.941	387.741
Benfeitorias em imóveis terceiros	244.030	192.864
Gastos com desenvolvimento	21.050	0
Outras imobilizações incorpóreas	537	6.067
	864.673	791.614
Depreciações acumuladas		
Sistema de tratamento automático de dados - Software	(149.397)	(114.728)
Gastos de organização e expansão	(149.269)	(107.453)
Benfeitorias em imóveis terceiros	(65.509)	(69.535)
Gastos com desenvolvimento	(175)	-
Outras imobilizações incorpóreas	(537)	(703)
	(364.887)	(292.418)
	499.785	499.196

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2014, são apresentados como segue:

	2013		2014				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Sistema tratamento automático de dados	204.942	114.728	23.172	(134)	34.535	-	78.717
Gastos de organização e expansão	387.741	107.453	-	(21.318)	42.499	(5.200)	221.672
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	192.864	69.535	28.941	48.654	22.403	-	178.522
Gastos com desenvolvimento	-	-	-	21.050	175	-	20.874
Outras imobilizações incorpóreas	6.067	703	-	(5.334)	30	-	-
	791.614	292.418	52.113	42.918	99.642	(5.200)	499.785

No exercício de 2014 foi realizado um trabalho de análise pormenorizada do imobilizado do Banco, que consistiu nas seguintes tarefas:

- Alteração da estimativa da vida útil de alguns bens de acordo com deliberação do Conselho de Administração;
- Uniformização das taxas de amortização para a mesma categoria de bens;
- Reclassificação de diversos itens entre categorias de imobilizado; e
- Transferência de imobilizado em curso para imobilizado firme.

Os movimentos da rubrica Imobilizações incorpóreas, durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

	2012		2013				Valor líquido AKZ '000
	Valor Bruto AKZ '000	Amortizações Acumuladas AKZ '000	Aquisições AKZ '000	Regularizações /Transferências AKZ '000	Amortizações do Exercício AKZ '000	Abates AKZ '000	
Sistema tratamento automático de dados	181.253	82.588	20.728	2.961	32.140	-	90.214
Gastos de organização e expansão	113.546	77.191	2.110	272.085	30.261	-	280.288
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	117.685	49.753	1.298	73.882	19.781	-	123.330
Gastos com desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações incorpóreas	6.067	475	-	-	228	-	5.364
	418.551	210.008	24.136	348.928	82.411	-	499.196

12 Depósitos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Depósitos à ordem	24.714.865	25.320.615
Depósitos a prazo	34.288.564	17.176.370
Outros depósitos	-	-
	59.003.429	42.496.985

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a composição dos depósitos à ordem é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Depósitos à ordem residentes		
Sector público	132.411	101.660
Empresas	14.058.951	18.468.417
Particulares	6.913.181	4.579.125
Outros sectores	1.367.820	453.057
	<u>22.472.363</u>	<u>23.602.259</u>
Depósitos à ordem não residentes		
Empresas	1.002.704	797.487
Particulares	1.239.798	920.869
	<u>2.242.502</u>	<u>1.718.356</u>
	<u>24.714.865</u>	<u>25.320.615</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a composição dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Depósitos a prazo residentes		
Sector público	240.670	4.611
Empresas	20.663.581	9.812.052
Particulares	8.614.351	5.263.224
Outros sectores	512.957	575.890
	<u>30.031.559</u>	<u>15.655.777</u>
Depósitos a prazo não residentes		
Empresas	1.028.586	585.601
Particulares	3.228.419	934.992
	<u>4.257.006</u>	<u>1.520.594</u>
	<u>34.288.564</u>	<u>17.176.370</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013 a composição da carteira de depósitos por moeda nacional e estrangeira é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Moeda nacional		
Depósitos à ordem	21.092.984	17.395.891
Depósitos a prazo	23.120.288	9.472.652
Outros depósitos	-	-
	<u>44.213.272</u>	<u>26.868.543</u>
Moeda estrangeira		
Depósitos à ordem	3.621.881	7.924.724
Depósitos a prazo	11.168.276	7.703.718
	<u>14.790.157</u>	<u>15.628.442</u>
	<u>59.003.429</u>	<u>42.496.985</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2014		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AKZ '000
Moeda nacional	6,51%	23.120.288	23.120.288
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	3,57%	71.566	7.361.519
Euros	2,25%	30.407	3.806.757
			<u>34.288.564</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2013		
	Taxa de juro	Montante em moeda '000	Montante AKZ '000
Moeda nacional	4,80%	9.472.652	9.472.652
Moeda estrangeira			
Dólares dos Estados Unidos	2,75%	5.239	704.017
Euros	3,04%	71.704	6.999.701
			<u>17.176.370</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição por prazos residuais de vencimento dos depósitos a prazo é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Até 3 meses	29.272.376	14.048.480
De 3 meses a 6 meses	3.023.222	1.685.830
Mais de 6 meses	1.992.966	1.442.061
	<u>34.288.564</u>	<u>17.176.370</u>

13 Captações de Liquidez

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Operações de Mercado Monetário Interfinanceiro		
Captações s/ instituições de crédito no país	-	-
Captações s/ instituições de crédito no estrangeiro		
Grupo Económico	2.097.398	-
Custos a pagar	534	-
	<u>2.097.932</u>	<u>-</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as operações de Captação de Liquidez apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Muito curto prazo - inferior a 5 dias	-	-
Curto Prazo - entre 6 dias e 1 ano	2.097.932	-
Médio Prazo - entre 1 ano e 3 anos	-	-
Longo Prazo - superior a 3 anos	-	-
	<u>2.097.932</u>	<u>-</u>

14 Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica é apresentada como segue:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Reavaliação positiva dos instrumentos financeiros derivados	-	-
Reavaliação negativa dos instrumentos financeiros derivados	(105.810)	(597)
	<u>(105.810)</u>	<u>(597)</u>

Em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros derivados existentes em carteira, correspondem a um forward cambial contratado para reduzir o risco cambial de balanço. De referir que a sua maturidade é no mês de Janeiro 2015.

Este instrumento para efeitos contabilísticos não foi considerado como de cobertura.

15 Outras captações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Dívida Subordinada	3.140.560	-
Outras captações contratadas no estrangeiro	-	69
	3.140.560	69

No exercício de 2014 o Finibanco efectuou um empréstimo subordinado a 10 anos junto do seu accionista Montepio Holding S.G.P.S., S.A. no montante de 30.000.000 de Dólares dos Estados Unidos.

16 Outras obrigações

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
De natureza social ou estatutária		
Dividendos a pagar	416.695	11.157
De natureza fiscal		
Estimativa de imposto	231.309	737.099
Outros encargos fiscais a pagar próprios	12.269	-
Encargos fiscais a pagar retidos de terceiros	20.333	58.584
De natureza cível		
Receitas com proveitos diferido	10.952	36.091
Sobras de caixa	3.674	1.255
Fornecedores residentes	62.336	54.384
Fornecedores não residentes	8.998	7.704
Operações passivas a regularizar	55.547	54.699
De natureza administrativa e comercial		
Pessoal - salários e outras remunerações	177.961	157.258
Contribuições à segurança social	3.689	-
Outros custo administrativos e comerciais a pagar	5.963	-
	1.009.726	1.118.231

A rubrica Dividendos a pagar refere-se a dividendos a distribuir aos accionistas, cuja liquidação carece de aprovação junto do BNA.

A rubrica Encargos fiscais a pagar retidos por terceiro diz respeito a encargos fiscais a pagar, no âmbito do processo de retenção na fonte sobre os rendimentos de terceiros.

A rubrica Encargos com pessoal a pagar regista a estimativa de férias e subsídio de férias a pagar efectuada para o exercício.

17 Provisões para responsabilidades prováveis

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal	45.207	15.476
Provisões para garantias prestadas	50.910	39.246
Provisões para responsabilidades prováveis	96.117	54.722

As provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal dizem respeito a contingências fiscais que o Banco decidiu constituir por um princípio de prudência, apesar de não considerar que possam existir eventos futuros com impactos relevantes.

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Provisões para responsabilidades prováveis de natureza fiscal		
Saldo a 1 Janeiro	15.476	-
Dotações do exercício	29.732	15.476
Utilizações do exercício	-	-
Saldo a 31 de Dezembro	45.207	15.476

As provisões para garantias prestadas e créditos documentários foram constituídas de acordo com o disposto no Aviso n.º 3/12, de 28 de Março, do BNA, conforme referido na política contabilística 2.2 c).

O movimento nas provisões para responsabilidades prováveis para garantias prestadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, é analisado como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Provisões para garantias prestadas		
Saldo a 1 Janeiro	39.246	16.304
Dotações do exercício	27.732	34.219
Reposições do exercício	(16.068)	(11.277)
Saldo a 31 de Dezembro	50.910	39.246

18 Capital social

O Finibanco Angola, S.A. foi constituído por escritura pública outorgada em 4 de Setembro de 2007 no Primeiro Cartório Notarial da Comarca de Luanda, com um capital de AOA 1.332.000.000, representado por 1.800.000 de acções nominativas de AOA 740 cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Em 3 de Maio de 2012, por despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola, foi autorizado o aumento do capital social do Finibanco, de AOA 1.332.000.000 para AOA 4.182.000.000, sendo o valor do aumento de AOA 2.850.000.000, resultante da realização de novas entradas em dinheiro, através da emissão de 3.851.351 novas acções no valor nominal de AOA 740 cada.

O capital social do Banco é representado por 5.651.351 (2013: 5.651.351) acções nominativas.

Em 19 de Outubro de 2012, realizou-se a escritura de aumento de capital e alteração do pacto social no Finibanco, de acordo com as deliberações da Assembleia Geral de accionistas, expressa na acta n.º 1/11, datada de 27 de Abril de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

	2014		2013	
	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias	Número de acções ordinárias	% de acções ordinárias
Finibanco Holding, S.G.P.S., SA	4.609.971	81,57%	4.609.971	81,57%
Carlos Maria da Silva Feijó	283.836	5,02%	283.836	5,02%
Mário Abilio Pinheiro Rodrigues Palhares	264.940	4,69%	264.940	4,69%
João Avelino Augusto Manuel	221.392	3,92%	221.392	3,92%
Iberpartners	135.606	2,40%	135.606	2,40%
Francisco Simão Júnior	90.404	1,60%	90.404	1,60%
Dumilde das Chagas Simões Rangel	45.202	0,80%	45.202	0,80%
	5.651.351	100%	5.651.351	100%

Resultado e dividendo por acção

Nos exercícios de 2014 e 2013 o resultado por acção e o dividendo atribuído em cada exercício, relativo ao lucro do ano anterior, foram os seguintes:

	2014	2013
Resultado do exercício	1.617.708.426	1.464.665.401
Número médio de acções em circulação no exercício	5.651.351	5.651.351
Resultado por acção	286,25	259,17
Dividendo por acção distribuído no exercício	72,55	54,85

Distribuição de resultados

A 8 de Abril de 2014, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, o Finibanco distribuiu resultados aos accionistas no montante de AOA 410.000.000 (2013: AOA 310.000.000).

19 Reservas e fundos

Esta rubrica é apresentada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Reserva legal	971.646	678.713
Prémio de emissão	148.000	148.000
Reserva livre	2.628.630	1.866.898
	<u>3.748.276</u>	<u>2.693.611</u>

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

20 Extrapatrimoniais

Esta rubrica é analisada como segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	66.438.182	28.627.976
Avais recebidos	11.858.682	9.762.357
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias e avais prestados	(5.091.072)	(3.821.038)
Créditos documentários	(4.476.687)	(3.160.085)
Linhas de crédito irrevogáveis	(5.543.625)	(3.430.490)
Títulos e valores mobiliários		
Mantidos até ao vencimento	6.445.803	2.333.036
Valor de referência - instrumentos financeiros derivados	8.603.281	2.716.179
Responsabilidades por prestação de serviços	(1.056.627)	(587.928)
Operações cambiais.	(790)	(3.980)
Valor actual dos créditos	2.425.780	1.316.918
Outras contas extrapatrimoniais	278.001	163.877

As garantias e avais prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco, estando relacionadas com garantias prestadas para suporte de operações de importação e para execução de contratos por parte de clientes do Banco. As garantias prestadas representam valores que podem ser exigíveis no futuro.

Os créditos documentários abertos são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os compromissos revogáveis e irrevogáveis, apresentam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (por exemplo linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 as provisões constituídas sobre responsabilidades por garantias e avales prestados ascendem a AOA 50.910.717 e AOA 39.246.000, respectivamente (nota 17).

21 Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Proveitos de instrumentos financeiros activos		
De aplicações de liquidez		
Proveitos de operações no mercado monetário interfinanceiro	296.841	167.201
Depósitos à ordem em instituições de crédito no país	-	-
Depósitos à ordem em instituições de crédito no estrangeiro	-	531
Operações de compra de títulos com acordo de revenda	5.473	-
	<u>302.314</u>	<u>167.732</u>
De títulos e valores mobiliários		
Mantidos até ao vencimento no país		
Obrigações do Tesouro	81.839	19.502
Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio	1.127.539	83.880
Mantidos até ao vencimento no estrangeiro		
Títulos de dívida	-	17.603
	<u>1.209.378</u>	<u>120.985</u>
De instrumentos financeiros derivados		
Especulação e Arbitragem		
Forward Cambial	21.518	-
	<u>21.518</u>	<u>-</u>
De crédito		
Empresas privadas		
Empréstimos	1.030.969	500.942
Crédito em conta corrente	1.986.856	1.002.445
Adiantamentos a depositantes	290.102	328.984
Leasing	16.720	5.536
Particulares		
Habitação	54.690	33.313
Consumo	357.664	114.651
Outras finalidades	38.967	46.773
Créditos em conta corrente	20.364	14.146
Adiantamentos a depositantes	51.294	71.833
Cartões de crédito	38	-
Sector público empresarial		
Empréstimos	2.408	117
Adiantamentos a depositantes	18	1
Outros sectores		
Empréstimos	107.008	35.675
Crédito em conta corrente	45.119	56.309
Adiantamentos a depositantes	13.823	5.091
Crédito vencido	14.525	88.893
	<u>4.030.565</u>	<u>2.304.710</u>
Total dos proveitos	<u>5.563.775</u>	<u>2.593.428</u>

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Custos de instrumentos financeiros passivos		
De depósitos		
Depósitos à ordem	299.966	262.396
Depósitos a prazo	1.890.877	658.790
	<u>2.190.843</u>	<u>921.186</u>
De captações para liquidez		
No país	-	-
No estrangeiro	12.509	25
	<u>12.509</u>	<u>25</u>
De instrumentos financeiros derivados		
Especação e Arbitragem		
Forward Cambial	126.493	500
	<u>126.493</u>	<u>500</u>
De outras captações		
Divida subordinada		
Empréstimo subordinado	158.078	-
	<u>158.078</u>	<u>-</u>
Total dos custos	<u>2.487.923</u>	<u>921.711</u>
MARGEM FINANCEIRA	<u>3.075.852</u>	<u>1.671.716</u>

A rubrica Proveitos de aplicações de liquidez reflecte os proveitos recebidos pelo Banco relativamente às operações no mercado monetário interfinanceiro.

A rubrica Proveitos de títulos e valores mobiliários diz respeito aos juros de títulos da dívida pública, nomeadamente, Obrigações do Tesouro.

Os proveitos dos títulos da dívida pública, obtidos em Obrigações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano e enquadrados nos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam da isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos de quaisquer títulos da dívida pública, para efeitos de apuramento da contribuição industrial a pagar (nota 35).

A rubrica Proveitos de crédito reflecte os juros dos contratos de crédito concedidos a clientes.

A rubrica Custos de depósitos reflecte os juros pagos aos clientes sobre os recursos capitalizados no Banco.

A rubrica Custos de captações para liquidez inclui os juros pagos pela utilização de linhas de crédito concedidas por instituições de crédito no país e no estrangeiro, assim como os juros pagos relativamente a captações de liquidez a curto prazo no mercado monetário interfinanceiro.

22 Resultados de operações cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Operações cambiais		
Em Dólares dos Estados Unidos	1.272.369	1.331.482
Em Euros	928.916	665.388
Em Randes	21.199	9.019
Em Libras Esterlinas	4.690	315
Outras moedas	226	100
Reavaliação cambial		
Em Dólares dos Estados Unidos	(371.040)	(81.400)
Em Euros	34.195	122.093
Em Randes	384	(2.606)
Em Libras Esterlinas	447	30
Outras moedas	57	1
	<u>1.891.443</u>	<u>2.044.422</u>

Os resultados de operações cambiais registam a reavaliação da posição cambial do balanço do Banco em moeda estrangeira, bem como o resultado das operações cambiais realizadas na actividade corrente da instituição.

23 Resultados de prestação de serviços financeiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Proveitos		
Emissão de cheques	6.219	3.213
Devolução de cheques	721	519
Movimentos ATM	45.680	32.856
Movimentos cartões	9.205	4.903
Movimentos TPA	48.373	21.731
VISA	1.666	-
Comissões recebidas		
Garantias bancárias	172.257	90.020
Crédito documentário	118.017	120.496
Operações de estrangeiro	487.445	501.480
Compra e venda de moeda estrangeira	99.863	128.925
Conta corrente caucionada	181.460	116.390
Operações de crédito	69.784	1.791
Montagem de operação	77.856	188.257
Anuidade de cartões	13.780	-
Leasing	-	1.758
Outras comissões	10.699	6.396
	<u>1.343.025</u>	<u>1.218.735</u>
Comissões pagas		
Movimentos cartões	8.506	5.667
Operações de estrangeiro	93.380	121.746
Serviços bancários	9.560	9.958
Cobrança de valores	-	247
Movimentos TPA	18.303	7.406
VISA	4.270	-
	<u>134.019</u>	<u>145.024</u>
Resultado de prestação de serviços financeiros	<u>1.209.006</u>	<u>1.073.711</u>

24 Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Provisões para crédito de liquidação duvidosa		
Dotação do exercício	3.263.668	2.165.450
Reversão do exercício	(1.305.682)	(1.089.751)
Recuperações de créditos transferidos para prejuízo	(80.354)	(32.783)
	<u>1.877.632</u>	<u>1.042.916</u>
Provisões para prestação de garantias		
Dotação do exercício	27.732	34.219
Reversão do exercício	(16.068)	(11.277)
	<u>11.664</u>	<u>22.942</u>
	<u>1.889.296</u>	<u>1.065.858</u>

25 Pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Membros de órgãos de gestão		
Remuneração	105.479	59.818
Senhas de presença	6.080	790
Subsídio de férias	13.579	4.278
Subsídio de Natal	7.900	8.900
Outros subsídios	32.021	14.606
Encargos sociais obrigatórios	26.398	-
	<u>191.457</u>	<u>88.392</u>
Colaboradores		
Remuneração	389.906	368.811
Subsídio de férias	31.450	46.200
Subsídio de Natal	32.847	28.318
Outros subsídios	174.516	160.060
Encargos sociais obrigatórios	35.291	28.036
Encargos sociais facultativos	42.726	5.608
Formação	2.460	131
	<u>709.196</u>	<u>637.164</u>
	<u>900.652</u>	<u>725.556</u>

A rubrica Encargos sociais obrigatórios inclui o montante de AOA 31.156.110 (2013: AOA 25.704.000), referente às contribuições para o Fundo de Segurança Social.

A rubrica Colaboradores – Outros subsídios inclui a remuneração variável dos colaboradores no montante de AOA 59.286.799 (2013: AOA 69.721.000). Os colaboradores ao serviço do Banco durante os exercícios de 2014 e 2013, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2014	2013
Administrador	3	4
Direcção	8	8
Responsáveis e gerência	43	24
Técnicos	55	76
Administrativos	75	33
Auxiliares	9	23
	<u>193</u>	<u>168</u>

26 Fornecimentos de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Fornecimento de terceiros		
Comunicações	111.870	88.451
Água e Energia	22.374	20.466
Transportes, Deslocações e Alojamento	102.072	71.574
Publicações, Publicidade e Propaganda	152.074	27.578
Segurança, Conservação e Reparação	211.468	161.378
Auditoria, Consultoria e Outros Serviços Técnicos Espec.	254.622	169.305
Seguros	1.969	22.412
Alugueres	164.985	126.957
Materiais Diversos	40.233	29.193
Outros	21.923	6.424
	<u>1.083.590</u>	<u>723.739</u>

27 Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Impostos aduaneiros	2.764	2.280
Imposto de circularização	1.380	241
Imposto predial urbano	657	-
Imposto de consumo não residentes	-	15.476
Imposto de aplicação de capitais	6.179	-
	<u>10.980</u>	<u>17.997</u>

28 Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras	4.599	1.092
	<u>4.599</u>	<u>1.092</u>

29 Outros custos administrativos e de comercialização

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Contencioso e notariado	1.652	15.599
Outros	459	220
	<u>2.111</u>	<u>15.819</u>

30 Depreciações e amortizações

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Imobilizações corpóreas		
Imóveis de uso		
Terrenos	-	-
Edifícios	16.739	27.310
Grandes reparações	30	7.978
Equipamento		
Mobiliário e material	18.762	7.249
Máquinas e ferramentas	2.359	1.375
Equipamento informático	35.615	28.961
Instalações interiores	11.818	6.581
Material de transporte	44.904	22.170
Equipamento de segurança	2.979	3.251
Outras imobilizações corpóreas	1.574	1.566
	<u>134.779</u>	<u>106.441</u>
Imobilizações incorpóreas		
Sistema de tratamento automático de dados - Software	34.535	32.140
Gastos de organização e expansão	42.499	30.261
Benfeitorias em imóveis terceiros	22.403	19.781
Gastos com desenvolvimento	175	-
Outras imobilizações incorpóreas	30	228
	<u>99.642</u>	<u>82.411</u>
	<u>234.421</u>	<u>188.851</u>

31 Recuperação de custos

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Reembolso de despesas	172.647	158.902
Indemnizações	-	5.825
	<u>172.647</u>	<u>164.727</u>

32 Provisões para outros valores e responsabilidades prováveis

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Valores de Natureza Fiscal	29.731	-
Valores de Natureza Cível	20.000	61.415
	<u>49.731</u>	<u>61.415</u>
	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Provisões para outros valores e responsabilidades prováveis		
Dotação do exercício	49.731	61.415
Reversão do exercício	-	-
	<u>49.731</u>	<u>61.415</u>

A dotação do exercício diz respeito às provisões específicas referentes aos bens não de uso próprio e a um reforço das provisões para contingências fiscais, conforme nota 17.

33 Outros proveitos e custos operacionais

O valor desta rubrica é composto por:

	2014 AOA '000	2013 AOA '000
Despesas de representação	29.744	19.645
Quotizações	14.520	8.062
Donativos	1.426	-
Fraudes	-	277
STC compensação	9	-
Outros	210.834	13.681
Recuperações de créditos transferidos para prejuízo	(12.729)	(20.539)
	<u>243.804</u>	<u>21.127</u>

34 Resultado não operacional

O valor desta rubrica é composto por:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Resultado de alienação de imobilizado	-	1.043
Outros ganhos e perdas não operacionais		
Perdas relativas a exercícios anteriores	(181.432)	(11.354)
Ganhos relativos a exercícios anteriores	100.684	78.953
	<u>(80.748)</u>	<u>68.642</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica Ganhos/Perdas relativos a exercícios anteriores refere-se a regularizações de juros, reconhecimento de despesas, acertos de custos diferidos, entre outros, relativos a exercícios anteriores.

Durante o exercício de 2013 verificou-se uma venda de imobilizado corpóreo, nomeadamente, material de transporte que gerou um resultado positivo de AOA 1.043.000.

35 Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de imposto industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2014 a tributação dos seus rendimentos é efectuada nos termos dos números 1 e 2 do Artigo 4º, da Lei n.º 19 / 14, de 22 de Outubro, sendo a taxa de imposto aplicável de 30%. (nota 2.2 I).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o custo com impostos sobre lucros reconhecidos em resultados, bem como carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos e o resultado do exercício antes daquela dotação, podem ser resumidos como se segue:

	2014	2013
	AOA '000	AOA '000
Encargos sobre resultado corrente	231.309	737.099
Resultados antes de impostos	1.849.017	2.201.764
Carga fiscal	12,51%	33,48%
	<u>1.617.708</u>	<u>1.464.665</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não foram registados activos ou passivos por impostos diferidos.

A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a carga fiscal verificada nos exercícios de 2014 e 2013, bem como a reconciliação entre o custo / proveito de imposto e o produto do lucro contabilístico pela taxa nominal de imposto, pode ser analisada como se segue:

2014

2013

	Taxa de Imposto	Valor AKZ '000	Taxa de Imposto	Valor AKZ '000
Resultado antes de imposto		1.849.017		2.201.764
Imposto apurado com base na taxa nominal de imposto	30%	-554.705	35%	-770.617
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos de dívida pública	-19,62%	362.813	-1,64%	36.184
Provisões não previstas	0,81%	(14.919)		
Despesas de representação não justificadas	0,11%	(2.078)	0,11%	(2.512)
Multas e demais encargos	0,00%	-	0,01%	(152)
Correcções relativas a exercícios anteriores	1,21%	(22.420)	0,00%	-
	12,51%	1.617.708	33,48%	1.464.665

Os proveitos dos títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, cuja emissão se encontra regulamentada pela Lei Quadro da Dívida Pública Directa (Lei n.º 16/02, de 5 de Dezembro), bem como pelos Decretos Regulamentares n.º 51/03 e n.º 52/03, de 8 de Julho, gozam de isenção de todos os impostos. Tal facto é complementado pelo disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 23.º do Código do Imposto Industrial, onde é referido expressamente que não se consideram como proveitos os rendimentos que provierem de quaisquer títulos da dívida pública angolana, para efeitos do apuramento do Imposto Industrial a pagar. Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, tais proveitos foram deduzidos ao lucro tributável.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2010 a 2014. O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as Demonstrações Financeiras anexas.

36 Transacções com partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014 as entidades accionistas e participadas são as seguintes:

ACCIONISTAS

Montepio Holding S.G.P.S, S.A.
Iberpartners - Gestão e Estruturação de Empresas, SA
Mário Abílio Pinheiro Rodrigues Palhares
Carlos Maria da Silva Feijó
Francisco Simão Junior
João Avelino Augusto Manuel
Dumilde das Chagas Simões Rangel

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Tomás Correia
António Francisco de Araújo Pontes
Alberto Carlos Nogueira Fernandes da Silva
Luís Gabriel Moreira Maia de Almeida
Ana Lúcia Louro Palhares
João Carlos Martins da Cunha Neves
Tereza de Jesus Teixeira Barbosa Amado

SOCIEDADES ONDE ACCIONISTAS, MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARENTES PRÓXIMOS TEM INFLUENCIA SIGNIFICATIVA

Banco de Negócios Internacional, S.A. (BNI)
CEMG - Caixa Económica Montepio Geral
Geminas
Grupo Gema
Medabil Angola
Himoinsa Angola
Porto Seco da Mulemba
Vauco Automóveis e Equipamentos
Novacal
Shafaris
Chamavo e Companhia
Consar Gestão de Empreendimentos e Serviços
Cominder Comércio e Industria
Gelcon Holding Company
Bifashion
Gesimet Industria Siderugica de Angola SA
Fundação Mucusso

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos e transacções mantidos com accionistas, participadas e outras entidades relacionadas, são os seguintes:

2014				
	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Parentes próximos de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influencia significativa
Activo				
Crédito	70.468	-	-	180.739
Outros Activos	-	-	-	-
Passivo				
Depósitos	135.757	18.584	-	1.813.619
Outros Passivos	3.085.890	-	-	-
Resultados				
Custos	(111.533)	-	-	(220.162)
Proveitos	-	-	-	36.143
Net	(111.533)	-	-	(184.019)
Responsabilidades Extrapatrimoniais				
Garantias Prestadas	-	-	-	-

2013					
	Accionistas	Membros do Conselho de Administração	Parentes próximos de Accionistas e de Membros do Conselho de Administração	Sociedade onde Accionistas, Membros do Conselho de Administração e parentes próximos tem influencia significativa	
Activo					
Crédito	1.044.311	-	1.672	172.762	
Outros Activos	-	-	-	2.112.953	
Passivo					
Depósitos	24.983	16.507	181	4.668.575	
Outros Passivos	-	-	-	5.375	
Resultados					
Custos	(6.719)	-	-	(212.176)	
Proveitos	55.253	-	232	463.143	
Net	48.534	-	232	250.967	
Responsabilidades Extrapatrimoniais					
Garantias Prestadas	-	-	3.300	184.919	

37 Balanço por moedas

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2014 é apresentada conforme segue:

	2014						Total AKZ '000
	Kwanzas AKZ '000	Dólares dos Estados Unidos AKZ '000	Euros AKZ '000	Libras Esterlinas AKZ '000	Randes AKZ '000	Outros AKZ '000	
Activo							
Disponibilidades	7.044.868	2.471.039	392.817	1.024	44	3.324	9.913.116
Aplicações de Liquidez	10.055.680	-	-	-	-	-	10.055.680
Títulos e valores mobiliários	12.970.110	-	-	-	-	-	12.970.110
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	213.038	433.913	53	19	18	-	647.040
Créditos	31.463.830	3.546.729	1.385.398	-	-	-	36.395.957
Outros valores	321.693	43.683	15.900	329	-	-	381.606
Imobilizações	5.780.577	-	-	-	-	-	5.780.577
Total do Activo	67.849.796	6.495.364	1.794.168	1.372	62	3.324	76.144.086
Passivo							
Depósitos	44.386.285	10.216.411	4.399.449	1.106	170	10	59.003.430
Captações de Liquidez	(0)	2.097.932	-	-	-	-	2.097.932
Instrumentos financeiros derivados	0	-	105.809	-	-	-	105.809
Obrigações no sist. de pagamentos	818.280	164.021	160.227	-	-	-	1.142.528
Outras captações	(0)	3.140.560	-	-	-	-	3.140.560
Outras obrigações	998.091	2.550	9.085	-	-	-	1.009.726
Provisões para respon. prováveis	96.117	-	-	-	-	-	96.117
Total do Passivo	46.298.773	15.621.474	4.674.569	1.106	170	10	66.596.102
Fundos próprios	21.551.023	(9.126.111)	(2.880.401)	267	(108)	3.315	9.547.984
Total do Passivo + Capital Próprio	67.849.796	6.495.364	1.794.168	1.372	62	3.324	76.144.086

A estrutura do balanço por moedas com referência a 31 de Dezembro de 2013 é apresentada conforme segue:

	2013						Total AKZ '000
	Kwanzas AKZ '000	Dólares dos Estados Unidos AKZ '000	Euros AKZ '000	Libras Esterlinas AKZ '000	Randes AKZ '000	Outros AKZ '000	
Activo							
Disponibilidades	6.454.830	4.769.842	628.919	93	2.026	1.234	11.856.943
Aplicações de Liquidez	11.650.802	-	-	-	-	-	11.650.802
Títulos e valores mobiliários	2.334.187	-	-	-	-	-	2.334.187
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	-	-
Créditos no sistema de pagamentos	38.463	804.140	339.560	6	3.277	-	1.185.446
Créditos	13.257.631	3.733.177	4.717.211	-	-	-	21.708.019
Outros valores	666.281	55.921	32.868	687	-	-	755.757
Imobilizações	5.111.739	-	-	-	-	-	5.111.739
Total do Activo	39.513.933	9.363.080	5.718.557	786	5.302	1.234	54.602.892
Passivo							
Depósitos	26.927.639	9.539.531	6.028.890	735	178	10	42.496.985
Captações de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados	(0)	-	597	-	-	-	597
Obrigações no sist. de pagamentos	1.059.864	1.306.595	223.607	-	1.946	-	2.592.013
Outras captações	(0)	-	-	-	-	69	69
Outras obrigações	1.104.361	6.957	6.913	-	-	-	1.118.231
Provisões para respon. prováveis	54.722	-	-	-	-	-	54.722
Total do Passivo	29.146.586	10.853.083	6.260.008	735	2.125	80	46.262.617
Fundos próprios	10.367.347	(1.490.003)	(541.450)	51	3.177	1.154	8.340.275
Total do Passivo + Capital Próprio	39.513.933	9.363.080	5.718.557	786	5.302	1.234	54.602.892

38 Transacções com empresas do Grupo

Os saldos e transacções mais significativos com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

39 Eventos subsequentes

Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2014, até à aprovação das Demonstrações Financeiras, que justifiquem ajustamentos ou divulgações no anexo às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício analisado, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas de forma significativa e/ou que tenham alterado ou se espere que venham a alterar significativamente, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Banco, os seus resultados e/ou as suas actividades.

Relatório do Auditor Independente



KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.
Edifício Moncada Prestige
Rua Assalto ao Quartel de Moncada, nº 15, 2º
Luanda – Angola

Telefone: +244 227 28 01 01
Fax: +244 227 28 01 19

Relatório do Auditor Independente

Aos Accionistas do Finibanco Angola, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Finibanco Angola, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de mAKZ 76.144.086 e um total de fundos próprios de mAKZ 9.547.984, incluindo um resultado líquido de mAKZ 1.617.708), a demonstração de resultados, a demonstração de mutações nos fundos próprios e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (“CONTIF”) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola (“BNA”), e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.



Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Finibanco Angola, S.A. em 31 de Dezembro de 2014 e o seu desempenho financeiro, as mutações nos fundos próprios e os fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF e outras disposições emitidas pelo BNA.

Luanda, 2 de Abril de 2015

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'KPMG'.

KPMG Angola – Audit, Tax, Advisory, S.A.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

FINIBANCO, Angola S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

- 1 - Dando cumprimento ao mandato que V^{as} Exas nos conferiram e em conformidade com as disposições legais em vigor no País, bem como os Estatutos do ***Finibanco Angola S.A.***, vimos submeter à apreciação de V^{as} Ex^{as}., o nosso parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício económico findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 2 - O Conselho Fiscal acompanhou a actividade desenvolvida pelo Banco durante o exercício económico findo, procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras, obteve todas as informações e esclarecimentos que julgadas pertinentes.
- 3 - A actividade do Banco, no decorrer do exercício económico em análise, continuou a caracterizar-se por uma estratégia de consolidação da sua estrutura hierárquica e funcional e no desenvolvimento da sua actividade Comercial, baseada na execução do Plano de Actividade e Orçamento reportados ao exercício findo, tendo como pontos de relevante importância:
 - i. A consolidação dos preceitos relativos aos avisos nº 1 e nº 2 do Banco Nacional de Angola que regulamenta as obrigações das Instituições Financeiras no âmbito da Governação Corporativa e Sistema de Controlo Interno do Banco;
 - ii. A implementação de novos processos de análise, gestão e risco da carteira de Crédito conformando os procedimentos e as provisões de acordo com o estabelecido pelo Banco Nacional de Angola dando maior cobertura de risco aos activos e Fundos Próprios. Destaca-se, como ponto relevante, a decisão de adopção antecipada do Aviso nº12/2014 e do Instrutivo nº02/2015, ambos do BNA, relativos à constituição de provisões.
- 4 - A opinião e parecer dos auditores independentes é de estarem as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados para os diversos elementos patrimoniais em conformidade com os requisitos legais estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras (CONTIF) e outras disposições emitidas pelo Banco Nacional de Angola. Merecem a concordância do Conselho Fiscal, pelo que as Contas que são presentes aos Exm^{os}. Senhores Accionistas reflectem os registos contabilísticos expressos nos respectivos balancetes e demais elementos que compõem as Demonstrações Financeiras, preparadas em obediência aos princípios contabilísticos geralmente aceites e normas estabelecidas para o sector.



5 - Face ao referido no ponto anterior, a situação económica e financeira pode ser resumida do seguinte modo:

a) - A Demonstração de Resultados apresenta um Lucro Líquido em milhares em AKZ no valor **1.617.708**, decorrente de Proveitos Operacionais e não Operacionais no valor de milhares de AKZ de **6.774.928**, de Custos Operacionais e Não Operacionais no valor de milhares AKZ de **4.925.911**, e encargos sobre o resultado corrente em milhares de AKZ no valor de **231.309**;

b) - O balanço apresenta um total do Activo em milhares de AKZ no valor de **76.144.086**, um total do Passivo de milhares de AKZ no valor de **66.596.102**, e o Capital e Fundos Próprios no valor de milhares de AKZ de **9.547.984**, que inclui a aplicação em reservas de parte dos resultados líquidos transitados e os resultados do exercício.

6 - O Conselho Fiscal recomenda, para o exercício económico de 2015, a continuidade de políticas de gestão prudentes dadas as limitações actuais do mercado, particularmente devido à baixa liquidez, à diminuição de divisas no mercado e a reorganização das empresas, que devido à necessidade de implementarem os novos requisitos fiscais passam a ter obrigações que poderão influir nas carteiras de depósitos e outras transacções com o Banco.

7 - Assim, com base no exposto, é nossa opinião que as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, traduzem, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição Financeira e Patrimonial do **Finibanco Angola S.A.**, naquela data, estando em condições de serem submetidas à Assembleia Geral, visando a sua aprovação.

Luanda, 16 de Abril de 2015.


Pedro Cláver da Costa Furtado
(Presidente)

Carla Maria Lobo da Fonseca
(Vogal)


Dina Maria Leote de Oliveira
(Vogal)

Anexos

Contactos Finibanco – Rede de Canais de Distribuição

Província de Luanda

Agência da Marginal (Sede)

Travessa Engrácia Fragoso, Nº 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola
Geral: +244 222 636 000 Contacto Gerente: Mauro Lima (+244 923 505 540)

Centro de Empresas de Luanda

Travessa Engrácia Fragoso 24 r/c, Município de Ingombota, Luanda - Angola
Geral: +244 222 636 000, Director Regional: Telmo dos Santos (+244 222 636 016 / +244 926 336 345)

Agência HCTA

Hotel de Convenções do Talatona, Loja Nº3, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Maria Larissa (+244 926 060 954)

Agência de S. Paulo

Rua N'gola Kiluange, Nº 443/444, Município de Sambizanga, Luanda - Angola
Geral: +244 222 387 811, Contacto Gerente: Jurema Simão (+244 921 885 991 / +244 923 617 371)

Agência Comandante Valódia

Av. Comandante Valódia, nº 149, Município do Sambizanga, Luanda - Angola
Geral: +244 222 442 780, Contacto Gerente: Miriam Silva (+244 929 101 916)

Agência do Morro Bento

Avenida 21 Janeiro, Município de Samba, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Arminda Francisco (+244 923 321 711)

Agência da Mulemba

Estrada do Cacuaco, Km 4, Petrangol, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Luyana Júnior (+244 937 285 944)

Agência do Bom Jesus

Estrada de Catete, Km 38, Município de Viana, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Manuel Catumba (+244 931 643 830)

Agência da Estalagem Km9

Estrada de Viana – Estalagem, Município de Viana, Luanda - Angola
Contacto Gerente: António Rodrigues (+244) 948 215 130)

Agência de Viana

Avenida Comandante Valódia, Município de Viana, Luanda - Angola
Geral: +244 222 636 080, Contacto Gerente: Eduardo Pacavira (+244 926 400 895)

Agência da Camama

Estrada da Camama (junto ao Grupo JLCP), Município de Viana, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Mariana Pitra (+244 924 244 415)

Agência Epic Sana

Hotel Epic Sana, Rua da Missão, Luanda - Angola
Contacto Gerente: Maria da Luz Medina Pereira Moniz (+244 928 222 261)

Agência Dolce Vita

Condomínio Dolce Vita Via S/8, Avenida Talatona, Luanda Sul

Contacto Gerente: Liliana Lourenço (+244 948 215 136)

Centro de Empresas Major Kanhangulo
Rua Major Kanhangulo, Município de Ingombota, Luanda – Angola
Director Comercial Empresas: Rui Teixeira (+244 222 654 226 / +244 926 400 898)

Província do Huambo

Agência do Huambo
Avenida da Independência Ex 5 de Outubro, Huambo
Geral: +244 241 220 902, Contacto Gerente: Osvaldo Travessa (+244 928 222 257)

Província de Benguela

Agência de Benguela
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola
Contacto Gerente: Felipe Lima (+244 272 231 485)

Centro de Empresas de Benguela
Avenida 10 de Fevereiro, Benguela - Angola
Contacto Geral: +244 +272 231 485, Director Regional: Frederico Marques (+244 947 388 751)

Agência do Lobito
Rua 28 Maio (junto ao Mercado Municipal), Município de Lobito
Contacto Gerente: Osvaldo Loureiro (+244 923 522 394)

A abrir em 2015

Agência Lubango Centro
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla
Contacto Gerente: Solange Teixeira (+244 935 768 842)

Centro de Empresas Lubango
Rua Patrice Lumumba, Bairro Helder Neto, Lubango, Huíla
Director Regional: Frederico Marques (+244 947 388 751)

Agência Lubango Tchioco
Bairro do Tchioco - Zona Industrial II, Lubango, Huíla

Agência TPA
Instalações dos novos estúdios da TPA, Camama, Luanda

Agência Cabinda
Rua do Comercio, Bairro Deolinda Rodrigues, Cabinda

Centro de Empresas Cabinda
Rua do Comercio, Bairro Deolinda Rodrigues, Cabinda